

OS PILARES DA ARQUEOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE (1870-1958)¹

Natália Machado Mergen²

Ao meu avô Adão Batista Machado (in memoriam).

RESUMO

O trabalho propõe uma análise sobre as primeiras pesquisas arqueológicas realizadas no estado do Rio Grande do Sul. O objetivo principal é reunir e caracterizar os estudos e os pesquisadores que produziram arqueologia entre os anos de 1870 e 1958, reconhecendo os fatores norteadores dessas pesquisas e os contornos que moldaram o desenvolvimento da disciplina arqueológica no estado. A análise das fontes revelou três grandes movimentos no contexto estadual. O primeiro ocorreu entre o final do século XIX e ao início do século XX e esteve ligado à atuação de estrangeiros, principalmente de origem alemã, cujas pesquisas aproximavam-se das problemáticas enfrentadas no âmbito europeu e pelas grandes instituições nacionais. O segundo percebeu-se entre os anos de 1920 e 1950 e esteve associado às atividades do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), onde a arqueologia aproximou-se e adaptou-se das concepções historiográficas defendidas pela instituição. O terceiro se estendeu até o prelúdio do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas em 1965 e fundamentou-se, principalmente, na construção de sínteses e revisões sobre as antigas pesquisas, com objetivo de expor novas problemáticas de pesquisa.

Palavras-chave: História da Arqueologia. Rio Grande do Sul. Intelectuais. IHGRS.

ABSTRACT

The paper proposes an analysis of the first archaeological researches carried out in the State of Rio Grande do Sul. The main objective is to bring together and characterize the studies and researchers that produced archeological knowledge between the years 1870 and 1958, recognizing the factors that guided these researches and the outlines that shaped the development of archeological discipline. The analysis of the sources revealed three major movements in this context. The first one occurred between the end of the 19th century and the beginning of the 20th century and was linked to the work of foreigners, mainly of German origin, whose research approached the problems faced at the European ambient and by the large national institutions. The second was perceived between the 1920s and 1950s and was associated with the activities of the Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, where archeology approached and adapted to the historiographic conceptions defended by the institution. The third one extended to the prelude of the Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas in 1965 and was mainly based on the construction of syntheses and reviews of old research, with the aim of exposing new research problems.

Keywords: History of Archaeology. Rio Grande do Sul. Intellectuals. IHGRS.

¹ O texto é a adaptação da tese de doutorado no Programa de Pós-graduação em História da América Latina da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

² Doutora em História. E-mail: natalia.mergen@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O conhecimento sobre o passado brasileiro, produzido através da ótica arqueológica, está relacionado, principalmente, a uma busca das raízes indígenas pré-coloniais formadoras do país. Assim, historicamente, os objetivos almejados pela pesquisa arqueológica foram constantemente se transformando ao longo do tempo, sendo permeados, por exemplo, pelas concepções coloniais ou pós-coloniais e pela necessidade, imperial ou republicana, de construção de uma identidade nacional. Conjuntamente, existem trabalhos que buscam compreender, de forma mais significativa, a progressiva institucionalização das práticas de pesquisa arqueológica e os critérios de validação dos resultados alcançados. Entretanto, essas categorias de trabalho não são rígidas, ao contrário, elas estão mutuamente presentes nos esforços dos pesquisadores em interpretar o panorama arqueológico estudado.

No Brasil, entretanto, o número de trabalhos que buscam, especificamente, construir uma história da disciplina é limitado e essa escassez torna-se mais notória quando analisamos as produções regionais sobre o tema. Tradicionalmente, segundo Prous (1992), o desenvolvimento da arqueologia no Brasil é associado a quatro períodos cronológicos distintos, aceitos pela maioria dos arqueólogos do país, onde as pesquisas desenvolvidas correspondem a anseios e objetivos inerentes a cada contexto histórico relacionado. O primeiro período, reconhecido como o início da arqueologia, está localizado entre 1870 e 1910 e corresponde ao surgimento significativo de obras e discussões específicas sobre o tema. O segundo, entre 1910 e 1950, é considerado um período intermediário, no qual ocorre uma relativa diminuição das pesquisas. O terceiro período, considerado o formativo da pesquisa moderna, foi caracterizado pela atuação de pesquisadores amadores³ e pelo surgimento de instituições oficiais que buscavam criar, com colaboração de profissionais estrangeiros, centros universitários. O quarto período, iniciado em 1965 e que se estende até hoje, corresponde ao início da implantação de grandes projetos de campo, do surgimento de centros de pesquisas em várias regiões, além da utilização de métodos científicos mais precisos e das tentativas de padronização de termos e conceitos. (PROUS, 1992). Essa periodização habitual é problematizada por pesquisadores como Ferreira (2007), que acredita que essa divisão temporal, além de ser ahistórica e positivista, está atrelada às concepções vigentes entre os anos de 1930 e 1940, que reconheciam a existência de ciência apenas em países com capitalismo avançado, como os Estados Unidos.

Em um quadro regional, no atual contexto acadêmico rio-grandense, os trabalhos produzidos buscam referenciar seus projetos, essencialmente, a partir de estudos produzidos por grupos de pesquisas institucionalizados, como, por exemplo, universidades, ou pesquisas teórica e metodologicamente já interpretadas e reconhecidas, como o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA)⁴.

³ No contexto brasileiro, o termo “amador” envolve uma conotação negativa e representa um período de antagonismos, produzido tanto pelos novos profissionais quanto pelas novas legislações da época. Esta negatividade do termo, segundo Prous (1992), não existe em outros países, onde os indivíduos sem formação “recebem um treinamento adequado e são integrados às pesquisas oficiais”. (p. 11).

⁴ O PRONAPA, coordenado pelo casal norte-americano Clifford Evans e Betty Jane Meggers foi um projeto de âmbito nacional, desenvolvido entre os anos de 1965 e 1970, organizado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e pela *Smithsonian Institution* (Washington, EUA). O Programa agrupou, com patrocínio do Conselho Nacional de Pesquisas e coordenação nacional do Museu Paraense Emílio Goeldi, um pequeno grupo de pesquisadores que realizaram trabalhos nas regiões nordeste, sudeste e sul do Brasil. Paralelamente ao PRONAPA, ocorreram outros levantamentos de sítios, onde pesquisadores ligados às Universidades de diversas regiões do Brasil recebiam do SPHAN e do CNPq um auxílio financeiro individual para a realização das pesquisas.

Pesquisas anteriores, produzidas em contextos diferentes, com metodologias consideradas desatualizadas, costumam ser consideradas de menor importância e quando citadas coincidem apenas para fins de revisão bibliográfica. Talvez esse fato decorra do caráter diverso dessas publicações, o que dificulta o pesquisador tanto em se posicionar frente à pluralidade e à historicidade das informações quanto em traduzir e validar esses dados em relação aos atuais critérios almejados pelo espaço acadêmico.

Baseado nesta regionalização do desenvolvimento da arqueologia gaúcha e na dificuldade metodológica dessas primeiras publicações, a problemática da presente pesquisa busca reconhecer quais foram os critérios, tanto históricos quanto arqueológicos, que os estudiosos utilizavam para alicerçar seus temas, recortes e hipóteses. Para isso, definimos como marco temporal inicial o final do século XIX, em que já se identifica uma bibliografia específica sobre arqueologia, produzida ou influenciada, principalmente, por autores estrangeiros. O limite final da tese é o ano de 1958, quando ocorre a publicação das últimas pesquisas antecessoras ao PRONAPA, textos que marcam a consolidação das pesquisas arqueológicas modernas no estado. Apesar de ser um recorte cronológico amplo, este, quando associado ao recorte regional, se torna mais limitado, visto que o número de trabalhos sobre Rio Grande do Sul é modesto se comparado com outras regiões do Brasil.

Assim, a presente tese tem como objetivo, a partir da análise de textos publicados em periódicos, caracterizar e identificar os estudos arqueológicos e estabelecer os fatores que delinearão as pesquisas desenvolvidas no intervalo cronológico estudado. Além disso, se busca identificar quais são as dinâmicas, não só de permanência, mas também de ruptura que tais produções representaram e como essas atividades moldaram o desenvolvimento da pesquisa arqueológica no Rio Grande do Sul.

Essa proposta de investigação torna-se necessária, tanto no âmbito nacional quanto regional, pois os estudos sobre o desenvolvimento da arqueologia no Brasil ainda são pouco frequentes, principalmente se comparados com a quantidade produzida sobre outros enfoques da disciplina. Entre outros, destacamos os trabalhos de Schaan e Bezerra (2009); Ferreira (2007, 2002); Robrahn-González (1999/2000); Barreto (1999/2000); Langer (2000), Prous (1992) e Mendonça De Souza (1991).

No contexto do sul-rio-grandense, esses trabalhos são mais escassos, pois praticamente não existem pesquisas produzidas nas últimas décadas sobre este tema. A única obra existente com enfoque no período inicial da arqueologia foi produzida por Brochado (1969), sendo uma síntese sobre o histórico de pesquisas e a atuação dos principais estudiosos. Esse trabalho foi primordial para a construção e orientação dos objetivos almejados por essa pesquisa. Foi ele, assim como a escassez de outros, que revelou as concretas necessidades da arqueologia gaúcha.

No estado, estes trabalhos e discussões pioneiros nunca foram tratados como fontes históricas, na maioria das vezes, são citados pela bibliografia apenas como referências descritivas, nunca como narrativas influenciadas por momentos históricos específicos e relacionadas com o desenvolvimento da disciplina arqueológica em termos brasileiros e mundiais. Em oposição a essa ausência, nos trabalhos arqueológicos produzidos, é recorrente a necessidade de referência aos sítios e aos materiais identificados e recuperados pelos pesquisadores anteriores. Entretanto, estas constatações feitas pelos arqueólogos são, na maioria das vezes, simplórias e acríticas, sendo utilizadas apenas para estabelecer os momentos originários da pesquisa num determinado local, fornecendo uma moldura inicial da posterior revisão bibliográfica, esta que passa a ser mais discutida e problematizada somente a partir das ações do PRONAPA. A ausência de manuseio primário destas fontes provoca uma relativa

desorganização das informações arqueológicas e uma desconexão histórica de seu contexto de produção. Por isso, se deseja organizar um quadro conjuntural de referências primárias sobre esses trabalhos pioneiros, passível de ser utilizado pelos colegas pesquisadores.

Outro ponto importante para justificar a pesquisa é que, muitas vezes, os apontamentos sobre essas fontes se resumem apenas à relativização dos métodos empregados ou ao questionamento de seus resultados. Apesar do reconhecimento da necessidade destes cuidados metodológicos, não se pode deixar de considerar o valor destas pesquisas precursoras, visto o caráter não renovável dos sítios arqueológicos e da progressiva destruição destas evidências ao longo do tempo, intensificadas a partir do século XX. Assim, a relevância social deste trabalho também está relacionada ao esgotamento, cada vez mais intenso, do patrimônio arqueológico brasileiro.

A elaboração de uma compreensão mais ampla sobre os processos históricos que nortearam essas pesquisas iniciais preencherá uma lacuna de pesquisa, construída a partir dos horizontes revelados pelo trabalho de Brochado (1969). Segundo o autor, o desenvolvimento da pesquisa científica arqueológica gaúcha ocorreu em três momentos principais. O primeiro relacionado à atuação de estrangeiros, principalmente de origem alemã, o segundo vinculado às grandes sínteses e com a diminuição dos trabalhos de campos e o terceiro ligado com a atuação de indivíduos sem formação acadêmica, que se dedicaram à disciplina de forma amadora.

Durante este percurso temporal, a arqueologia sul-rio-grandense assumiu características peculiares de desenvolvimento, como, por exemplo, a formação, por entusiastas ou comunidades locais, de coleções arqueológicas, o surgimento de museus, mantidos por colégios ou públicos e a existência de diferentes tipos de publicações. Segundo Brochado (1969), as primeiras especulações científicas sobre a classificação cultural da pré-história no estado foram produzidas no final do século XIX em várias regiões e representam trabalhos pioneiros na arqueologia na região. Após este momento inicial, ocorreu um período de “renascimento das pesquisas”, inaugurado com trabalhos do argentino Antonio Serrano. Nesta época, ocorreu uma renovação das pesquisas, com a abertura de novos campos de estudo, como, por exemplo, os aterros do Sul, atualmente conhecidos como cerritos. Segundo Brochado (1969, p.16), os trabalhos de Serrano modificaram “completamente a visão dos problemas arqueológicos da região, dando vida nova às pesquisas arqueológicas, não só no estado do Rio Grande do Sul, como em todo o sul do País”.

Sobre um momento próximo ao recorte final da nossa pesquisa, Barth (2014) estudou as características de uma arqueologia comunitária na formação da coleção do Museu do Colégio Mauá, fundado em 1966, que reuniu materiais arqueológicos resgatados em sua maioria pelos membros da comunidade e sua posterior transformação no Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas da Universidade de Santa Cruz do Sul, criado em 1974. O foco do trabalho foi a transição das pesquisas arqueológicas efetuadas pelos membros da comunidade para a institucionalização da pesquisa no Vale do Rio Pardo, assim como o posterior surgimento da arqueologia voltada ao licenciamento ambiental.

Com intuito de alcançar regionalmente essa diversidade das circunstâncias e considerando a organização cronológica de desenvolvimento proposta por Brochado (1969) e Barth (2014), escolhemos uma amostra de três conjuntos de fontes documentais sobre o estado. O primeiro grupo, discutido no segundo capítulo, são os diversos textos publicados, entre 1870 e 1910, por autores como Theodor Bischoff, Hermann von Ihering, Carlos von Koseritz, Edgard Roquette-Pinto, Ambrósio Schupp, Carlos Teschauer e João

Paldaoff. O segundo, tratado no terceiro capítulo, são as fontes arqueológicas, produzidas entre 1921 e 1950, publicadas pela Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. O terceiro grupo, mencionado no quarto capítulo, é formado por textos publicados entre 1925 e 1965 por diferentes instituições oficiais e com autoria, por exemplo, de Ascânio Frediani, Ruy Rubem Ruschel e Pedro Ignácio Schmitz⁵.

Essas fontes serão analisadas sob a ótica de três pressupostos teóricos e metodológicos básicos: a noção de que a história da arqueologia é uma história de ideias, a necessidade do contexto histórico para construir uma história da arqueologia e a percepção de buscar construir um estudo histórico sobre a cultura material, formada tanto pelo dado arqueológico quanto pelo documento textual, produzida no início da arqueologia rio-grandense.

O pressuposto teórico principal da nossa pesquisa é fornecido por Robrahn-González (1999/2000), que propõe que a história da disciplina arqueológica é uma história de ideias, de descobertas, de discussões teóricas e de formas diferentes de olhar o passado. Para a autora, a história da arqueologia é também uma história do desenvolvimento dos métodos de pesquisa, utilizados com o objetivo de desenvolver as ideias e teorias sobre a mais antiga história da humanidade. É através desta história que conseguimos compreender melhor a maneira com que as populações pré-históricas foram percebidas pela arqueologia e de que forma estas pesquisas e perspectivas foram se desenvolvendo e modificando ao longo do tempo, pois “cada olhar do passado é um reflexo ou produto de seu próprio tempo: ideias e teorias estão em constante mudança, sendo cada uma delas um degrau na trajetória da arqueologia, como resultado da natureza dinâmica que a disciplina possui”. (Robrahn-González, 1999/2000, p. 11). Portanto, é esta dinamicidade histórica e metodológica que permite realizarmos uma análise do passado das pesquisas e compreendermos de forma mais ampla todas as minúcias que norteiam ou nortearam uma investigação arqueológica. Este é o elemento chave que respalda nossa pesquisa.

Além desta percepção de uma arqueologia passível de ser compreendida historicamente, também se utiliza a perspectiva teórica e metodológica proposta por Trigger (2004). Segundo o autor, a história da arqueologia pode ser compreendida e construída através da comparação dos modos como o pensamento arqueológico se desenvolveu em várias partes do mundo. Neste sentido, ele estabelece duas dimensões de análise, o diálogo interno e o externo. O diálogo interno está relacionado ao modo de como os arqueólogos desenvolvem seus métodos a fim de realizar inferências, a partir dos dados, sobre o comportamento humano. O diálogo externo é produzido por aquele que utiliza as descobertas anteriores para esclarecer questões mais genéricas sobre o comportamento humano e a história. A pesquisa pretende utilizar estes dois âmbitos de análise, mas se acredita que esta separação não é completamente clara, pois ambas, em muitas situações, se encontram juntas na nossa problemática. Esta união torna mais completa a função da pesquisa arqueológica, que é justamente contemplar tanto o estudo de uma população local quanto fornecer dados para a construção mais ampla, por exemplo, a ocupação de um território. Neste sentido, o próprio Trigger (2004, p.2) fornece uma alternativa, afirmando que “o diálogo interno envolve os interesses que distinguem a arqueologia como uma disciplina particular, ao passo que o diálogo externo representa a contribuição da arqueologia às ciências sociais”. Assim, desejamos atingir também estes dois aspectos do diálogo. A história da arqueologia, com maior ou menor recorte de

⁵ A consulta de outras fontes foi prejudicada pelo fechamento das instituições de pesquisa devido à pandemia de Covid-19, período que coincidiu com a conclusão dessa tese.

análise, não pode ser compreendida sem sua contextualização histórica de surgimento, pois a disciplina sempre esteve intrinsecamente relacionada a contextos históricos e políticos específicos.

No âmbito da pesquisa histórica, o estudo da cultura material através da arqueologia esteve relacionado às mudanças que a História passou no decorrer do século XX. Neste período, ocorreram mudanças conceituais importantes que permitiram uma ampliação do conceito de fontes históricas, provocando transformações importantes para a História e para arqueologia, sendo que esta última passou a ser mais valorizada pelo historiador. A Escola dos Annales reconheceu a importância das fontes materiais desde sua fundação, já que propunha uma renovação frente ao Positivismo, baseada na renovação teórica e na abertura das possibilidades de fontes. (Funari, 2011). Segundo Bloch (2001), o conhecimento dos fatos ocorre através do estudo de diferentes tipos de vestígios, como, por exemplo, documentos, ossadas, palavras, arqueologia. Neste sentido, “o passado é [...] um dado que nada mais modificará”, porém o conhecimento sobre o passado é algo que está sempre em progresso, que “incessantemente se transforma e aperfeiçoa.” (p. 75). Estas modificações ocorrem pela assimilação e pelo estudo dos diferentes tipos de vestígios e não exclusivamente através de documentos ou relatos de alguns poucos personagens. Esta grande diversidade de testemunhos existentes, por sua vez, torna ilusório o fato de que cada categoria de problema histórico deve ser respondida com um único tipo de documento; ao contrário disso, cada tipo de documento deve ser tratado através de diferentes técnicas. Nesta situação, o historiador deve possuir um “verniz” de todas as principais técnicas envolvidas em seu ofício e exercer os princípios da crítica, aceitando as imperfeições existentes nos documentos, a partir deste aceite, buscar identificar e desvendar estas limitações. (Bloch, 2001).

No Brasil, até a década de 1980, os estudos de cultura material permaneceram ofuscados nas ciências sociais, já que as teorias renovadoras do pensamento social, até então, permaneceram ligadas de forma mais profunda à imaterialidade dos sistemas socioculturais. O desenvolvimento do pós-estruturalismo despertou um renovado interesse pela cultura material. Atualmente, os estudos de cultura material formam um campo disciplinar mais amplo e transdisciplinar, que estuda a produção material humana e as relações dessa com o social. Estes estudos são conduzidos por arqueólogos e pesquisadores em ciências sociais e humanas sobre diferentes temas. Assim, a arqueologia pode ser compreendida como o estudo da cultura material, entretanto, os estudos de cultura material excedem a prática arqueológica. (Lima, 2011). O estudo destas fontes documentais produzidas sobre dados arqueológicos será norteado pela concepção de que a cultura material é algo concreto que carrega produções e reproduções da vida social. A cultura material possui um duplo aspecto, pois é tanto um produto quanto um vetor de relações sociais, tornando-se uma disciplina que pode conviver, sem problemas, com as demais ciências sociais. Deste modo, a arqueologia pode ser considerada a História da cultura material. (Meneses, 1983). As possibilidades de relações entre a sociedade e a cultura material também possuem uma dupla dimensão, pois esta interação “o conjunto de representações e práticas que constituem a ação social não é concebível sem sua dimensão física”. (Rede, 2012, p. 147). Portanto, no nosso contexto de trabalho, acreditamos que os dados arqueológicos (vetor) observados pelos pesquisadores e sua escrita (produto) representa perspectivas moldadas por padrões e ações sociais que podem ser recontextualizadas e resignificadas em diferentes momentos. Além disso, é interessante perceber que, através desses conceitos, a materialidade pode ser identificada nos dois elementos de análise, no dado arqueológico e no documento textual, pois ambos são formados e atuam socialmente de

forma semelhante. Desse modo, podemos arriscar a dizer que pretendemos realizar um estudo arqueológico e histórico sobre a cultura material produzida no início da arqueologia rio-grandense.

Esses pressupostos apontam para a necessidade de compreender o contexto histórico que moldou os diferentes momentos da história da arqueologia. Sobre a cronologia que buscamos analisar na realidade arqueológica sul-rio-grandense destacam-se, principalmente, dois grandes panoramas históricos, o evolucionismo cultural e o histórico-culturalismo. Essas compreensões serão sinteticamente referenciadas e, posteriormente, retomadas ao longo do trabalho.

A criação da arqueologia como disciplina científica foi influenciada diretamente pela Ilustração e ocorreu no início do século XIX, na Europa, principalmente na Dinamarca, Inglaterra e França. Foram nessas áreas que a pré-história foi considerada pela primeira vez como o estudo da evolução do homem. Nas décadas de 1860 e 1870, o enfoque evolucionista aproximou, na Europa e nos Estados Unidos, a arqueologia pré-histórica da etnologia, união essa baseada na ideia de evolução cultural linear. Assim, a explicação para as diferenças entre as sociedades baseava-se nas diferenças ambientais de cada região. Neste período, conhecido como a época das grandes “sínteses imperiais”, várias regiões do mundo foram estudadas e inseridas no modelo de evolução cultural que seguia uma linha de estágios e etapas rumo ao progresso, sendo a Europa a meta civilizacional mais almejada. (Trigger, 2004; Perry, 2002; Renfrew; Bahn, 1998). Este contexto histórico coincide com o início do recorte temporal da nossa proposta de trabalho, podendo ser percebido na atuação dos primeiros pesquisadores que atuaram no Rio Grande do Sul. Estes pioneiros são, predominantemente, de origem alemã e discutem temas muito próximos aos que são abordados fora do país. São exemplos de temas a origem natural ou artificial de sítios arqueológicos e a antiguidade do homem pré-histórico americano.

A partir do final do século XIX, o evolucionismo cultural passou a ser contestado na Europa, devido ao crescente nacionalismo e à industrialização, assim, os “países em face do conflito social crescente, estimulavam o nacionalismo, culpando estados vizinhos por seus problemas econômicos e sociais” (Trigger, 2004, p. 145). Este período histórico permitiu o surgimento da arqueologia histórico-cultural, que buscava identificar espacialmente materiais arqueológicos, cronologicamente relacionados e os associar aos antepassados de grupos étnicos conhecidos ou nacionais, influenciando o mundo todo. (Trigger, 2004, p. 145). No contexto brasileiro, o histórico-culturalismo foi utilizado como aspecto teórico principal para o desenvolvimento, a partir de 1965, do PRONAPA. Deste modo, a influência do histórico-culturalismo, apesar de ser um enfoque gestado ainda no final do século XIX, moldou todo o início das pesquisas arqueológicas modernas, além de seus resultados ainda formarem a base de dados principal da arqueologia brasileira.

Esses dois grandes panoramas históricos, o evolucionismo cultural e o histórico-culturalismo, podem também ser interpretados e aperfeiçoados frente ao contexto de desenvolvimento da arqueologia americana, ainda mais próximo da realidade que estudamos. O intervalo compreendido entre 1840 e 1914 é classificado por Robrahn-González (1999/2000) como um período descritivo e classificatório, considerado o “berço da arqueologia sistemática, resultando em sua definição formal enquanto disciplina”. (p. 17). Foi, nesta época, que se iniciaram as descrições e classificações criteriosas; os extensos trabalhos de campo, a tipologia e o mapeamento geográfico se desenvolveram. No início do século XX, a arqueologia começou a ser ensinada em várias universidades do mundo, e a aliança entre a arqueologia e a antropologia tornou-se mais estreita, bem como a necessidade de classificar a grande quantidade de material que havia sido

coletado nas escavações tornou abundantes as publicações voltadas à classificação. Assim, os esforços de pesquisas se concentraram na organização de sistemas cronológicos regionais e na descrição, a partir da ideia de tipos culturais, de característica de desenvolvimento cultural de cada área estudada.

Os anos entre 1914 e 1960 são classificados por Willey e Sabloff (1980) como um período classificatório-histórico. Entre 1914 e 1940, o estabelecimento de cronologias tornou-se o tema central da arqueologia americana. Esta busca cronológica já era utilizada anteriormente, entretanto, depois de 1940, a escavação estratigráfica começou a ganhar mais espaço, tornando-se o método na chave para organizar as cronologias recuperadas, assim, os princípios estratigráficos se espalharam por várias porções da América. A partir de 1960, a arqueologia ficou em segundo plano, pois a etnologia e a antropologia social passaram a ser consideradas disciplinas mais relevantes. Como uma espécie de resposta a esta marginalização da arqueologia, surgiram novas ideias e perguntas teóricas que conduziram a um reexame crítico dos objetivos e dos procedimentos arqueológicos. Este surgimento instigou novas tendências experimentais as quais caracterizaram esta segunda fase do período classificatório-histórico. Desta maneira, surgiram as primeiras inferências sobre a funcionalidade arqueológica, sobre os padrões de assentamento e sobre as relações existentes entre a cultura e o ambiente natural. Assim, tornaram-se importantes para os estudos arqueológicos as relações entre o homem e a paisagem, sua relação com recursos naturais e, também, com outros homens, além de uma melhor compreensão sobre adaptações socioeconômicas e organizações sociopolíticas humanas. (Willey; Sabloff, 1980).

Na conjuntura brasileira, este desenvolvimento, ocorre de forma semelhante, apenas em ritmo menos acelerado. Segundo Barreto (1999/2000), o final do século XIX representou um período de efervescência na produção arqueológica, provocado pelo intenso levantamento de dados primários através de inúmeras expedições, escavações e formação de coleções de materiais e pela elaboração de hipóteses e teorias explicativas sobre a origem e a filiação cultural dos indígenas brasileiros. Nesta época, os museus tornaram-se os centros de referência de produção destas pesquisas, frente ao contexto de implantação tardia de centros universitários no Brasil.

No enquadramento das pesquisas arqueológicas, o surgimento dos museus esteve relacionado aos paradigmas evolucionista, positivista e naturalista que começaram a influenciar o país a partir de 1870, junto do surgimento de uma elite intelectual que passou a se organizar ao entorno do debate romântico sobre os fundamentos de uma “cultura nacional”. Segundo Prous (1992), nesta época os cientistas estavam focados em estudar o máximo possível as populações consideradas “primitivas”, visto que estas estariam prestes a desaparecer frente ao avanço da “cultura superior ocidental”. Os cientistas, entre 1920 e 1945, passaram a se dedicar mais à formação do povo brasileiro moderno, discutindo uma mistura racial que envolvia mais negros e brancos, não considerando tanto os indígenas. Neste período, as culturas indígenas apenas mereceram “um lugar marginal na obra dos grandes antropólogos então formados pelo Museu Nacional, como Roquete Pinto ou Bastos d’Ávila”. (Prous, 1992, p. 11).

O desenvolvimento do Museu Paulista, em São Paulo; do Museu Paraense, em Belém e a reforma do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, foi um fator determinante para a arqueologia brasileira, não apenas na “forma como a pesquisa foi institucionalizada, mas também ao definir os modelos científicos de produção de conhecimento”. (Barreto, 1999/2000, p. 37). A formação e a institucionalização do Museu Botânico do Amazonas, do Museu Paraense e do Museu Paulista foram estudadas de forma consistente por Ferreira (2007).

Em outro trabalho, Ferreira (2002) estudou a institucionalização da arqueologia no Brasil Imperial, analisando o caso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e do Museu Nacional. Segundo Schwarz (1989), a criação destes museus brasileiros foi reflexo dos novos ideais do período que estavam se contrapondo aos legados metropolitanos e à ótica colonial. Nestes museus, a arqueologia e a etnologia obtiveram espaços de pesquisa próprios, entretanto, estes ainda eram considerados inferiores se comparados com a botânica, zoologia e geologia, consideradas as “verdadeiras” ciências naturais. Assim, “a ciência do homem era exercida mais como uma arte classificatória, na qual vestígios arqueológicos eram coletados e organizados enquanto ilustração material empírica da evolução humana”. (Barreto, 1999/2000, p. 38). No período entre guerras, ocorreu uma considerável diminuição da produção arqueológica, causada tanto pelo período de decadência dos grandes museus quanto pela transformação de interesse sobre a antropologia, a qual gerou um isolamento da arqueologia e um consequente desinteresse dos intelectuais da época pelas pesquisas. (Barreto, 1999/2000).

Entretanto, no contexto gaúcho, essa dinâmica ocorreu de forma diferenciada, revelando categorias mais flexíveis de desenvolvimento da disciplina arqueológica. São as características regionais desse processo que desejamos apontar. Para nos aproximarmos desse objetivo, dividimos a Tese em cinco capítulos, sendo que quatro deles tratarão, especificamente, de um conjunto de trabalhos arqueológicos.

O primeiro capítulo consiste na presente introdução. O segundo versará sobre textos de autorias variadas, publicados em periódicos entre o final do século XIX e início do XX, em que se destacam os trabalhos de estrangeiros, principalmente de origem alemã. O terceiro capítulo tratará dos trabalhos arqueológicos, publicados entre 1921 e 1950 pela Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, pouco conhecidos pelos arqueólogos gaúchos. O quarto capítulo será formado pela análise de textos variados, publicados até 1958, pesquisas que marcaram o início das atividades arqueológicas modernas no estado. O quinto e último capítulo realizará uma síntese conclusiva dos dados obtidos ao longo da pesquisa, buscando completar as perspectivas apontadas no primeiro capítulo.

UM PRINCÍPIO PARA A ARQUEOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE (1870-1910)

Não foi um trabalho científico; quisemos apenas, na acanhada esfera de alguns artigos para a imprensa diária, reunir os dados principais sobre os usos e costumes dos primitivos habitantes desta região e indicar os problemas mais salientes, que lhes são relativos. (Koseritz, 1928, p. 45).

O nascimento da Arqueologia, como uma prática sistemática de rastrear nos artefatos informações sobre o passado, ocorreu ainda na época em que a crença na origem bíblica do ser humano prevalecia. No medievo, os dados considerados confiáveis e verídicos sobre o passado eram provenientes das escrituras sagradas e de algumas informações provenientes do mundo clássico greco-romano. À vista dessa concepção medieval, conforme Trigger (2004), floresceu e se constituiu uma visão cristã sobre o passado, baseada em proposições fundamentais. Entre as principais alegações dogmáticas, destacam-se a crença que a origem do mundo era algo recente e sobrenatural, possuindo ele poucos milhares de anos e a compreensão de que a criação

divina original estava em degeneração⁶. Assim, as transformações naturais representariam essa decadência, existia também a convicção que o gênero humano foi criado por Deus no Jardim do Éden, situado no Oriente Próximo, dispersando-se⁷ para outras regiões, e uma confiança que os comportamentos culturais, intelectuais e sociais praticados no medievo europeu eram fieis aos existentes no passado bíblico. Decorrente dessa visão, os interesses pelos vestígios materiais eram restritos à coleta e preservação, em especial, de relíquias sagradas, fato que não favoreceu o desenvolvimento de estudos sistemáticos. Contudo, essa consciência de passado instituiu a “base conceitual sobre a qual a arqueologia havia de desenvolver-se, na Europa, com a mudança das condições sociais”. (Trigger, 2004, p. 35).

O paradigma medieval começou a ser alterado no século XVIII com o progressivo avanço das concepções filosóficas decorrentes da Ilustração, quando a práxis se desenvolveu, gradativamente, como disciplina científica. Conforme Trigger (2004), o “século das luzes” trouxe, especialmente à Europa, um novo olhar sobre o mundo, filtrado por uma confiança cada vez mais intensa no desenvolvimento econômico e cultural dos seres humanos. Para os filósofos⁸ ilustrados, essa confiança no humano estava assentada na compreensão naturalística sobre os processos sociais e na crença consolidada do progresso. Esses elementos, quando combinados, produziram um conjunto de práticas conceituais que buscavam explicar a mudança social e criar uma metodologia capaz de esclarecer o percurso geral do desenvolvimento humano.

O entendimento ilustrado sobre essa trajetória humana foi pautado pela concepção da existência de uma unidade psíquica entre todos os grupos humanos, representados pela ausência de obstáculos biológicos para o progresso. A partir dessa inexistência de barreiras, o progresso cultural era considerado dominante na história humana e a mudança aconteceria continuamente por causas naturais e não de modo episódico por razões sobrenaturais. No julgamento ilustrado, a ação do progresso é derivada do pensamento racional, que permite a melhoria da condição humana através do aumento da capacidade de controlar o ambiente e, por sua vez, é gerador de riqueza. Outra característica pertinente é que o progresso não se limitava apenas ao avanço tecnológico, mas envolveria todos os aspectos humanos, inclusive a sociedade, a política, a moralidade e as crenças religiosas, assim, ele aperfeiçoaria a natureza humana, através da eliminação progressiva da ignorância, da paixão e da superstição e do rompimento com a necessidade medieval de combate ao pecado como forma exclusiva de alcançar a salvação. (Trigger, 2004).

⁶ Segundo a narrativa bíblica, Adão e seus descendentes eram agricultores e pastores e a siderurgia passou a ser praticada no Oriente Próximo em poucas gerações, assim, os primeiros humanos estavam diretamente ligados à revelação de Deus a Adão. Posteriormente, esse conhecimento divino foi mantido e aperfeiçoado por meio de sucessivas outras revelações, firmadas pelos patriarcas e profetas hebreus e, depois, pelo Novo Testamento. Todas essas manifestações constituíram-se propriedade da Igreja Cristã, assim, a instituição tornou-se responsável pela elevação dos padrões de comportamento humano. Em oposição, os grupos que se distanciaram do Oriente Próximo tenderam à degeneração, pois deixaram de ter sua fé renovada pela revelação divina e pelos ensinamentos de Cristo. Na mentalidade medieval, essa decadência era evidenciada pelas práticas politeístas, idólatras e imorais e foi utilizada também para a elucidação das tecnologias primitivas no momento em que essas sociedades eram contatadas pelos europeus. (Trigger, 2004).

⁷ Essa dispersão teria ocorrido em dois grandes movimentos: o primeiro verificou-se após a expulsão dos ancestrais humanos do Jardim do Éden e o segundo decorreu após o dilúvio de Noé. (Trigger, 2004).

⁸ Entre os filósofos mais importantes nesse movimento, Trigger (2004), destaca, entre outros, os franceses Montesquieu, Turgot, Voltaire e Condorcet. Além deles, o inglês John Locke e os escoceses William Robertson, John Millar, Adam Ferguson e James Burnett também desempenharam um papel importante nesse processo de construção do “paradigma da Ilustração” na Arqueologia mundial.

Esse novo olhar sobre a condição humana proporcionou o fortalecimento de uma percepção evolutiva sobre a história humana, ampla o suficiente para confrontar o anterior entendimento medieval sobre o mundo. Entretanto, como destaca o mesmo autor, esse desenvolvimento evolucionista sobre o passado foi mais influenciado pela paulatina mudança, iniciada no século XVII, das mentalidades do que necessariamente pelo avanço no corpo de conhecimento propriamente arqueológico.

No século XIX, o cenário de transformação, pensado pela Ilustração, estava assentado e a Arqueologia pré-histórica passou a assumir maior autonomia em relação aos estudos do passado clássico. O conhecimento sobre o remoto passado humano sofreu uma gradual e contínua sistematização dos dados, fato que permitiu um rompimento metodológico com as antigas práticas de antiquários. Essa consolidação passou a agregar outras proposições teóricas que se espalharam por várias partes do mundo através do influxo imperialista. Logo, ao longo do século XIX, principalmente entre as décadas de 1860 e 1870, os pesquisadores “continuaram a acreditar nas origens evolutivas da sociedade europeia”, entretanto, “nesse período eles estavam inclinados a dar explicações raciais para o fracasso de outras sociedades em evoluir tanto quanto a sua”. Assim, era destaque a concepção de que as “sociedades nativas eram estáticas” e que por isso as mudanças, quando evidenciadas no registro arqueológico, eram explicadas através dos processos migratórios e não devido ao dinamismo interno da sociedade estudada. (Trigger, 2004, p. 56).

No Brasil, esse movimento foi percebido mais claramente a partir da segunda metade do século XIX, quando as publicações, produzidas durante os grandes levantamentos arqueológicos, tornaram-se mais frequentes e revelaram a necessidade de conhecer o “exótico” passado indígena brasileiro. O grande interesse do imperador D. Pedro II pelas questões antropológicas contribuiu tanto para a implantação das “primeiras entidades oficiais”, incumbidas de uma atuação relevante no desenvolvimento da arqueologia brasileira, quanto para o fortalecimento do Museu Nacional⁹. Posteriormente, após a Proclamação da República, o Museu Paulista¹⁰ tornou-se o “grande rival” do Museu Nacional. Nesse mesmo período, o Museu Paraense¹¹ estava se reorganizando e, no futuro, se destacaria nos estudos arqueológicos amazônicos. O “antagonismo entre estas instituições (a primeira, monárquica, e a segunda, republicana) iria logo comprovar-se” pela discussão sobre a origem natural ou artificial dos sambaquis do litoral brasileiro, debate em que cada instituição adotou um posicionamento. (Prous, 1992, p. 7).

No Rio Grande do Sul, esse panorama apontado pelo contexto nacional alterou-se, principalmente, a partir da segunda metade do século XIX. Apesar das características vagarosas dessa transformação, ela revelou um horizonte diversificado de personagens que alinhavavam os ensaios iniciais da construção sobre o passado pré-colonial gaúcho. Essa diversidade também se refletia nas temáticas estudadas e nas características da formação dos primeiros pesquisadores que se arriscavam a formular as hipóteses iniciais dessa compreensão. Para alcançar essa pluralidade de trabalhos e compreender de forma mais clara como esse processo ocorreu no contexto rio-grandense, neste capítulo, serão analisados textos escritos por diferentes autores, escritos e publicados em variados periódicos ao longo dos anos de 1881 e 1906.

⁹ O Museu Nacional foi criado no ano de 1818, através de decreto promulgado por D. João VI.

¹⁰ Foi criado no dia 7 de setembro de 1895, homenageando a data da Independência brasileira.

¹¹ Foi fundado no ano de 1866, na cidade de Belém, capital do Estado do Pará.

Tabela 1 – Fontes analisadas no segundo capítulo

	Título	Autor/Referência
01	Subsídios ethnographicos	Koseritz (1928)
02	Bosquejos ethnologicos	Koseritz (1884b)
03	Sambaquis de Conceição do Arroio	Koseritz (1884a)
04	Sobre os Sambaquis no estado do Rio Grande do Sul	Bischoff (1928)
05	A Lagoa dos Patos	Ihering (1969)
06	Os índios do Rio Grande do Sul	Ihering (1895a)
07	A civilização pré-histórica do Brasil Meridional	Ihering (1895b)
08	Relatório de excursão ao litoral e à região das lagoas do Rio Grande do Sul	Roquette-Pinto (1962)
09	Os aborígenes do Brasil sob o ponto [...] ethnologico	Schupp (1903a)
10	As bolas dos bugres	Schupp (1903b)
11	[...] Achados índios no Museu do Colégio Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo	Teschauer (1929)
12	Archeologia Rio-grandense	Paldaoff (1900)
13	Os primitivos habitantes do Rio Grande do Sul	Luedeke (1928)

Fonte: dados organizados pelo autor.

A escolha dessa amostra documental, assim como as analisadas nos demais capítulos, foi pautada pela inclusão dos autores e dos trabalhos mais referenciados nas pesquisas arqueológicas produzidas sobre o estado. Durante a análise, se buscará descrever alguns aspectos essenciais desses estudos e, na medida do possível, balizar os fatores externos e internos que influenciaram sua produção.

Uma Trincheira de Estrangeiros

Em praticamente todas as investigações arqueológicas produzidas sobre o Rio Grande do Sul, é habitual a referência a estudos desenvolvidos durante a segunda metade do século XIX. Esses textos são identificados pelos pesquisadores como representativos das primeiras pesquisas arqueológicas desenvolvidas na região e constituem-se, essencialmente, de atividades produzidas por pesquisadores de origem estrangeira. Assim, esse conjunto documental marca o surgimento de uma bibliografia mais especializada sobre a arqueologia, consistindo, segundo Brochado (1969), no primeiro momento da história da disciplina no estado.

Entretanto, apesar do aspecto inaugural e fecundo desses trabalhos, eles foram pouco problematizados e permanecem sendo vagamente interpretados pela produção arqueológica. Para contemplar essa perspectiva e fornecer algumas informações mais aprofundadas sobre esse grupo documental, foram analisados textos, resultados das pesquisas desenvolvidas por Carlos von Koseritz, Theodor Bischoff e Hermann von Ihering. O exame mais detalhado dessas obras, consideradas as principais realizadas na segunda metade do século XIX no estado, poderá preencher uma pertinente lacuna de pesquisa, construída tanto pelos horizontes revelados pelo trabalho inaugural de

Brochado (1969) quanto pelas referências bibliográficas expostas nas pesquisas arqueológicas produzidas na atualidade.

Na conjuntura estadual, as primeiras publicações arqueológicas mencionadas são atribuídas ao alemão Carlos von Koseritz¹², personagem cuja atuação foi notória, principalmente, no cenário político e intelectual gaúcho das últimas décadas do século XIX. Segundo Grützmann (2007), ele fez parte de uma geração de intelectuais de pensamento liberal que emigram do continente europeu após as derrocadas das revoluções liberais de 1848, movimentos em que também participaram a Alemanha. Koseritz chegou¹³ ao Brasil em 1851. Durante o período que permaneceu na cidade de Pelotas, fundou, em 1856, um colégio e aderiu às atividades jornalísticas, principalmente na redação do jornal “O Noticiador”, posteriormente, em 1858, fundou seu próprio jornal, “O Brado do Sul”, lembrado como o primeiro jornal diário de Pelotas. Além disso, envolveu-se no cenário político local, colocando-se, através de enftretamentos diários na imprensa, contra os políticos progressistas, partido dominante no município. Devido a esses conflitos, Koseritz mudou-se para a cidade de Rio Grande, onde continuou atuando na imprensa local através da redação do jornal “O Povo”, prestando colaborações no “Eco do Sul” e fundando o Ateneu Rio-Grandense, uma instituição de ensino primário e secundário.

Novamente, segundo Grützmann (2007), decorrente de novos conflitos locais e acusações, chegou, em 1864, a Porto Alegre, onde atuou como jornalista, advogado e filiou-se à maçonaria. Por um convite do governo, tornou-se uma espécie de “agente-intérprete” da colonização alemã e concentrou-se em atividades ligadas à história, economia, filosofia, etnografia e literatura. Foi membro da Assembleia Provincial entre 1883 e 1889. Sua representatividade, conforme Grützmann (2007), ocorreu devido à sua destacada atuação como jornalista na imprensa em língua portuguesa e alemã publicada no Rio Grande do Sul, envolvendo um período de mais de três décadas consecutivas. Essa atuação,

Engloba as funções de colaborador, redator e dirigente/redator. Na função de redator, Koseritz trabalhou para os seguintes periódicos: O Povo, de Rio Grande; Jornal do Comércio; A Ordem, folha conservadora; O Mercantil; e A Reforma, órgão do Partido Liberal, todos editados em Porto Alegre. Sua atividade mais significativa nesta área ocorre de 1864 a 1881, época em que esteve à frente da redação do bissemanário *Deutsche Zeitung* (Folha Alemã), jornal noticioso, criado, em 1861, por um grupo de comerciantes alemães de Porto Alegre, então o principal periódico em língua alemã na Província, no qual também divulgou uma grande parte de sua produção intelectual, permitindo a Koseritz, durante vários anos, um acesso expressivo e privilegiado ao público leitor de fala alemã. (Grützmann, p. 129-130)¹⁴.

Entre as convicções políticas e filosóficas expostas em seus trabalhos, Koseritz difundia o “ideário liberal, o evolucionismo darwiniano e a filosofia monística”, tinha uma

¹² Karl (ou Carl ou Carlos) Julius Christian Adalbert Heinrich Ferdinand von Koseritz foi filho do barão de Koseritz. Nasceu, em 3 de fevereiro de 1830, em Dassau, capital do ducado de Anhalt, na Alemanha; faleceu no dia 30 de maio de 1890, em Porto Alegre (Carneiro, 1959).

¹³ Ele entrou no Brasil na “condição de grumete (marinheiro de graduação inferior), no veleiro Heinrich, que transportava parte dos mercenários da Legião Alemã, contratada pelo governo imperial para lutar contra Rosas. No Rio de Janeiro, engajou-se no 2º Regimento de Artilharia da Legião Alemã, da qual desertou em Rio Grande, no Rio Grande do Sul, no ano de 1852. Passou a viver na cidade de Pelotas, onde trabalhou como guarda-livros e professor e onde, no ano de 1855, casou-se com Zeferina Maria de Vasconcelos, filha de um estancieiro da localidade, com quem teve quatro filhas”. (Grützmann, 2007, p. 129).

¹⁴ A reprodução das fontes, presente nas citações diretas, foi atualizada, na medida do possível, conforme as normas atuais da língua portuguesa.

postura “anticlerical, antifrancesista e antipositivista”. Além disso, debatia questões cruciais na segunda metade do século XIX, como, por exemplo, a “educação” e a “participação política dos imigrantes alemães e de seus descendentes”, assim como a “manutenção da germanidade” e da sua “inserção na sociedade brasileira”. (Grützmann, 2007, p. 129).

A partir dessa ampla rede de atuação e desse panorama de influências, Koseritz publicou um dos primeiros textos da arqueologia gaúcha. O trabalho “Subsídios etnográficos” (1928), originalmente publicado em 1881, na Gazeta de Porto Alegre, realiza apontamentos sobre uma coleção etnográfica de cerca de 2000 objetos, sendo ela fruto de um paciente trabalho de 15 anos e formada tanto de artefatos recolhidos pelo próprio autor quanto de doações vindas de diversas regiões do estado. Esses artefatos formaram a Exposição Antropológica, vinculada à “Exposição Brasileira-Allema”, realizada em 1881. Infelizmente, a coleção reunida por Koseritz foi destruída devido ao incêndio ocorrido no pavilhão principal da exposição. Assim, o objetivo principal desse trabalho foi o de compilar e reunir informações sobre os materiais perdidos.

Além disso, esse esforço de congregar dados perdidos revela uma preocupação de Koseritz de efetivar um compromisso anterior, firmado com um antropólogo alemão. A ligação do pesquisador com Philipp Wilhelm Adolf Bastian (1826-1905) demonstra a proximidade existente entre as pesquisas iniciais no estado com membros de instituições estrangeiras de pesquisa, especialmente, as de origem alemã. Adolf Bastian é reconhecido como um dos responsáveis pela institucionalização da disciplina antropológica na Alemanha. Sua figura tornou-se de grande importância, entre outras situações, no cenário de viajantes e cientistas alemães que percorreram várias regiões do mundo. (Baldus, 1966).

O trabalho de Elaine Calça (2020), que estudou, especificamente, a atuação de Bastian no cenário alemão e mundial sob o aspecto do imperialismo, demonstrou que muitos dos objetos e registros etnográficos obtidos pelo pesquisador e atrelados à Sociedade de Antropologia, Etnologia e Pré-História de Berlim revelam a existência de uma rede transnacional de expedicionários e cientistas.

Segundo a autora, tanto os “crânios, cabelos, peles e outras partes do corpo” quanto os “objetos denominados etnográficos”, constituintes das coleções do Museu de Etnologia de Berlim, são objetos, hoje classificados como pertencentes à cultura material, que foram utilizados nos trabalhos de alemães, cientistas ou não, que criaram uma rede de atuação transnacional durante o século XIX. Essa rede desenvolveu-se simultaneamente com o avanço do capitalismo e do imperialismo, sendo “fruto da sociabilidade existente em torno de três espaços metropolitanos: as reuniões das sociedades científicas, o Museu de Etnologia de Berlim e a Revista de Etnologia”. (Calça, 2020, p. 100). Provavelmente, o interesse de Koseritz em comunicar Bastian das características dos artefatos arqueológicos e etnográficos, mesmo após sua destruição, existentes no Rio Grande do Sul, está vinculado a essa rede transnacional de atuação pretendida pelo imperialismo alemão ao final do século XIX.

Sobre as coleções arqueológicas, Koseritz (1928) afirma que o conjunto – formado por machados, pontas, bolas, cachimbos, tembetás e cerâmica – perdido durante o incêndio da Exposição era o primeiro e o maior existente naquela época no estado. Entretanto, o pesquisador afirma que existiam ainda outras, como, por exemplo, a coleção que,

[...] O Parthenon Literário por sua vez reuniu no pequeno Museu que tentara organizar, uma coleção regular, que deve ainda existir; o Sr. Dr. Hermann von Ihering fez uma pequena coleção, que cedeu ao Museu Nacional; o Sr. João Schroeder tinha outra, que nos cedeu para

a reconstrução da nova coleção que estamos organizando e para a qual temos recebidos subsídios de todas as partes da província. Reunidos esses objetos, que agora recolhemos, cremos que pouco ficará em ser e o futuro só poderá contar com os achados que forem feitos no seio da terra. (Koseritz, 1928, p. 46).

Essas informações, relacionadas à existência ou ao interesse de criação de outras coleções expõem outra faceta do início da arqueologia no estado, a aproximação com as atividades da “Sociedade Parthenon Litterario”, criada em 1868.

Segundo Kohlrausch (2018), O Parthenon Literário foi um marco importante para o desenvolvimento da literatura e da cultura no Rio Grande do Sul. A Sociedade foi instituída em Porto Alegre em 18 de junho de 1868 e tinha como objetivo principal a organização da vida literária do estado. Originalmente, a agremiação foi movida pelo ideal republicano e abolicionista¹⁵ de jovens, sendo eles liderados pelo médico, jornalista e escritor José Antonio do Vale Caldre Fião e pelo professor, jornalista e também escritor Apolinário Porto Alegre. Assim, a instituição formou uma biblioteca que chegou a reunir 6000 obras, principalmente relacionadas com as áreas de Filosofia, História e Literatura. (Moreira; Moreira; Póvoas, 2018).

Vinculado a essa biblioteca os membros criaram um museu de ciências naturais, incluindo objetos minerais, arqueológicos, numismáticos e de zoológicos. Aquiles Porto Alegre¹⁶, na revista do Parthenon de maio de 1875, comenta sobre a criação desse museu de ciências naturais e solicita aos sócios o envio de objetos que pudessem interessar ao empreendimento do museu,

É de esperar, pois, que toda a alma patriótica, interessada na grandeza deste abençoado país, avaliando os dignos esforços do Parthenon o secunde na realização desse novo tentame, remetendo á sua diretoria qualquer produto da nossa variada e rica natureza. (Porto Alegre, 1875, p. 229).

Além desse destaque sobre a organização de uma nova coleção pelo Parthenon Literário, a organização do passado em idades também é uma preocupação do trabalho de Koseritz (1928). O autor, em diversos momentos, destaca e compara as características do desenvolvimento cultural das populações pré-históricas gaúchas com outras regiões do mundo e da América, principalmente a mesoamericana e andina. Segundo ele, o Rio Grande do Sul era “uma das poucas regiões em que a idade de pedra pertenceu aos tempos históricos e mesmo ainda a este século” (Koseritz, 1928, p. 19); essa constatação é baseada na ideia de que não há evidências que os “nossos indígenas hodiernos usem ainda de machados e outros instrumentos de pedra”, mas existem provas que utilizavam “ainda há meio século porque muitos desses instrumentos que possuíamos foram achados sob tenuíssima camada de húmus, que não podia exceder a 50 anos”. (Koseritz, 1928, p. 20). Assim, conclui que com “exceção de algumas terras australianas, não cremos que haja região no mundo, cujo homem indígena seja tão atrasado como o nosso, principalmente nas províncias do centro e Sul do Brasil”. (Koseritz, 1928, p. 21).

Por sua vez, esse período “estendeu-se para os nossos indígenas por muitas dezenas de milênios e que dela passarão diretamente para idade do ferro, em que vivem

¹⁵ Sob os aspectos políticos, a agremiação esteve envolvida “na campanha em prol da libertação dos escravos, com a realização de espetáculos no Theatro São Pedro, em Porto Alegre, quando negros cativos eram alforriados muitos anos antes da assinatura da Lei Áurea”. Além disso, a questão republicana também era defendida pela maioria dos associados. A “tríade, portanto, sobre a qual repousava a agremiação podia ser expressa, preferencialmente, pela forma Abolição e República, na questão política, e Romantismo, no plano literário”. (Moreira; Moreira; Póvoas, 2018, s/p).

¹⁶ O texto é assinado por “Manfredo”, segundo Lazzari (2004), pseudônimo de Aquiles Porto Alegre.

ainda hoje”. O autor, seguindo essa mesma lógica, afirma que não existe grande diferença nos trabalhos executados pelos diferentes grupos pré-históricos, assim, o “machado do Sambaqui é igual ao do húmus dos matos” e, por esse motivo, “não há entre nós distinção a fazer entre o período da pedra lascada e da pedra polida”. (Koseritz, 1928, p. 22). Essa proposta de organização, seguindo características do Paleolítico e do Neolítico, aproxima-se da teoria classificatória publicada em 1865 pelo inglês John Lubbock.

Outro ponto de destaque no texto de Koseritz (1928) é a preocupação em estabelecer, através de avaliações sobre as mudanças no nível do mar e comparações com sítios de outras regiões do mundo, uma cronologia para o período de construção dos sítios sambaquianos na região. Segundo ele, a idade dos Sambaquis é de menos de 7.000 anos, esse período “parece acertado pela comparação com os *kyokkenmoddings* da Dinamarca”, e estava relacionada à “idade provável da emersão de nossas costas”. (Koseritz, 1928, p. 20).

O aspecto artístico dos artefatos analisados também é questionado por Koseritz (1928), que afirma que os raros objetos considerados de caráter artístico são de procedência estrangeira. Para exemplificar, ele descreve um cachimbo com uma “fisionomia bem esculpida de índio”, que revelava um “perfeito tipo dos Astecas, o que prova que fora importado no Norte.” (Koseritz, 1928, p. 21). Esse objeto foi destruído no incêndio da Exposição,

Entre os diferentes cachimbos que perdemos no incêndio da Exposição, havia um, cuja perda é verdadeiramente irreparável, porque constituía a única obra de arte indígena, jamais achada na província. Era um cachimbo de grés duro e a parte do foco apresentava, esculpida com verdadeira arte, as feições de um indígena. A escultura era perfeita, os traços fisionômicos haviam sido apanhados por mão de mestre [...] Talvez não apareça um só similar na exposição etnográfica que o nosso ilustre amigo Dr. Ladislau Netto vai inaugurar no Museu Nacional, que dirige com tanto zelo e alta inteligência. (Koseritz, 1928, p. 35-36).

Sobre a arte rupestre, Koseritz (1928) é categórico em afirmar que dos indígenas que ocuparam o Rio Grande do Sul “não se encontra vestígios de arte”. Segundo ele, a única exceção é de uma inscrição existente “num rochedo do morro da Fortaleza, no Mundo Novo”, registro muito semelhante aos encontrados em “Itacoatiara (no Amazonas) de que nos dá notícia o Sr. Rodrigues Barbosa”. (Koseritz, 1928, p. 22).

O convívio entre as populações humanas e a extinta megafauna, assim como as mudanças no nível do mar, também são referenciadas para explicar o cenário pré-histórico rio-grandense,

Desaparecerão as preguiças gigantes, os mastodontes, os tatus de estatura colossal, que viviam com o homem primitivo dos pampas; a serra do mar, que em seus cumes ainda conserva conchas do oceano, surgiu; recuarão as águas e crescerão as costas; acumularam-se Sambaquis das ostras que devoravam centro de gerações de indígenas, – o nosso homem primitivo usava ainda de instrumentos de pedra, como seus precursores decênios de milênios antes. (Koseritz, 1928, p. 22).

Em várias partes do trabalho, Koseritz (1928) evidencia a existência de contatos culturais entre indígenas e colonizadores, expresso, principalmente, pela adoção do ferro por parte dos nativos. Conforme ele, havia diversos “machadinhos de ferro, grosseiramente trabalhados”, encontrados em associação com outros machados de pedra, indicando que os “indígenas do século passado usavam do ferro, quando obtinham, sem, contudo abandonar seus velhos instrumentos de pedra”. Essa combinação ocorria devido ao fato de que o “ferro era raríssimo e só podiam obtê-lo por meio de invasão nos centros habitados pelos brancos”. (Koseritz, 1928, p. 20).

Outra característica do contato cultural, apontada e evidenciada pelos materiais, é a existência de “trabalhos de imitação de armas e instrumentos europeus”, produzidos em “grés ferruginoso”. Esses objetos teriam sido encontrados “numa espécie de oficina, que foi achada nos matos do Mundo Novo”. O conceito de oficina é utilizado pelo autor para definir um sítio com presença de uma “imensidade de machados, facas, cravadores de pedra, etc., uns prontos, outros principiados”, mas todo o conjunto denotava que seus produtores “já tinham conhecimento de idênticos instrumentos de ferro e de aço, importados do velho mundo”. (KOSERITZ, 1928, p. 27). Já a presença de adaptações indígenas de produtos importados está presente em uma “lâmina de ferro de um dos antigos ferros de engomar, que roubado em algum sítio pelos indígenas, foi por eles levado para o mato e ali provido de fio, para servir-lhes de machado”. (Koseritz, 1928, p. 27).

Os objetos conhecidos popularmente como “contas venezianas” também são descritas. Conforme o autor, na coleção destruída, em termos de ornamentação, os artefatos mais interessantes eram essas pérolas de vidro. A amostra era constituída por uma conta considerada grande e cerca de dez pequenas, sendo todas elas “achadas em sepulturas”. (Koseritz, 1928, p. 37). A origem dessas peças é problematizada,

A única explicação que acha a ciência para estas pérolas (e tal também a opinião do Sr. Dr. Von Ihering), é que sejam de origem fenícia, porque é sabido que os fenícios eram peritíssimos em trabalhos de vidro. Vem em apoio a esta opinião, a circunstancia de haverem sido achadas em sepulturas indígenas dos Estados Unidos, pérolas idênticas, cuja origem fenícia foi positivamente reconhecida. (Koseritz, 1928, p. 38).

Assim, questionando a tradicional posição sobre uma origem veneziana das contas, o autor conclui que esses objetos, assim como outro pertencente a Hermann von Ihering, são de origem fenícia, constituindo-se de significativas “provas de que os fenícios visitarão não só o Norte do continente americano (o que está hoje provado) mas também a América do Sul”. (Koseritz, 1928, p. 38).

Esse anseio em reunir e divulgar dados também é evidenciado em outro texto do autor, publicado originalmente na Gazeta de Porto Alegre e, posteriormente, em 1884, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. O trabalho intitulado “Sambaquis de Conceição do Arroio” (Koseritz, 1884a) fornece uma notícia de divulgação da análise de “ostreiros”, no atual município de Conceição do Arroio (atual município de Osório). Os dados utilizados no estudo são provenientes de pesquisas realizadas anteriormente por Theodor Bischoff. Os objetos encontrados nos sítios, segundo Koseritz, não pertencem aos indígenas que povoaram as áreas de “mato e os campos do Sul”. (Koseritz, 1884a, p. 180) e as suas características se aproximam das ocorrências em Santa Catarina e Paraná, fato que “faz supor, que os povos, que formaram aquelas ostreiras, vieram descendo daquelas regiões”. (Koseritz, 1884a, p. 181).

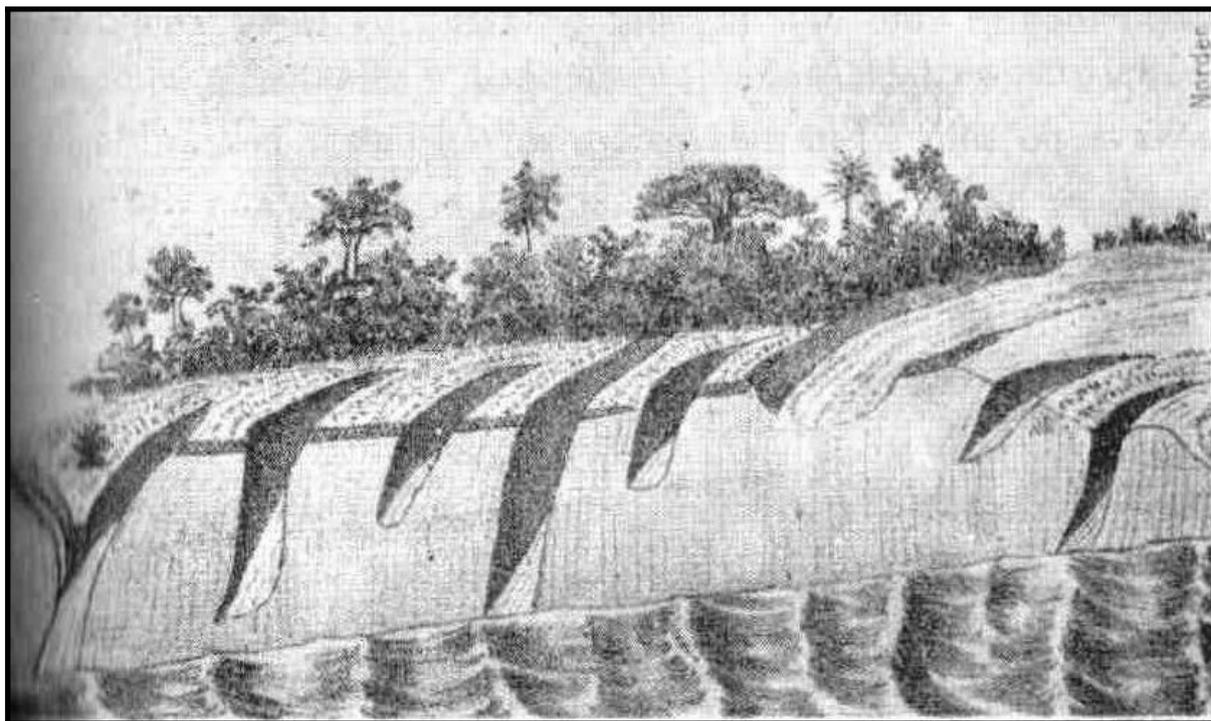
Outro texto do autor, recorrentemente citados em trabalhos arqueológicos, são os “Bosquejos ethnologicos”, publicado originalmente em 1884. Koseritz (1884b) discute brevemente a formação de coleções e as pesquisas realizadas até aquele momento no estado. Nesse trabalho, a problemática está voltada aos crânios humanos de sambaquis e consiste em uma espécie de síntese de trabalhos anteriores. O destaque é o relato sobre a descoberta de um crânio “inteiriço e bem conservado” no sambaqui de Cidreira. Entretanto, o crânio sofreu uma queda, sendo reconstruído e medido por Bischoff. A partir da análise realizada, Koseritz adverte que: Em “toda a coleção craniológica do Museu não vi tipo algum de tão bestial configuração como este crânio de Cidreira” e, ao mesmo tempo, informa que os “Drs. Ladislau Netto e Lacerda, vendo o desenho exato do crânio

que vou enviar-lhes (em tamanho natural), concordarão comigo”. (Koseritz, 1884b, p.101).

Em um tempo semelhante aos trabalhos de Koseritz (1928, 1884a, 1884b), a pré-história sul-rio-grandense era objeto de análise de outro pesquisador estrangeiro, o alemão Theodor Bischoff. O texto “Ueber die Sambaquis in der Provinz Rio Grande do Sul (Brasilien)” foi originalmente publicado em 1887 por Bischoff, no periódico alemão “Zeitschrift für Ethnologie”¹⁷. A versão em português do texto foi publicada, em 1928, na Revista do Museu e Archivo Público do Rio Grande do Sul.

O texto de Bischoff (1928) descreve prospecções realizadas, principalmente, em sambaquis localizados próximas à lagoa da Fortaleza, no atual município de Cidreira e da lagoa da Cerquinha, no atual município de Balneário Pinhal. Além desses sítios, o autor descreve alguns levantamentos realizados em outros sítios, cuja localização tornou-se imprecisa para o próprio devido à dinâmica dos ventos na região. De modo geral, a cadeia de sítios prospectados possuía ligação, pois todas as áreas de lagoas pesquisadas “correm para a Lagoa de Tramandaí, e daí para o mar”. (Bischoff, 1928, p.12). Alguns desses sítios visitados e seu entorno ambiental (Figura 1 a Figura 6) são representados por croquis.

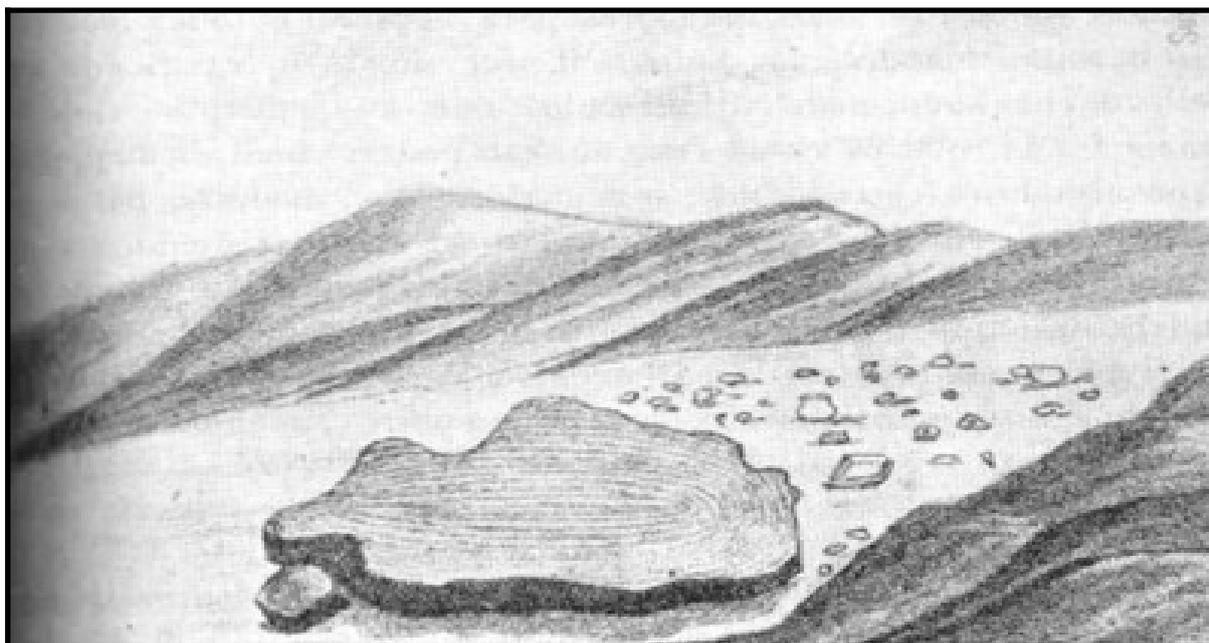
Figura 1: Restos de Sambaquis em barranca a leste da Lagoa da Cerquinha



Fonte: Bischoff (1928).

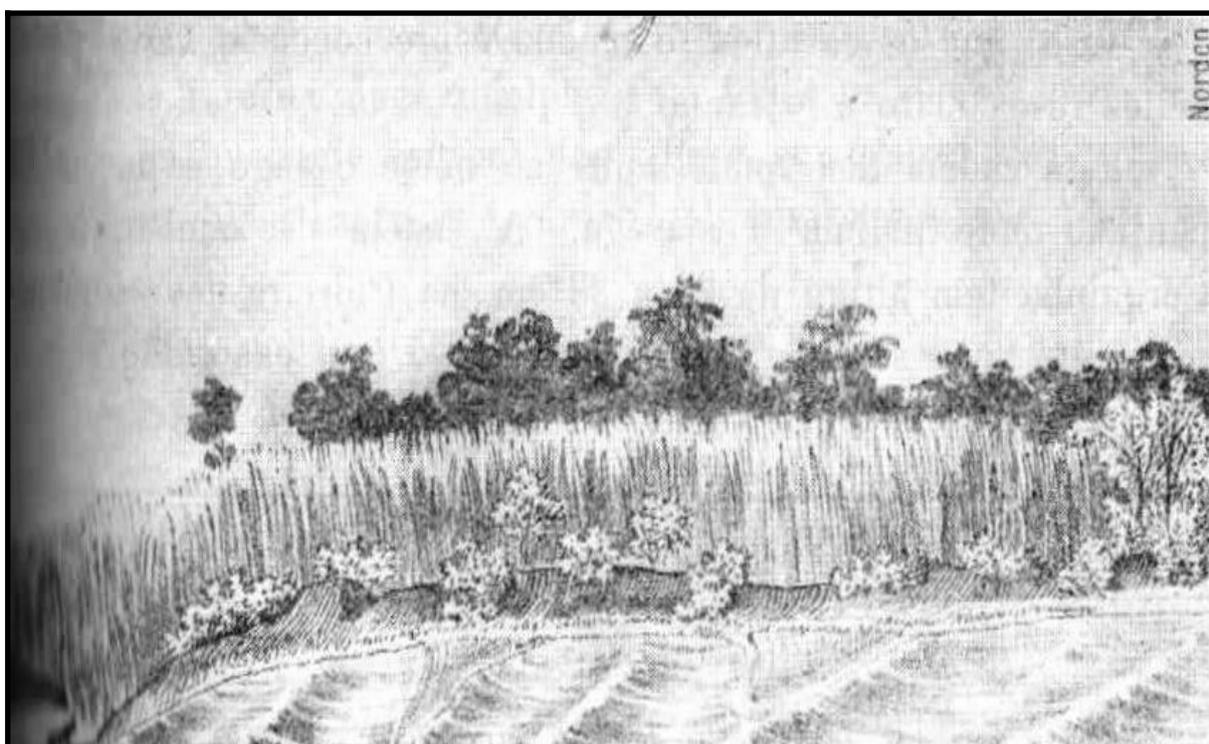
¹⁷ O periódico foi criado em 1869 pela “Berliner Gesellschaft für Anthropologie, Ethnologie und Urgeschichte”. A instituição foi inaugurada pelo médico e antropólogo Rudolf Virchow e reuniu vários estudiosos com o objetivo de divulgar esses novos ramos da ciência para a consciência pública e, ao mesmo tempo, dar-lhes a devida atenção e apoio das autoridades estaduais. (GESCHICHTE DER BGAEU, 2020).

Figura 2: Sambaquis entre dunas ao leste da Lagoa da Cerquinha



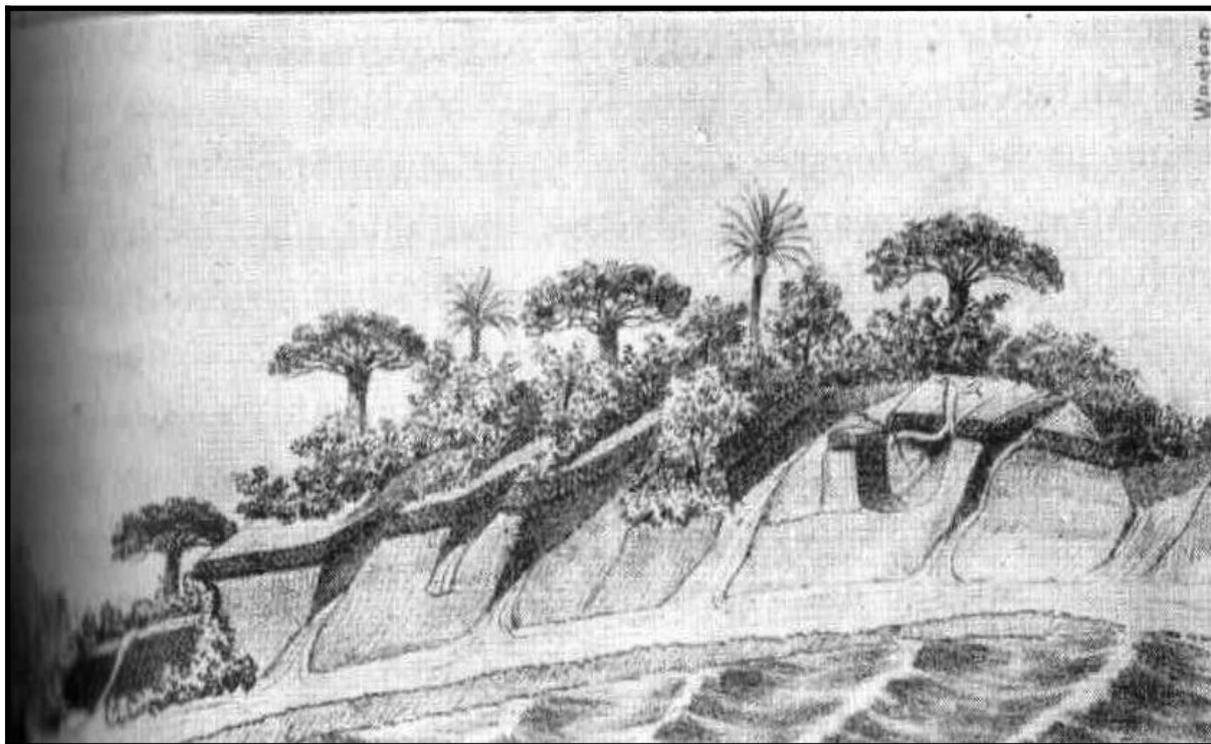
Fonte: Bischoff (1928).

Figura 3: Sambaquis ao oeste da Lagoa da Cerquinha



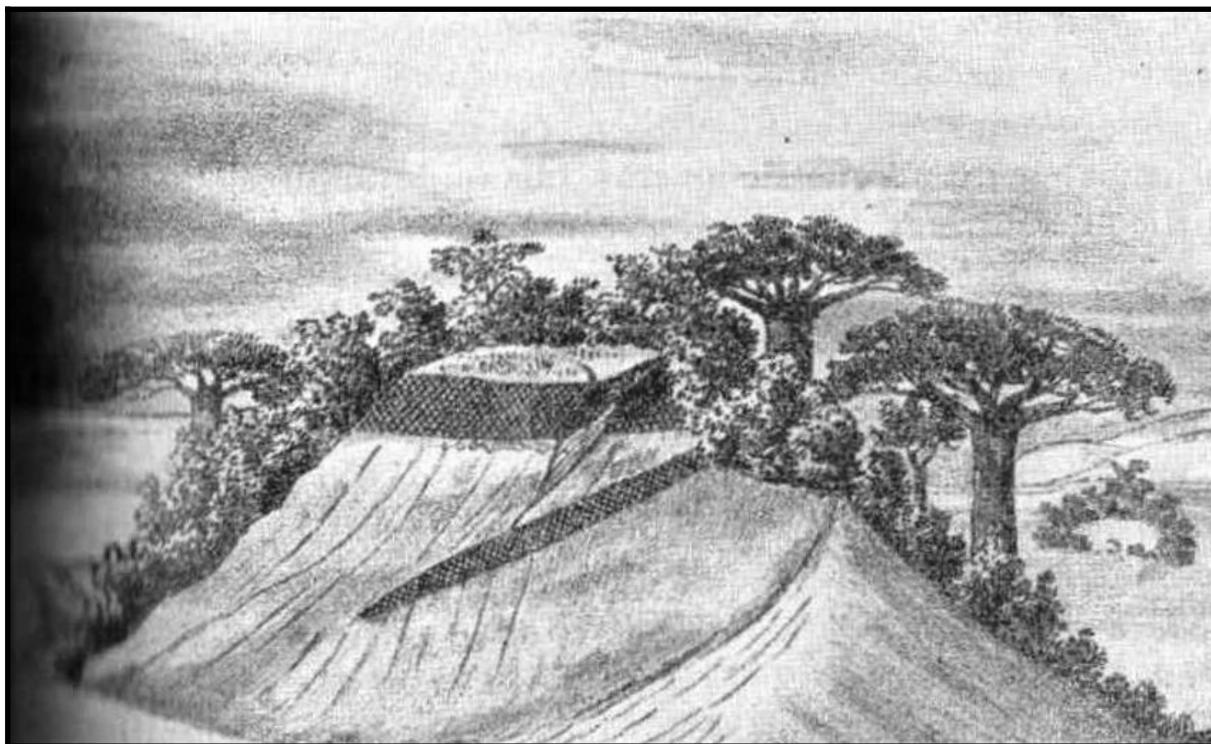
Fonte: Bischoff (1928).

Figura 4: Sambaquis ao sul da lagoa da Fortaleza

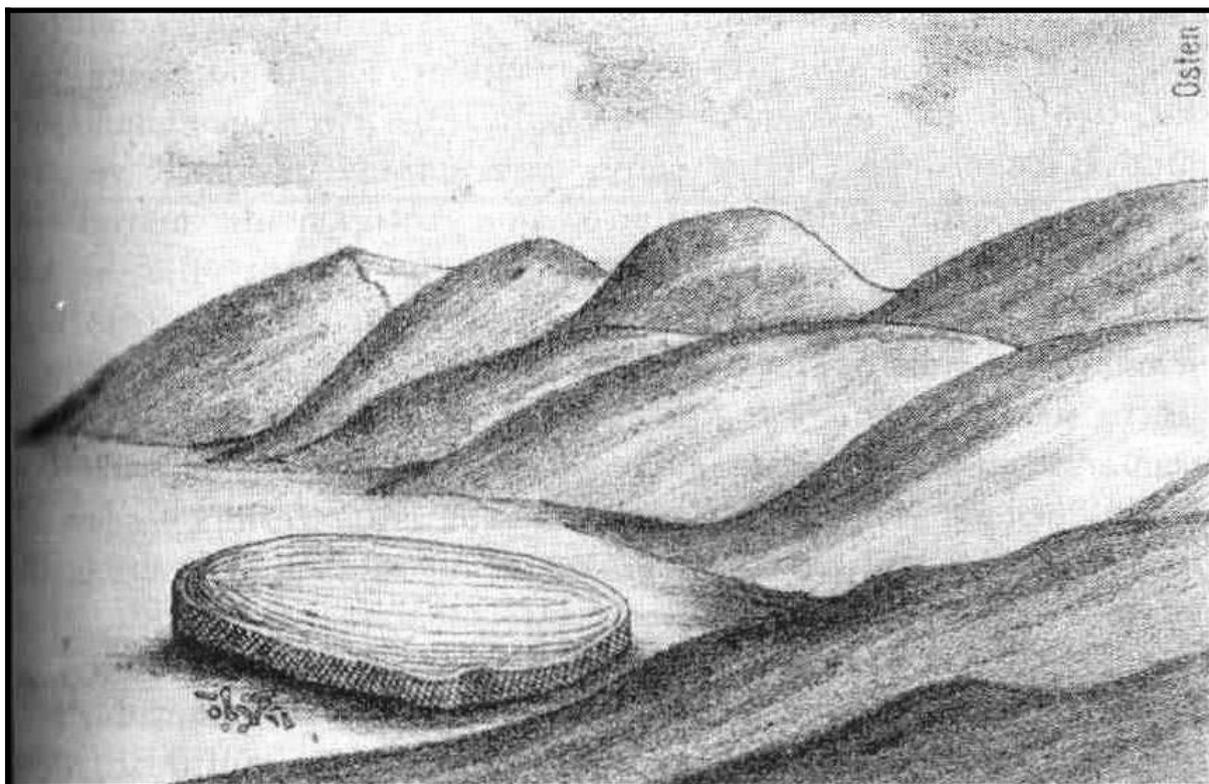


Fonte: Bischoff (1928).

Figura 5: Sambaqui no Capão das Cabras



Fonte: Bischoff (1928).

Figura 6: Sambaqui com evidências de esqueletos no Capão das Cabras

Fonte: Bischoff (1928).

O autor compara a natureza das conchas que formam os sambaquis visitados, sendo os sítios formados por conchas finas e quebradiças, característica diferente dos sambaquis “mais ao norte da Província, em Torres, onde a costa é de rocha e só há sambaquis formados por conchas de ostras”. (BISCHOFF, 1928, p. 16). A característica das conchas, segundo o autor, aproxima os sambaquis de Torres aos sítios dinamarqueses. Segundo o autor, os sítios de Torres “não são inferiores aos europeus”, entretanto, “são aproveitados para fins industriais, fabrica-se cal dos mesmos; dentro em pouco deles também se dirá Era uma vez!”. (Bischoff, 1928, p.16). Essa constatação, sobre a destruição dos sítios na região, é recorrente no levantamento, segundo ele: As minhas pesquisas deram como resultado a certeza de que aqui só existem restos de muitos extensos sambaquis. O vento e a água trabalham incessantemente na destruição, dentro de poucos decênios não restarão vestígios. (Bischoff, 1928, p. 30).

Sobre o material recuperado se destaca a presença de fragmentos de ossos humanos, pedras de fiar, utilizadas, segundo o autor, para tecer fibras de plantas como o gravatá, bolas e fragmentos cerâmicos nas camadas superficiais dos sambaquis; já os ossos de mamíferos são raros. A diversidade de sítios e de materiais é atrelada ao modo de viver desses grupos, e os utensílios utilizados “demonstram claramente que os ‘bugres’ dos sambaquis, os do campo e os do mato pertenciam a três tribos distintas, sendo que a dos sambaquis possuía grau inferior”. (Bischoff, 1928, p.20).

Essa diversidade também está presente nos métodos de enterramentos praticados. Segundo ele, nos sambaquis, mais frequentes que ossos de animais foram os ossos humanos, observados em “posição natural, ou estendidos, os ossos intactos com a medula”, mas “nunca os encontrei entre as conchas, sempre sob as mesmas”, assim, provavelmente “eles colocavam o cadáver no chão junto ao sambaqui” e depois “o

cobriam, talvez a ambos o cadáver e o sambaqui, pouco a pouco, com fragmentos de conchas”. (Bischoff, 1928, p. 29). Essa deposição em Sambaquis é diferente das práticas funerárias perpetradas pelos indígenas que viviam nas áreas de mata, pois os,

Bugres dos campos que aparecem muito depois, pelo menos em parte, depositavam os seus mortos em urnas, onde reuniam os objetos de adorno [...] Vi uma chapa de cobre, quase da forma de coração, com dois furos, também jóias feitas com ossos e colocadas em fio de cobre [...]. (Bischoff, 1928, p. 23).

Outro célebre estrangeiro, com significativo renome no panorama nacional, que publicou trabalhos sobre a cultura material sul-rio-grandense foi o alemão Hermann von Ihering. Seu texto “A Lagoa dos Patos” foi lançado originalmente em 1885, no periódico “Deutsche Geographische Blätter” (Ihering, 1969). O trabalho consiste em uma caracterização física, biológica e geográfica da lagoa dos Patos e áreas próximas e fornece alguns critérios de análise e de discussão teórica sobre a formação da região dos pampas.

Em outro texto, publicado em 1895, no “Anuario do Estado do Rio Grande do Sul”, Ihering (1895a) realiza uma síntese sobre o processo de ocupação tanto indígena quanto ibérico do território do Rio Grande do Sul. Ele parte de algumas premissas principais relacionadas ao processo de ocupação portuguesa tardia. Segundo o autor, “como por muito tempo, nem Espanha, nem Portugal, fizeram caso deste território, não esteve este sujeito na administração alguma durante todo o século XVII e começo do século XVIII”. (Ihering, 1895a, p. 105). Sobre o processo de colonização, o autor enaltece as atividades dos missionários jesuítas, segundo ele, é evidente o “quão felizes foram os Jesuítas na organização e administração de suas missões e como foram fundadas sete em território rio-grandense”. (Ihering, 1895a, p. 108). Além disso, constata que, depois das investidas jesuíticas, “nem Espanhóis e nem Portugueses souberam nunca elevar os Indígenas àquela altura de desenvolvimento a que chegarão os Jesuítas naquelas terras abençoadas”. (Ihering, 1895a, p. 108).

Sobre o povoamento indígena, o autor caracteriza a diversidade indígena e arqueológica encontrada. Segundo ele, existiram grupos de pescadores das matas, dos campos e os artefatos associados. Interpreta, inclusive, a atuação dos imigrantes alemães no estudo arqueológico do estado. Conforme,

Os Brasileiros tratam muito pouco de tais empresas e todos aqueles que no Rio Grande do Sul se têm dado a investigações arqueológicas (C. v. Koseritz, v. Ihering, Th. Bischoff, A. Kunnert, P. A. Shupp) são imigrantes alemães. Ninguém que conheça os trabalhos respectivos negará que a colonização alemã também pelo lado científico haja sido útil ao Brasil. (Ihering, 1895a, p. 119).

Em “A civilização pré-histórica do Brasil Meridional” (1895b), outro famoso e citado texto, Ihering faz uma síntese sobre o panorama histórico e arqueológico rio-grandense. Segundo ele, essa é uma necessidade visto que, no período, existiam “diversos tratados” publicados por ele e outros pesquisadores que estavam espalhados por diversos periódicos. Assim, o texto é uma tentativa de reunir e compilar essas informações, provenientes de coleções reunidas, principalmente por Koseritz. Segundo ele,

Foram principalmente os colonos alemães, que explorando as matas virgens do Rio Grande do Sul, encontraram muitos objetos arqueológicos e os guardaram por curiosidade. O sr. C. von Koseritz, muito relacionado com estes seus patrícios, conseguiu reunir uma das melhores coleções de artefatos antigos, sendo realmente de lastimar que a mesma levasse sumiço em Porto Alegre no ano de 1882 por ocasião do incêndio da Exposição Brasileira-Alemã. Não desanimado com este revés, dedicou-se o sr. von Koseritz a recomendar a coleção que, já

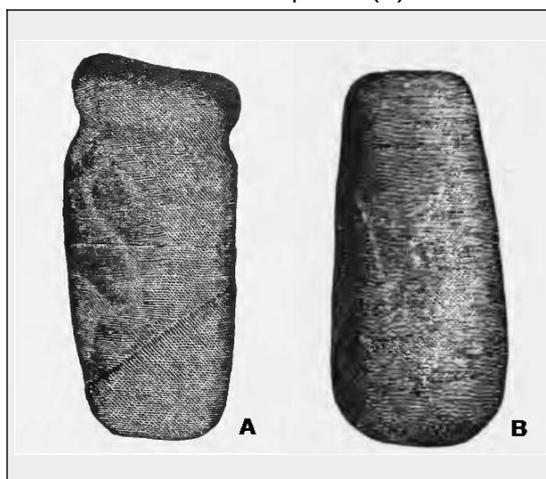
bastante enriquecida, acha-se em mãos dos seus herdeiros que desejam desfazer-se dela. (Ihering, 1895b, p. 60).

A existência ainda de outras coleções, presentes no estado ou fazendo parte de museus fora, também é destacada, assim,

Numerosos objetos foram coligidos por mim; muitos deles acham-se incorporados às coleções do Museu Nacional do Rio de Janeiro, e outros nos Museus de Berlim e Leiden. Colecionadores importantes e assíduos são ainda os Snrs. Kunert de Forromeco, Pastor Evangélico e o P. Schupp de Porto Alegre. (Ihering, 1895b, p. 60-61).

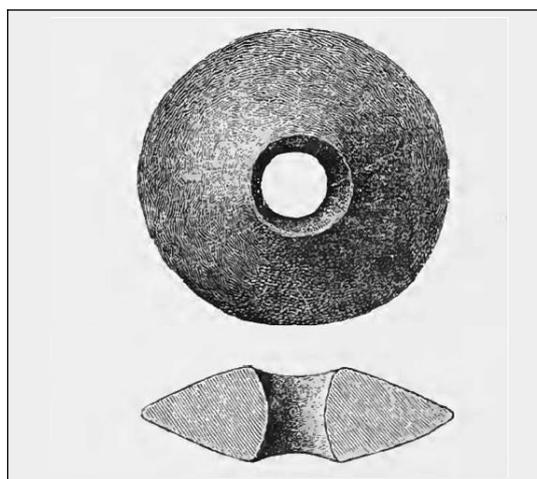
Essa reunião de informação torna-se interessante, pois, através dela, Ihering (1895b) esboça um cenário interpretativo e único para compreensão do passado da região. Ele compila dados históricos, arqueológicos e antropológicos para criar um quadro de resultados que revela o estágio de desenvolvimento do conhecimento arqueológico naquela época. Segundo ele, o estudo dos artefatos (Erro: Origem da referência não encontrada a Erro: Origem da referência não encontrada), realizados tanto por ele quanto por outros pesquisadores, expõe a existência na pré-história do estado de três grupos de culturas indígenas: os grupos construtores dos sambaquis, os indígenas habitantes das áreas de matas e os grupos das regiões de campo.

Figura 7: Machado entalhado (A) e machado polido (B)



Fonte: Ihering (1895b).

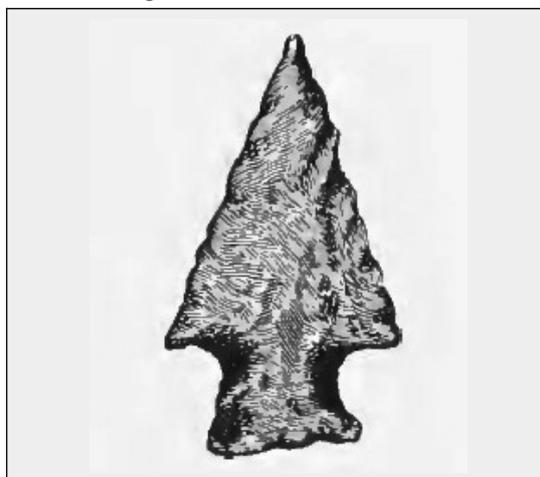
Figura 8: Machado circular percluso



Fonte: Ihering (1895b).

Figura 9: Machado semicircular

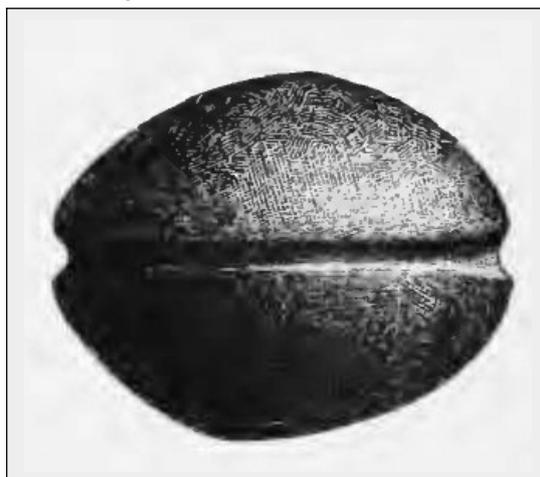
Fonte: Ihering (1895b).

Figura 10: Ponta de flecha

Fonte: Ihering (1895b).

Figura 11: “Quebra-nozes”

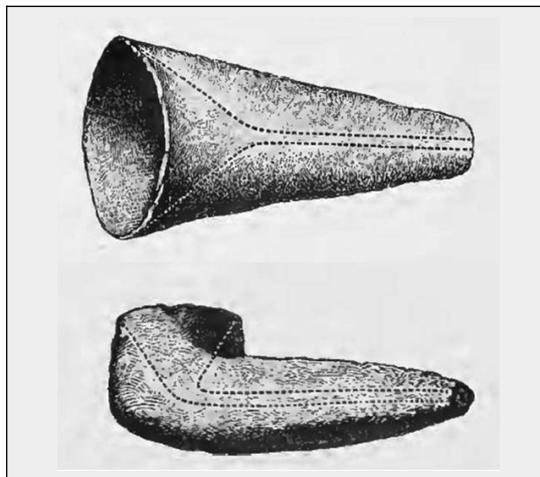
Fonte: Ihering (1895b).

Figura 12: Bola dos Charruas

Fonte: Ihering (1895b).

Figura 13: Igaçaba

Fonte: Ihering (1895b).

Figura 14: Cachimbos

Fonte: Ihering (1895b).

Conforme ele, a cultura presente nos sítios de Sambaquis foi originada por uma população de pescadores que viveram ao longo da costa, sobrevivendo de peixes do mar e moluscos. Através da análise de otólitos das espécies de maior tamanho, ele destaca o consumo, principalmente, de Miragaia (*Pogonias chromis*), Bagre (*Arius Commersonii*) e Corvina (*Micropogon undulatus*). A presença de restos de mamíferos indica que também a caça de “tempo a tempo devia servir para o sustento”. Vestígios de ossos humanos também foram encontrados associados aos restos faunísticos. Sobre a cultura material desses indivíduos, afirma que,

Estes homens dos sambaquis não conheciam nem cachimbo nem bolas. É de notar que encontramos entre os artefatos deles machados de pedra polida, com sulco circular na extremidade superior, que foi assim fixada ao cabo por meio de cipós — modo de fixação este que não se observa tora disto no Rio Grande do Sul nem nos territórios platinos, sendo, porém, não raro nas regiões setentrionais do Brasil. (Ihering, 1895b, p. 102).

Por meio de associações históricas, o pesquisador relaciona os sambaquis, presentes “desde a Lagoa dos Patos na costa até a Santa Catharina”, ao “povo de pescadores, chamado dos Patos”, termo alusivo ao antigo nome da Laguna dos Patos e ao de Santa Catarina, conhecida anteriormente por Porto dos Patos. Assim, os grupos denominados “Patos não se limitavam à lagoa dos Patos, mas habitavam ao longo da costa até Santa Catarina, domiciliados nas numerosas lagoas desta zona rica de peixes”. (Ihering, 1895b, p. 103).

Diferente dos grupos pescadores dos Sambaquis, na cultura dos habitantes das áreas de matas, estão presentes cachimbos, machados semicirculares perclusos e grandes urnas funerárias. Em relação a essas últimas, são conhecidas tanto as “urnas viradas” quanto as urnas “com a boca por cima e providas de uma tampa”. (Ihering, 1895b, p. 102). Esses artefatos são atribuídos a tribos Guarani, grupos cujas diferenças, relações e dispersões pelo território ainda eram pouco conhecidas.

Ainda não sabemos se ao lado deles já antigamente existiam Crens, os quais, no território que se estende de Corrientes até Santa Catarina, têm hoje os Coroado-Camés e algumas hordas de Botocudos por representantes os mais estendidos para o Sul. É de supor, que a este respeito seremos adiantados pelo progresso das pesquisas arqueológicas. Entre os artefatos dos Coroados, trazidos pela expedição de Mabilde, afirma-se terem-se achado exemplares daqueles machados perfurados, dos quais falei acima. A ser assim, talvez deveríamos atribuir estes machados aos Camés e Crens. (Ihering, 1895b, p. 103).

Os artefatos produzidos pelos índios dos campos são considerados muito semelhantes aos encontrados em áreas uruguaias. Entre eles, se destacam a presença de bolas, designadas como objetos de uso dos indígenas Charruas e Minuanos, ou, até mesmo, dos “Tapés” ou de “outras tribos viventes na vizinhança dos Charruas”. (p.103). O reconhecimento dessas diferenças em áreas culturalmente limites representam um dos questionamentos principais do trabalho, pois formariam uma das perspectivas de investigação mais necessária naquele momento.

É assim que a respeito do Rio Grande do Sul os dados históricos se podem ajustar bem com os achados arqueológicos, sendo só a relação com os territórios limítrofes, assim como a investigação dos diversos tipos de antiguidades, distribuídos pelas regiões confinantes, que apresenta maiores dificuldades. (Ihering, 1895b, p. 104).

Decorrente dessas aproximações, parte do texto é dedicada à comparação dos dados sintetizados para o Rio Grande do Sul com outros provenientes do Estado de São Paulo e com regiões limítrofes, principalmente da Argentina.

E, por fim, o pesquisador consolida a necessidade de cuidados com as posições teóricas provenientes exclusivamente do contexto arqueológico europeu. Segundo ele,

Nada há que mais perturbe as discussões do que a aplicação ilimitada de noções teóricas, como adaptar, por exemplo, os resultados dos estudos da Arqueologia europeia à nossa. É pois erradamente que falam de uma época paleolítica ou neolítica na América do Sul. Como pude observar, até agora no Rio Grande do Sul encontram -se indistintamente reunidos instrumentos de pedra, quer lascada, quer polida, dando-se o mesmo no Uruguai, Argentina e nos sambaquis do Brasil. (Ihering, 1895b, p. 61).

Assim, a indiscriminada adaptação de abordagens teóricas europeias no contexto sul-americano é questionada, pois, conforme ele, o período paleolítico e o neolítico coexistiram na América do Sul, diferenciando-se da Europa, onde um período substituiu o outro.

Uma Viagem aos Sambaquis

Edgard Roquette-Pinto (1884-1954) é conhecido nacionalmente por ser o principal criador e diretor da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, fundada em 1922 e considerada a primeira rádio do país. Seu ponto de partida, em relação à sua atuação no cenário pré-histórico rio-grandense, ocorreu em associação ao Museu Nacional do Rio de Janeiro, instituição que motivou sua expedição ao Sul do Brasil. No Museu, Roquette-Pinto “firmou-se não somente como cientista do social, mas também enquanto intelectual engajado, construtor de homens, autor e ator, socialmente empenhado, em fazer valer a ciência como instrumento de transformação da sociedade”. (Rangel, 2010, p. 13).

Durante mais de cinco décadas do século XX, a produção científica e a atuação social de Roquette-Pinto estiveram pautadas pelo desejo de pensar a cultura brasileira através das questões sociais pertinentes às ideias de raça, etnia e cultura. Nesse sentido, ele buscou construir um projeto de reforma social baseado na erradicação dos problemas brasileiros, produzidos pela tradição escravocrata, a fim de modernizar a sociedade e o estado.

A cartografia desse projeto reformista tinha como tema central a ideia de progresso e de civilização atrelada às noções de evolução técnica e material dos povos. Modernizar por etapas, rumo aos estágios considerados mais avançados de progresso moral e científico que as nações poderiam alcançar. (Rangel, 2010, p.12).

A construção de um projeto de cunho reformista e a busca por uma solução para os problemas brasileiros, principalmente no viés econômico e social, são pontos norteadores de seu relato de viagem pelo litoral do Rio Grande do Sul, considerado um dos trabalhos inaugurais de sua longa carreira. Durante o período de atuação junto ao Museu Nacional, Roquette-Pinto foi enviado ao Rio Grande do Sul para investigar depósitos de conchas existentes na região litorânea do Estado (Figura 15). Ele questionava a origem artificial ou natural desses acúmulos, dialogando, assim, com duas correntes explicativas vigentes no período.

O estudioso, antes de chegar à planície costeira gaúcha, passou por Porto Alegre, onde foi convidado por Eichenberg¹⁸ para conhecer sua coleção de materiais arqueológicos que estavam no município de Venâncio Aires. No período de publicação do relato de Roquette-Pinto, o material da coleção de Eichenberg já se encontrava no Museu Júlio de Castilhos, em Porto Alegre. Segundo a descrição, a coleção é formada por

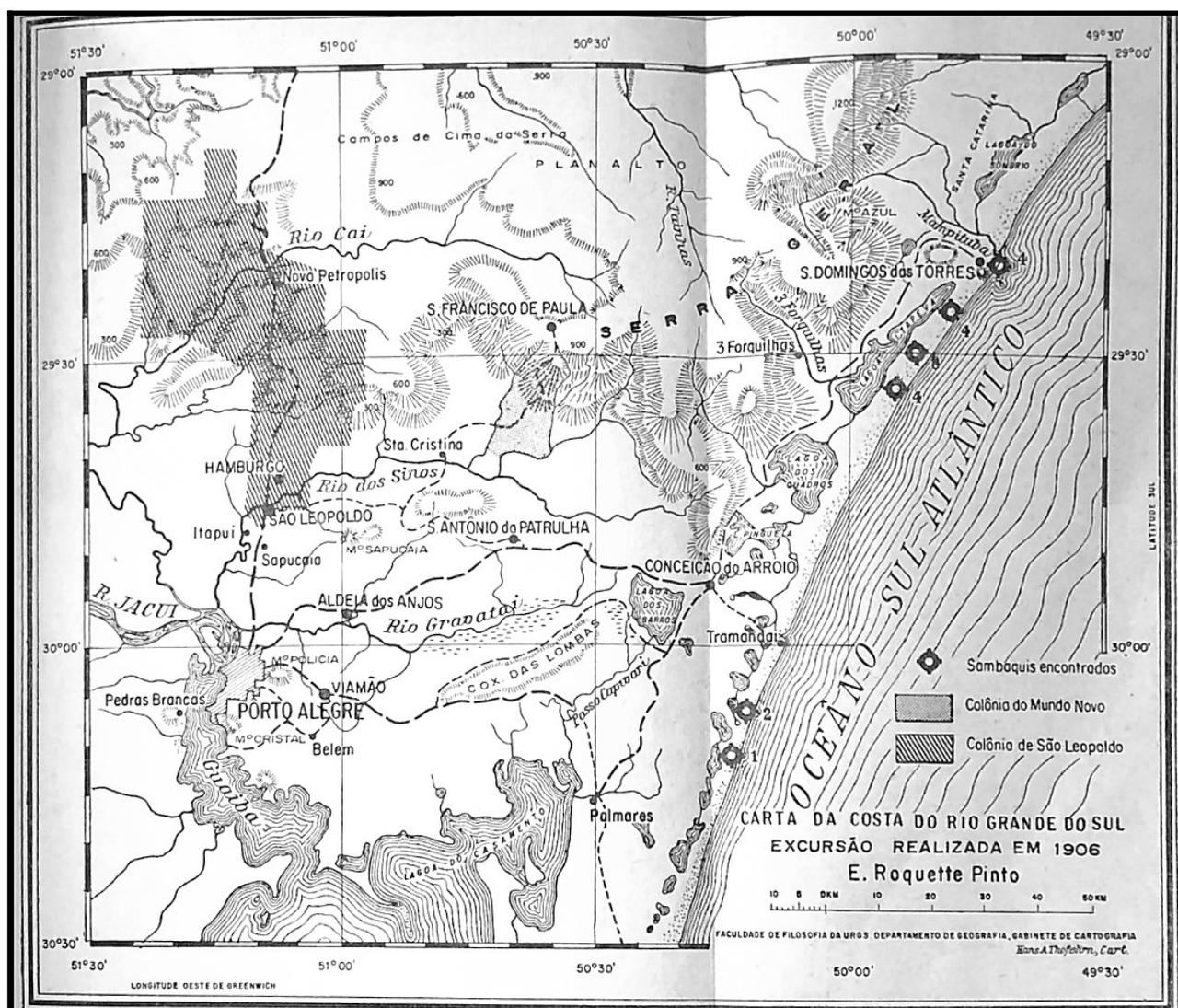
¹⁸ Não se encontraram, no conjunto documental analisado, informações significativas sobre sua biografia e atuação junto à formação de sua coleção.

tembetás de quartzo hialino, pontas de flecha, cachimbos, machados circulares e bolas de arremessar, recuperadas na região próximas ao município.

O pesquisador, num comentário paralelo ao seu relato de viagem, destaca de forma positiva, ainda que tímida, a atuação dos museus brasileiros, atitude evidenciada pelo endosso da coleção de Eichenberg por parte do Museu Júlio de Castilhos. Em seu texto, também faz referência ao contexto dos museus europeus, ao envio indiscriminado de material para os acervos e à possibilidade de divulgação das riquezas brasileiras.

Nós nos descuidamos tanto, os brasileiros, de zelar pelas nossas coisas, documentos da grandeza da nossa terra, que todos os anos deixamos indiferentes que se exportem inúmeras coleções de História Natural para os Museus Europeus, alguns dos quais mantêm sempre no coração do Brasil viajantes incumbidos de enviar tudo quanto possam. De certo não vejo meio capaz de impedir a livre remessa dessas coleções; há mesmo grande vantagem para nós outros em que se conheçam na Europa as riquezas naturais do Brasil. (Roquette-Pinto, 1962, p.11).

Figura 15: Itinerário percorrido e sambaquis encontrados



Fonte: Roquette-Pinto (1962).

Em paralelo à realidade europeia, o pouco destaque e interesse pelos museus na sociedade brasileira são justificados por Roquette-Pinto devido à educação deficitária do país. Segundo o pesquisador,

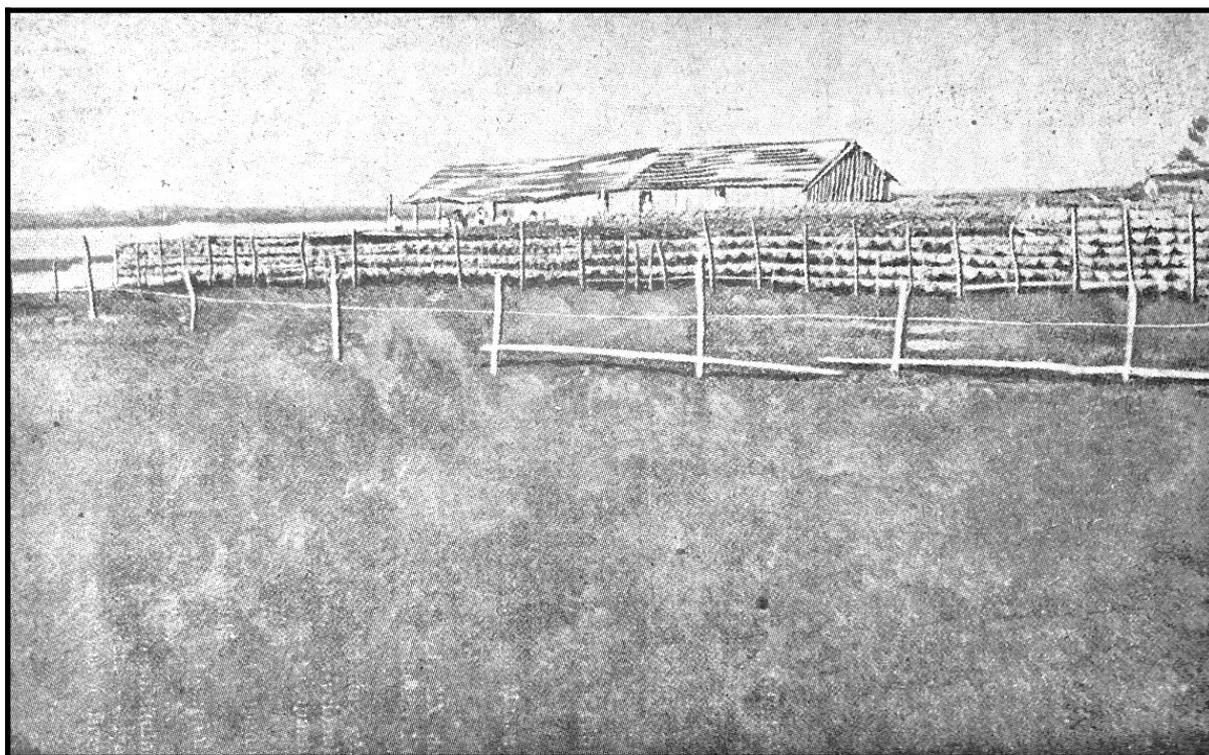
Antes de mais nada: o Brasil precisa saber ler. Um país em que o número de pessoas incapazes de soletrar é tão grande, não pode ter consciência política, a opinião pública não pode existir. Todo o nosso progresso, progresso imenso em 90 anos de vida autônoma, há de ficar a mercê do menor descuido, para ruir como uma torre alta sem fundações seguras, se não cuidarmos de o apoiar desde já na instrução do povo. (Roquette-Pinto, 1962, p. 12).

Através de um convite do Comandante Ramos Fortes, oficial da Marinha, Roquette-Pinto embarcou num vapor com destino ao atual município de Palmares do Sul; a partir dali, o viajante seguiu o caminho de cavalo até Cidreira e depois Tramandaí.

O pesquisador faz referência à grande destruição desses depósitos no período em que visita a região, impossibilitando a visita em depósitos descritos anteriormente, em 1884, por Koseritz. Além de visitar e buscar identificar os depósitos, assim como sua destruição, Roquette-Pinto realiza várias referências às possibilidades de exploração econômica da área, colocando esse como uma alternativa à latente destruição e sugerindo uma ação aproveitável do espaço,

Procurarei então compensar essas falhas [da destruição], tirando o maior partido possível da minha excursão no sentido de ser útil ao país; e por isso fui anotando, o mais que pude, todos os aspectos daquela belíssima porção do território brasileiro cujo valor econômico não é ainda conhecido como merece. (Roquette-Pinto, 1962, p. 10- 11).

Outro ponto de destaque nos comentários de cunho econômico é sobre as atividades de pesca, principalmente de bagres, na povoação de Tramandaí (Figura 16). Ele descreve a existência de cinco espécies do peixe, capturadas através de redes e localização de cardumes. Depois de pescados, os bagres são “decapitados pelos pescadores e levados ao tendal, onde bandos de raparigas o escalam e salgam, entre risadas e cantigas”. Posteriormente, “o bucho, bexiga natatória, é entregue aos pequenos, tradicionalmente chamados guris no Rio Grande do Sul”. (Roquette-Pinto, 1962, p. 23).

Figura 16 : Estabelecimento para o preparo e secagem dos peixes em Tramandaí

Fonte: Roquette-Pinto (1962).

Essas atividades de pesca, para Roquette-Pinto, podem ser mais bem aproveitadas. Segundo ele, “poderíamos cuidar já de utilizar a nossa rica fauna ictiológica, marinha ou fluvial, uma vez que importamos anualmente tantas toneladas de peixe em conserva”. A utilização das lagoas também poderia contribuir para esse desenvolvimento, já que poderiam até se transformar em “tanques colossais onde a cultura do peixe se fará com imensa vantagem”. (Roquette-Pinto, 1962, p. 23).

Em sua breve passagem pelo litoral, Roquette-Pinto destaca, em várias passagens, apesar de não se colocar de forma excessivamente negativa, as dificuldades enfrentadas: clima, o preço alto dos cavalos, o pouco desenvolvimento econômico da região, os povoados isolados e a vida humilde.

Além de ser uma área reconhecida pela significativa pesca, naquele período, a localidade de Tramandaí também era procurada como balneário por moradores da capital. De acordo com Roquette-Pinto (1962), para os “banhistas, que chegam em pleno verão, aí existem dois hotéis, ambos construídos segundo a norma das outras casas: paredes de tábuas e tetos de palha”. (Roquette-Pinto, 1962, p. 20).

O pesquisador visitou ao todo vinte e três sambaquis durante sua viagem, contendo conchas, ossos, líticos trabalhados, seixos e fragmentos cerâmicos. Os sítios estavam sobre a areia, alguns eram cobertos por vegetação recente e assentavam-se tanto em áreas de dunas litorâneas quanto em áreas mais próximas das lagoas, espaços tradicionalmente apelidados de “atoleiros”¹⁹.

Os materiais líticos encontrados por Roquette-Pinto não foram muito notáveis, principalmente se comparados a coletas realizadas anteriormente. Entre os objetos recuperados pelo pesquisador, destacam-se machados de pedra, uma “ponta de lança”

¹⁹ Apesar de descrever alguns sítios, as informações são confusas e não possibilitam a localização precisa desses sítios.

não concluída e duas “boleadeiras”. Para explicar a utilização desses artefatos, Roquette-Pinto relaciona sua ocorrência com outras regiões do mundo, como Peru, Bolívia, Nova Caledônia e Estados Unidos.

Os fragmentos cerâmicos são representados por quatro padrões decorativos: o primeiro é liso, o segundo possui marcas de unhas e o terceiro e quarto são adornados por punções que deixaram “pequenos alvéolos” na superfície. Segundo ele, o último padrão possui “maravilhosa delicadeza”. A pasta dos fragmentos simples é grossa e enegrecida pelo carvão; já “aquela de que são feitos os mais belos é de bom fabrico. Em alguns pedaços, acha-se tabatinga”. (Roquette-Pinto, 1962, p. 44). Essas características representam a tradição ceramista que atualmente é conhecida como pertencente à Tradição Taquara.

Finalmente, entre o material osteológico, Roquette-Pinto identificou dois fragmentos de ossos humanos (epífise superior de rádio e epífise inferior de úmero), e outros fragmentos de ossos animais (onça, ratão do banhado, miraguaia e cervo). Não foram encontrados crânios humanos. Os sambaquis encontram-se no espaço entre o mar e as lagoas, estando mais próximos dessas últimas. As conchas que formam os sambaquis são provenientes de moluscos gastrópodes, marinhos, terrestres ou fluviais, muitas vezes, encontrados associados nas camadas.

Certos Percursos da Fé

No início do século XX, alguns membros da Companhia de Jesus igualmente escreveram sobre o cenário pré-histórico e incentivaram a formação de coleções arqueológicas no estado. Entre esses trabalhos, destaca-se a atuação dos padres Carlos Teschauer e Ambrosio Schupp.

Na revista alemã “Natur und Offenbarung”, Ambrosio Schupp publicou, em 1892, um trabalho caracterizando os principais artefatos líticos encontrados na região. Posteriormente, uma versão traduzida desse texto foi publicada, em 1903, no periódico “Anuario do Estado do Rio Grande do Sul” e intitulada “Os aborígenes do Brazil sob o ponto de vista ethnologico”. Os objetos líticos são classificados como instrumentos cortantes, bolas para arremesso, pedras “claviformes”, pontas de flechas e objetos de enfeite. Apesar de realizar uma cuidadosa descrição arqueológica, no texto, destaca-se a preocupação em conceituar os estudos etnológicos. Segundo ele,

Uma nova ciência [...] e que tem por objeto tão somente os usos dos diferentes povos, sua capacidade e desenvolvimento mentais, e caracteres particulares de cada um, mas vai adiante e quer conhecer a marcha do seu desenvolvimento desde os tempos primitivos, o parentesco, a analogia e estações de comércio que existiam entre os povos, para assim chegar a descobrir os vestígios do berço comum do gênero humano. (Schupp, 1903a, p. 145).

Para a efetivação desses estudos etnológicos, segundo o autor, destacam-se três outros pontos fundamentais aos estudos relacionados à formação craniana, à linguagem e às indústrias humanas. No contexto analisado, o terceiro fundamento etnológico, relativo à produção humana, possui destaque, visto que será ele o elemento principal de estudo do trabalho, já que, “permitem um golpe de vista sobre a atividade, o modo de vida, os costumes e toda a civilização dos respectivos povos”, indicando inclusive o “caminho que seguiu um povo na ocasião em que se separou do tronco comum”. (Schupp, 1903a, p. 146). Dessa forma,

Suponhamos, por exemplo, que certas formas de machados de pedra achados na America Meridional encontram-se também nas ilhas da Oceania até as costas da Ásia: isto será uma prova de que os aborígenes da América emigraram da Ásia passando pelas ilhas do Oceano Pacifico. (Schupp, 1903a, p. 146).

Além de informar possíveis associações culturais entre populações, os estudos desses artefatos, quando associados à observação das camadas geológicas, podem informar também a antiguidade dos produtores.

Outro ponto que embasa a análise proposta no trabalho é a tentativa de associação entre os dogmas cristãos e os conhecimentos etnológicos. Segundo Schupp (1903a), quando consideramos a “posição tomada até os últimos tempos pela etnologia perante a fé cristã, vemos que ela foi, por modo algum amigável”. Ao contrário disso, ela se “aliou a outras ciências congêneres, a fim de derrubar a antiga fé sobre a criação do mundo, como toda a doutrina do desenvolvimento do gênero humano ensinada pela história sagrada”. Assim, é evidente o “esforço de muitos naturalistas” para uma “guerra decidida contra o dogma cristão”, na qual não se inspirava “mais a objetividade calma, que enobrece o espírito humano, que alarga e clarifica a ilustração”. (Schupp, 1903a, p. 146).

O pesquisador formula, baseado nessa crítica aos “naturalistas”, a ideia de que é “declarada impossível a descendência de todos os homens de um único casal” e sustentada a “teoria da descendência humana como proveniente dos macacos”, como se existisse uma “maior diferença entre os indivíduos humanos do que a diferença entre os homens e os macacos” (Schupp, 1903a, p. 146).

Essa seria a explicação, segundo Schupp (1903a), para o fato dos naturalistas que estudaram as populações nativas do Novo Mundo terem se esforçado ao “extremo, para rebaixar a capacidade intelectual dessas tribos”, assumindo um “visível intuito de apoiar a teoria evolucionista” e colocar esses grupos “mais próximo que era possível dos limites do reino animal” (Schupp, 1903a, p. 146). Para ele, essa diferença entre o desenvolvimento das populações é atribuída, principalmente, às características ambientais americanas. A falta de animais domésticos e espécies cereais significativos foi, segundo o autor, o fator determinante para a permanência dos indígenas na “idade da pedra”, sendo assim, a “agricultura e a criação de gado foram impossíveis pela falta de cereais e de animais apropriados”, e essas práticas são as “bases fundamentais de toda a civilização”, pois obrigam os “homens a deixarem a vida nômade e a fixarem domicílio” (Schupp, 1903a, p. 148). O desenvolvimento dessas práticas impulsionaria o surgimento de núcleos mais complexos e a maior sofisticação artística,

Onde existe a agricultura necessariamente surgem aldeia e cidades, formam-se comunidades e reinos. A vida familiar e social toma um aspecto normal. Sob a proteção da paz a indústria e o comércio florescem e mil artes se estimulam não só no afã de prover as necessidades e atenuar as asperezas da vida, como ainda com intuito de circundar a vida de atrativos e alegrias. (Schupp, 1903a, p. 148).

Em outro texto, também publicado em 1903, o jesuíta formulou uma breve nota descrevendo uma doação de materiais minerais, realizada por J. C. Godoy²⁰ ao pesquisador. Na doação, destacam-se as “bolas dos bugres”, consideradas ocorrências já comuns nas demais coleções do pesquisador. A partir da análise da formação mineral dos artefatos, Schupp (1903b) conclui que os indígenas, “na escolha do material daquelas bolas, muito de propósito preferiam os minerais de maior peso”. (Schupp, 1903b, p.183).

Outro jesuíta que também escreveu sobre arqueologia foi Carlos Teschauer²¹. Em 1901, ele produziu uma caracterização sobre a coleção arqueológica existente no antigo Museu do Colégio Nossa Senhora da Conceição, na cidade de São Leopoldo. Esses

²⁰ Ambrosio Schupp define o doador apenas como engenheiro chefe.

²¹ Carlos Teschauer S.J. nasceu em 1851 na província de Hessen-Nassau, na Prússia e faleceu em 1930, na cidade de São Leopoldo. (Spalding, 1969).

objetos foram reunidos e descritos nos trabalhos anteriores de Ambrosio Schupp (1903a, 1903b). Os materiais, segundo Teschauer (1901), se classificam em armas (bolas e pontas), utensílios domésticos (panelas e potes, cachimbos) e adereços/amuletos. Além disso, há objetos cujo uso ainda não é compreendido.

A confecção dos artefatos cerâmicos é explicada da seguinte forma,

Depois de bem amassado o barro preciso, formavam os índios com essa massa rolos da grossura do dedo polegar e de 15 a 20 centímetros de comprimento, que colocavam um por um sobre a base da panela ou do pote (sendo esta base da forma de concha assentada numa cavidade do chão). Depois com uma das cunhas de pedra (que se encontram entre os seus utensílios) juntavam os rolos e alisavam as paredes da panela. (Teschauer, 1901, p. 295).

Sobre a base não chata dos recipientes, Teschauer reforça uma explicação também apontada por Schupp, pois, para eles, a base da vasilha oferece “mais segurança contra a fragilidade dos objetos cerâmicos”, possuindo “maior resistência a um embate um fundo cônico, do que um chato”. Além disso, a forma arredondada apresentava uma “superfície maior ao fogo” e facilitava a “colocação dos potes ou panelas entre as pedras que formavam o fogão”. (Teschauer, 1901, p. 295).

As “pontas de seta”, segundo Teschauer (1901), presentes no Museu, são quase todas confeccionadas em pedra e osso. Ele também chama a atenção para a existência de uma ponta de ferro, cujo “feitio bem mostra que originariamente teve outro destino; porém, amolado e afiado o ferro, dele saiu uma ponta terrível”. Essa ponta foi apresentada a Teschauer por um “morador nas divisas do Estado de Santa Catarina que me referiu que pouco tempo antes um colono daquela região havia morrido de um ferimento com a dita seta”. (Teschauer, 1901, p. 294).

Sobre a origem das “contas venezianas” presentes na coleção, Teschauer problematiza que não “faltaram arqueólogos que opinaram que a dita pérola era produto egípcio ou fenício e deduziram dali uma prova irrefutável em favor da hipótese fenícia”. Entretanto, não “atinaram eles com a mais simples explicação”, a de que essas “pérolas foram trazidas da Europa ou pelos descobridores da América ou pelos missionários”. Segundo ele, “um arqueólogo berlinense declarou que estas pérolas eram idênticas às chamadas venezianas”, contas cuja ocorrência está presente “não só em diversos países da Europa”, mas também “nos outros continentes do nosso planeta”. (Teschauer, 1901, p. 298).

Outro ponto de destaque do trabalho é a tentativa de Teschauer de chamar a atenção para a crescente necessidade do levantamento de dados sobre a pré-história americana. Conforme o autor, “qualquer contribuição, por mais insignificante que seja, não é destituída de valor e importância”, pois é apenas através do recolhimento cuidadoso dos restos “fragmentários da antiguidade americana e brasileira” que poderá se “encetar estudos profícuos”, com um “resultado satisfatório baseado sobre comparações e deduções sólidas” e não apenas sobre “hipóteses aéreas”. (Teschauer, 1901, p. 292-29).

Essa obtenção de informações era considerada imprescindível para se tentar reconstituir o passado pré-histórico. Entretanto, segundo eles, as descobertas apontariam, inevitavelmente, para um passado de decadência cultural indígena,

Estes achados confirmam a opinião dos melhores etnógrafos que reputam os Índios do Brasil decaídos, senão de um alto grau de cultura intelectual, como quer Martius, de um certo estado de civilização, do qual, ao tempo do descobrimento do Brasil, caminhavam precipites para uma completa decadência. (Teschauer, 1901, p. 292).

Voltando às Coleções

Além desses trabalhos publicados, existem outros que buscam descrever coleções formadas, principalmente, no interior do estado, nas quais se destacam os textos de João Paldaoff e Hugo Luedeke.

João Paldaoff (1900) é considerado um dos pioneiros da indústria vitivinicultura na área de imigração italiana no Rio grande do Sul. Conforme o periódico “O Momento” (RS), jornal que circulou em Caxias do Sul, entre 1933 e 1950, João Maria Paldaoff foi um dos “nomes daqueles que incentivaram o desenvolvimento da rendosa indústria com as tradicionais festas regionais da uva”²².

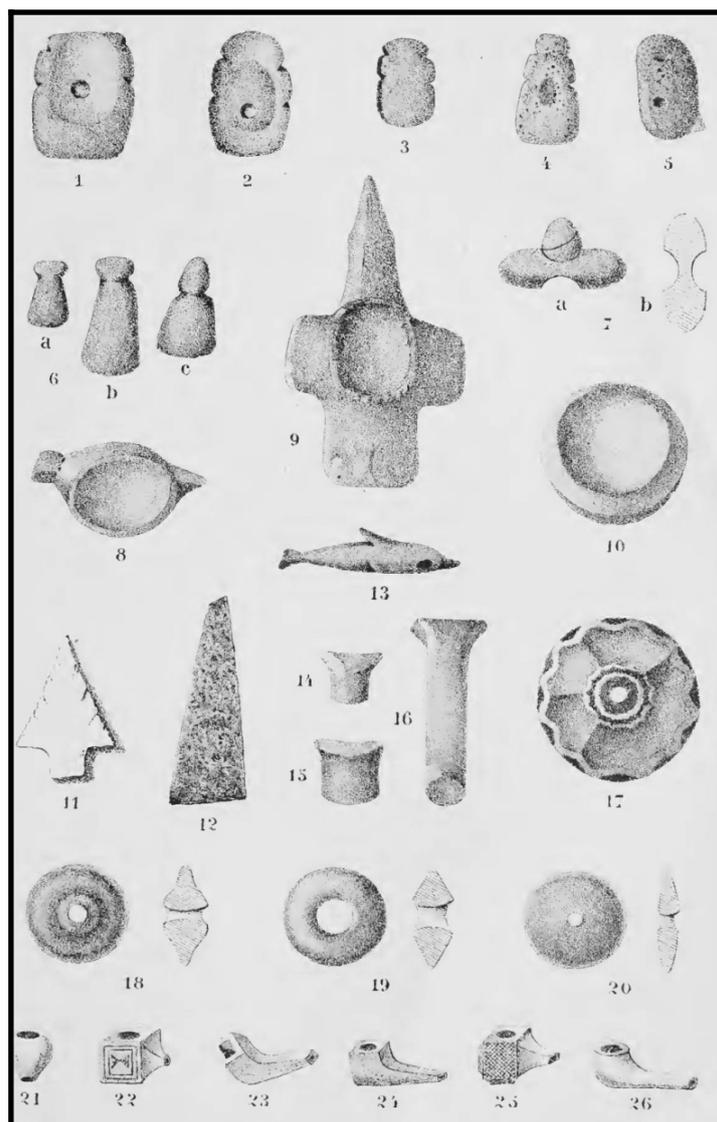
Em 1898, Paldaoff publicou três textos no jornal “Correio do Povo”, nos quais descreveu artefatos provenientes de uma coleção mantida por Arnaldo Barbedo (Figura 17). Esses textos foram reproduzidos no quarto volume da Revista do Museu Paulista (1900). O objetivo principal do trabalho foi produzir, segundo o autor, uma “simples descrição, para auxiliar a arqueologia brasileira e o ilustre Dr. H. Von Ihering, a quem o Rio Grande do Sul muito deve.” (Paldaoff, 1900, p. 340).

A referida coleção é formada por amostras do interior e do litoral rio-grandense, constituindo-se de machados (quadrangulares, entalhados, circulares, semicirculares, duplamente entalhados e circulares redondos), pontas de flecha, bolas sulcadas, tembetás, pérolas venezianas, cachimbos, “mata antas”, pilões facas, quebra-nozes, almofarizes, igaçabas, painéis, pedras sulcadas e zoólitos. Segundo Morales (1999), essa coleção dos “Irmãos Barbedo” foi, posteriormente, adquirida pelo Museu Paulista, por intermédio de Paldaoff²³.

²² Matéria vinculada no dia 24 de maio de 1947. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=104523&pagfis=3607&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 17 mai. 2020.

²³ “[...] Snr. Arnaldo Barbedo por intermédio do dedicado amigo do Museu Paulista, Snr. Dr. J. Maria Paldaoff, a quem a morte atroz tão cedo roubou aos seus amigos e do trabalho científico e pratico a que se dedicava com ardor e alta compreensão, como diretor da Estação Agronômica de Porto Alegre”. (Ihering, 1907, p. 13 apud Morales, 1999, p. 219-220).

Figura 17: Coleção de Arnaldo Barbedo



Fonte: Paldaoff (1900).

Outro pesquisador que publica uma revisão sobre coleções arqueológicas formadas no estado é Hugo Luedeke²⁴ (1928). No texto, ele descreve artefatos, principalmente líticos, que na época estavam armazenados no Museu do Estado, atual Museu Julio de Castilhos e que foram recolhidos, anteriormente, por Eichenberg (Figura 18 a Figura 22). O material foi classificado em duas categorias por Luedeke, os artefatos do “tipo” paleolítico e do neolítico. Essa distinção, segundo ele, seria uma “nova conclusão de arqueologia pré-histórica”, aprovada pelos “meus amigos da Europa” e que até aquele momento “até o padre Schupp, S. J., um dos melhores conhecedores da civilização indígena paleolítica, desconhece esta diferenciação entre os tipos mais antigos e os mais modernos”. (Luedeke, 1928, p. 60).

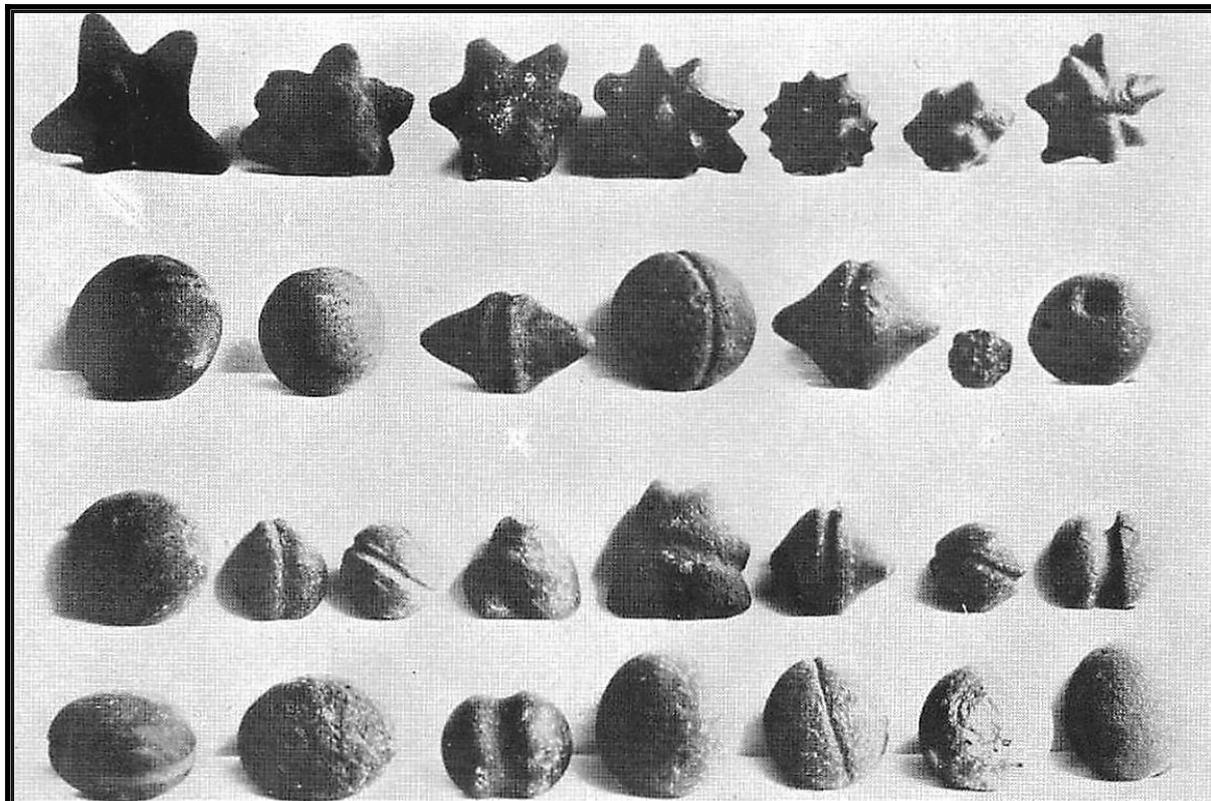
²⁴ A única informação encontrada nas fontes analisadas é que o pesquisador Hugo Otto Luedecke exercia a função de historiador.

Figura 18: Artefatos variados

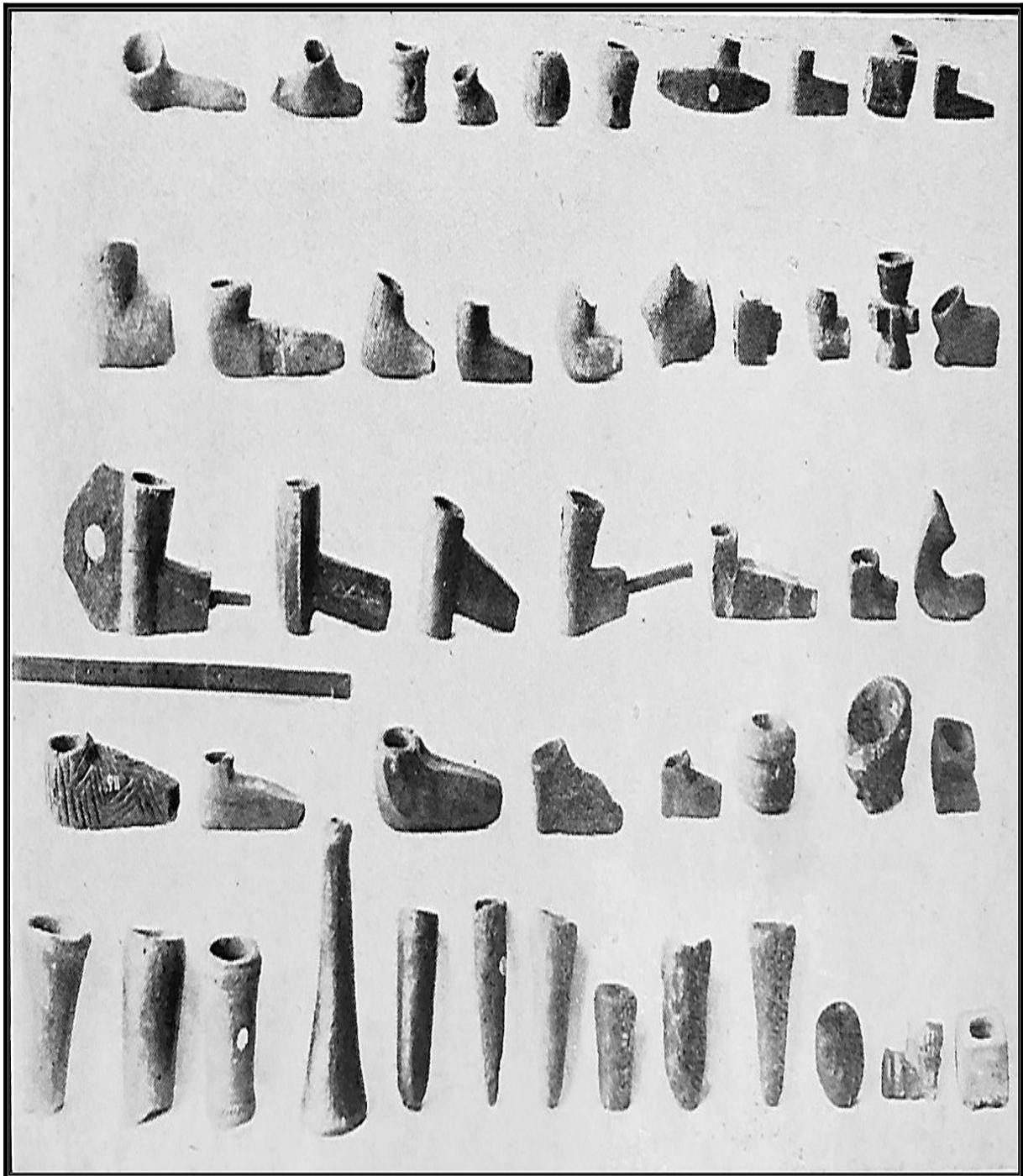


Fonte: Luedeke (1928).

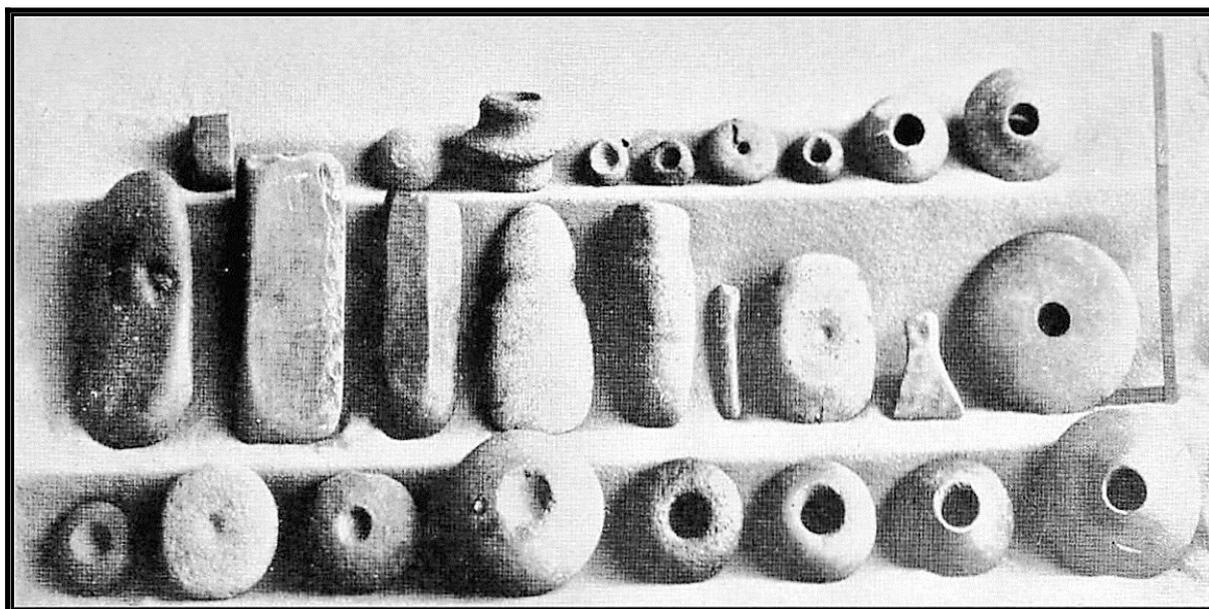
Figura 19: “Bolas” charruas e calibradores de flechas



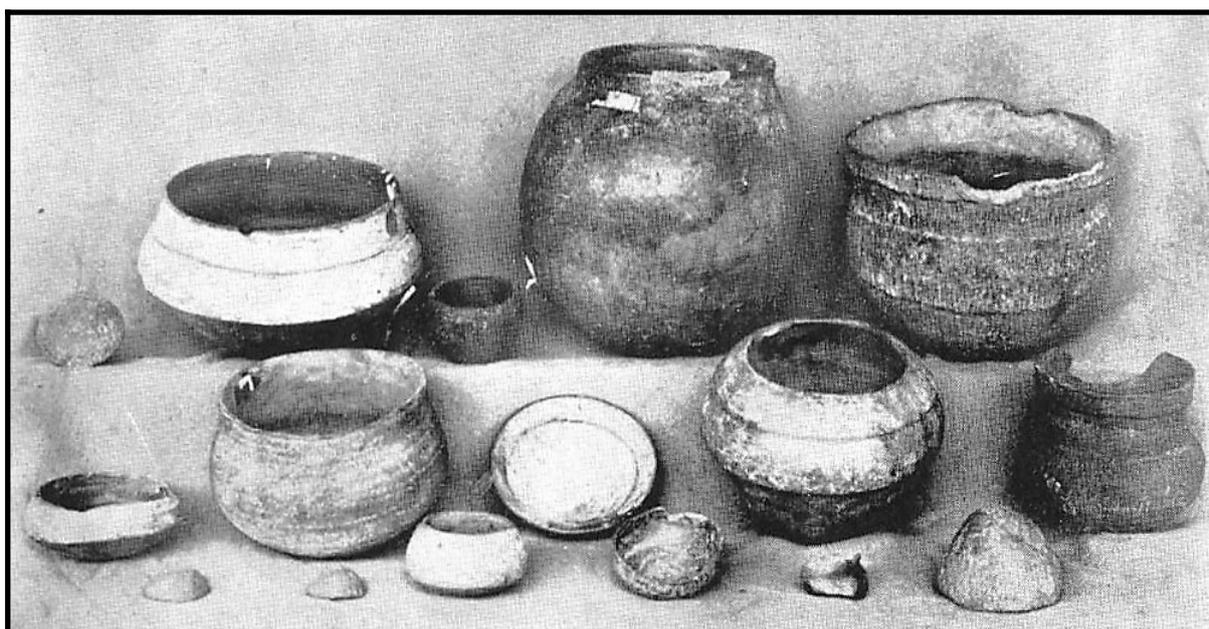
Fonte: Luedeke (1928).

Figura 20: Cachimbos *indígenas*

Fonte: Luedeke (1928).

Figura 21: Machados e “quebradores” de caroços

Fonte: Luedeke (1928).

Figura 22: “Panelas” cerâmicas

Fonte: Luedeke (1928).

Os objetos paleolíticos seriam os artefatos “simplesmente desbastados” (LUEDEKE, 1928, p.59), encontrados na região do vale superior do rio Taquari, indo de “Guaporé, Esperança, Teutônia [...] até Venâncio Aires”. Segundo anotações de Eichenberg, os artefatos foram desenterrados pelo uso do arado, estando entre 60 centímetros a 1 metro de profundidade, assim, nunca “foram eles encontrados à flor da terra, o que é mais um sinal de sua maior antiguidade”. (p.60). Sobre sua produção, afirma-se que a técnica,

[...] Corresponde á do paleolítico europeu, especialmente á da ultima época predecessora do neolítico, na qual começou a aparecer o machado. O bloco ou núcleo é transformado em utensílio por meio de desbastamento è lascamento laterais; o corte é produzido pela desagregação de pequenos pedaços em ambos os lados, e nunca de um só golpe. (Luedeke, 1928, p. 60).

Luedeke cria um quadro para a inserção desses artefatos no passado pré-histórico gaúcho. Segundo ele, os “mais antigos habitantes do nosso Estado” podem ser definidos como “sendo hordas de índios selvagens, que percorriam as matas em caçadas”. Nessa empreitada, eles “talvez já se servissem do arco e da flecha para abater a caça grossa”. (Luedeke, 1928, p.61). As peles provenientes dessas caçadas eram “depiladas pela raspadeira” e forneciam o material necessário para a confecção do seu “modesto vestuário”. (Luedeke, 1928, p.62).

Os artefatos com polimento são considerados do tipo neolítico por Luedeke (1928) e sobre eles o pesquisador é mais conciso, visto que o padre Scupp compilou dados explícitos sobre o tema e apontou que as “tribos, cujos antepassados podem ter cooperado para a civilização nessa época”, podem ser os “Minuanos (lagoa Mirim); os Patos (lagoa dos Patos e, mais tarde, entre Ibicuí e Rio Pardo); os Tapes (Camaquã) e os Charruas (ao sul até o Uruguai)”. (Luedeke, 1928, p.62).

Na produção desses objetos, a “técnica e a civilização já tem avançado consideravelmente” e aos “artefatos simplesmente desbastados seguiram-se outros, com superfícies polidas”. (Luedeke, 1928, p.62). A coleção “neolítica” analisada é formada, principalmente, por machados, pontas, pedras de alisar, “partidores de caroços”, amuletos e bolas. Segundo o autor, muitos desses objetos “ainda hoje são usados em algumas das poucas tribos existentes em outros Estados”. (Luedeke, 1928, p. 62).

Ao final de seu texto, Luedeke (1928) se inspira nas palavras de Carlos von Koseritz para pedir a colaboração dos moradores do interior do estado para a formação de novas coleções arqueológicas. Para ele,

Esses objetos, em si, não têm valor algum; muitos colonos os deixam atirados por aí, sem neles atentar; outros os dão ás crianças para brincar. Entretanto, eles são de grande interesse para a ciência. O redator deste jornal não faz negocio com tais objetos; ele os coleciona apenas para salvar ao futuro as ultimas tradições de tempo pré-histórico de nossa província, e quem o auxiliar nesse intento, presta um serviço á ciência. (Koseritz, 1885 apud Luedeke, 1928, p. 63).

O pesquisador buscou apoio dos “nossos amigos da colônia”, ou seja, das comunidades de origem alemã, para a arrecadação de objetos arqueológicos e “contribuírem para a exploração pré-histórica do Estado, remetendo a mim quaisquer achados de objetos de uso dos indígenas”. (Luedeke, 1928, p. 63). Dessa forma, ele procurou retomar e reorganizar o cenário das antigas coleções arqueológicas, cujos materiais restantes se encontravam dispersos pelo interior do estado.

CIÊNCIA ABSTRATA E SUBSÍDIO DE PRIMEIRA ORDEM

Um dos maiores defeitos de grande parte dos nossos historiadores é o desprezo pelos arquivos e o amor pelo que existe em letra de fôrma. (Souza Docca, 1935, p.53).

Os textos produzidos pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), publicados entre 1920 e 1950, ainda são pouco conhecidos pelos arqueólogos gaúchos. A compreensão desse conjunto de fontes históricas remete tanto

ao contexto diferenciado de criação do Instituto no estado quanto ao entendimento da própria prática arqueológica do período.

No presente capítulo, pretendemos identificar algumas características que envolveram a produção desses textos – hoje classificados como arqueológicos – publicados pela instituição, e que mecanismos teóricos, metodológicos e materiais estão atrelados à sua construção. Para alcançar esse objetivo, pretende-se, no início do capítulo, identificar a relação entre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e seu congênere rio-grandense, assim como os aspectos principais que influenciaram a criação da instituição, considerada tardia em relação a outros estados do país. Posteriormente, buscamos caracterizar as formas com que a disciplina arqueológica foi compreendida e produzida nesse espaço intelectual. Assim, desejamos reconhecer quais são os pesquisadores atuantes, as culturas materiais pesquisadas, as metodologias utilizadas e o volume de textos que formam o cenário da Arqueologia sul-rio-grandense do período.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

A fundação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) esteve relacionada, principalmente, com os anseios de construção da identidade nacional, provenientes do período pós-independência. Essa característica esteve presente na concepção de que a instituição forneceria os elementos fundamentais à composição de um passado para a jovem nação.

O projeto de construção ocorreria, essencialmente, através da reunião de documentos históricos, de personagens e de mitos que contribuíssem para o fortalecimento e consolidação do passado histórico. Desde a promulgação do seu primeiro Estatuto, o IHGB definiu como objetivo principal as atividades de reunir, publicar e arquivar documentos necessários para a construção da História do Brasil. Suas produções estão relacionadas ao desenvolvimento inicial da historiografia no país, sendo, segundo Guimarães (2011), os passos iniciais da institucionalização e da profissionalização dos estudos historiográficos no Brasil. Além disso, o Instituto organizou a primeira periodização da história brasileira.

Conforme o mesmo autor, essa ideia de construção de uma nação brasileira politicamente independente estava interligada a uma independência cultural, na qual se destacava a construção de uma nova identidade. A união dessas perspectivas, a nacional e a identitária, era necessária para que o país se constituísse como uma verdadeira nação, definição orientada pelos padrões europeus. Nesse sentido, as ideias de “nação e civilização eram vistas como equivalentes”. Assim, o “índio, que surgia nos romances do século XIX como símbolo da nacionalidade e como portador da brasilidade, apesar da diferença do traje, era, no fundo, um herói europeu”. (Guimarães, 2011, p.50).

A construção sobre o passado histórico brasileiro assumiu inspirações de origem francesa, percebidas tanto na compreensão do conceito de história quanto nas práticas metodológicas que deveriam ser aplicadas. Além das referências francesas já estarem presentes nas missões artísticas²⁵ anteriores à independência, as ideias propostas pelo *Institut Historique de Paris* (IHP), criado em 1834, moldaram a fundação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O fato de que muitos membros do IHGB também estavam associados ao IHP revela essa aproximação. O trabalho de Maria Alice Faria (1965) mostrou que, no *Journal*

²⁵ Destaca-se, principalmente, a solicitação, por parte de Dom João VI, de artistas franceses que formaram a denominada “Missão Artística Francesa” no Brasil. A Missão, iniciada em 1816, propôs uma renovação cultural e artística no país.

l'Institut Historique, entre 1834 e 1856, ocorreram 48 menções a brasileiros. Esses indivíduos eram membros ou participantes de alguma atividade da instituição. A participação pode ser dividida em duas fases principais:

Distribuem-se em duas fases distintas: a da década de trinta (...) reúne principalmente poetas, diplomatas, escritores, enquanto a fase da década de quarenta é formada por personalidades menos notáveis: é um grupo heterogêneo, onde predominam os homens públicos. Os políticos distribuem-se igualmente pelos dois períodos. (Faria, 1965, p. 106).

Apesar da diferença entre as décadas, Faria (1965) destaca uma significativa unidade entre o grupo, uma forte representação política do Império e uma presença ativa de membros brasileiros atuantes no IHP e na fundação do IHGB.

Essa aproximação, principalmente durante os primeiros anos de fundação do IHGB, segundo Guimarães (2011), representa não apenas a estreita relação entre a produção brasileira e a francesa, mas também uma forma de legitimação dos trabalhos produzidos, provenientes da repercussão positiva que o respaldo de uma instituição parisiense provocava.

A Europa sempre foi uma instância de legitimação da produção cultural [...] Por longo tempo, como já registrado, apenas na Europa um brasileiro encontrava possibilidades de estudo. Nesse quadro, resultava inexoravelmente que a reflexão sobre a história desenvolvida no Brasil acompanhava os modelos e princípios que eram estabelecidos em outro lugar. (Guimarães, 2011, p. 100).

Essa concepção de missão civilizadora francesa também se destaca no repertório de ideias do Instituto, pois, ao mesmo tempo em que a Inglaterra garantia a preponderância econômica no Brasil, a França provia, com sua cultura e civilização, os princípios estéticos.

Por sua vez, o recrutamento de sócios do IHGB, segundo Schwarcz (1993), era mais pautado pelos determinantes sociais dos indivíduos do que a análise de sua produção intelectual. Outra característica é a forte presença do Estado e a proximidade do Instituto do ambiente ilustrado imperial. Segundo ela, entre os 27 sócios fundadores, 22 ocupavam postos destacados na hierarquia interna do Estado, formando “um conjunto que mais se assemelhava a uma sociedade da corte”. (Schwarcz, 1993, p. 134). Essa proximidade, entre Estado e IHGB, permitia a construção, a partir de um estabelecimento oficial, de um discurso legitimador sobre o passado. Assim, pode-se afirmar que “nas mãos de uma forte oligarquia local, associada a um monarca ilustrado, o IHGB se auto representará, nos certames internos e externos, enquanto uma fala oficial em meio a outros discursos apenas parciais”. (Schwarcz, 1993, p. 134).

De modo semelhante, Ferreira (2002), analisando a institucionalização da Arqueologia no período através das produções do IHGB e do Museu Nacional, buscou articular a prática arqueológica com o projeto político empreitado pelo Império brasileiro. O autor destacou as imbricações entre a Arqueologia e a constituição de uma identidade nacional, assim como as articulações com o projeto centralizador, ambicionado pela monarquia. O autor conceituou duas perspectivas arqueológicas principais: a “Arqueologia nobiliárquica” e a “Arqueologia do primitivo”, representadas por instrumentos de atuação diferentes, mas ambas convertendo-se em engrenagens de poder político.

A arqueologia “nobiliárquica”, representada pelas grandes expedições arqueológicas, objetivava a busca por vestígios e a construção de uma cartografia do espaço visto como desértico e considerado a antinomia da civilização. Em paralelo, a arqueologia do “primitivo” buscou tanto os registros de primitividade e civilização quanto as cronologias que indicassem a antiguidade da nação brasileira. Atuando em

consonância, as estratégias arqueológicas, ao menos até o ano de 1877, foram “reguladas por uma geoestratégia, tanto uma quanto a outra construíram discursivamente a entidade política chamada ‘Brasil’”. (Ferreira, 2002, p. 146).

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a partir de 1860, promoveu a criação de entidades congêneres nas províncias imperiais²⁶ e, posteriormente, nos estados republicanos²⁷. Assim, progressivamente, sob o auspício nacional se formou uma rede de atuação e de coordenação das atividades dos institutos locais.

Entretanto, a criação no estado do Rio Grande do Sul experimentou uma dinâmica diversa em relação às demais entidades. Anteriormente, em 1855 e em 1860, ocorreram duas tentativas de fundação do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro. Na primeira vez, não ocorreram publicações e, na segunda, foram produzidas revistas trimestrais que duraram até 1863. O fracasso do projeto, segundo Luciana Boeira (2009), foi ocasionado pelo contexto de instabilidade política existente na província. Nesse aspecto, a autora destaca a significativa dissidência entre os liberais rio-grandenses, relacionada à criação do Partido Liberal e à dissolução do Partido Liberal Progressista. O Instituto da Província de São Pedro, por estar ligado ao partido derrotado, não conseguiu manter-se atuante. Outro fator de relevância está ligado à Guerra do Paraguai, pois muitos dos membros do Instituto eram políticos e militares que estavam envolvidos diretamente no conflito.

Em 1917, ocorreram algumas reuniões entre membros da intelectualidade do estado, almejando à criação de um Instituto, entretanto, o projeto de fundação obteve êxito apenas em 1920. A concepção do IHGRGS esteve relacionada tanto às inspirações vindas do IHGB quanto aos anseios inerentes ao contexto histórico e historiográfico rio-grandense. Esse sucesso, tardio em comparação aos outros estados, segundo Martins (2015), está ligado, principalmente, ao fato de que, no século XIX, a manifestação e a produção intelectual do Rio Grande do Sul estavam fortemente submetidas ao campo político.

A partir do final do século XIX, começaram a ocorrer outras formas de organizações sociais e políticas. Conforme Martins (2015), o surgimento do IHGRGS na década de 1920, assim como a organização dos intelectuais rio-grandenses em torno desse projeto, esteve atrelado a dois fatores principais. O primeiro foi um processo histórico mais amplo, iniciado ainda no final do século XIX, que culminou na “criação de estruturas objetivas no âmbito da cultura no estado que, ao mesmo tempo, evidenciam e fortalecem a configuração de um espaço social dos homens de cultura dentro do espaço de poder” (Martins, 2015, p. 28). São exemplos dessas estruturas objetivas, o surgimento de um meio de imprensa mais vigoroso, competitivo e fortalecido, a consolidação do ensino superior, a propagação de livrarias e gráficas, existência, ainda limitada, de um mercado consumidor e a relativa elevação dos níveis de instrução primária. A emergência dessas condições não pode ser associada diretamente com a existência de autonomia do espaço intelectual em relação ao âmbito político. Contudo, esses fatores estão relacionados com “a formação de um espaço social de atuação intelectual que se torna progressivamente irreduzível, mas articulado, ao espaço de poder”. (Martins, 2015, p. 28-29).

²⁶ No Império foram criados Institutos em Pernambuco (1862), Alagoas (1868) e Ceará (1887).

²⁷ Na República, foram criados Institutos na Bahia (1894), São Paulo (1894), Santa Catarina (1896), Paraná (1900), Pará (1900), Paraíba (1905), Minas Gerais (1907), Sergipe (1912), Espírito Santo (1916), Amazonas (1917), Piauí (1918), Mato Grosso (1918) e Rio Grande do Sul (1920).

O segundo fator, apontado pelo autor, que contribuiu para a efetividade do projeto são as transformações políticas que a crise do sistema autoritário republicano propiciou, ocasionando novas oportunidades de atuação política. Desse modo, devido à crise sociopolítica dos anos 1920, alguns grupos, antes silenciados ou invisíveis, passaram a se organizar e ocupar novos espaços. Entre esses grupos, destaca-se a atuação dos intelectuais frente ao surgimento do IHGRGS.

Os intelectuais, tomando ensejo no mesmo processo de crise e de novas oportunidades políticas, colocam-se como agentes (coletivamente), com peso relativo ou potencial na esfera política, reservando-se uma distância mínima do campo de poder, o que permitia que em seu interior fossem abrigados representantes da oposição política ao governo republicano. (Martins, 2015, p. 29).

O desenvolvimento dessas condições de êxito no empreendimento do IHGRGS, assim como as dificuldades e novas oportunidades políticas e culturais, proporcionou aos sócios uma adesão à construção, segundo Martins (2015), de dois discursos de atuação no Instituto. O primeiro ligado à elaboração de um discurso que buscasse a identificação do Rio Grande com o Brasil, e o segundo relacionado à formação de um espaço social institucionalizado, que congregasse intelectuais, a fim de validar seu discurso, de torná-lo uma forma legítima de cultura e, por fim, um modo de institucionalizar a produção histórica. Nesse processo, busca-se, de modo simultâneo e complementar, a legitimidade do discurso sobre a identidade sul-rio-grandense e um apoio da legitimidade institucional do IHGRGS.

No período de sua fundação, segundo Martins (2015), o IHGRGS congregava sócios social, política e ideologicamente heterogêneos. A coesão necessária provinha do sentimento homogêneo de falta de espaços políticos e de reconhecimento público e simbólico frente aos intelectuais de outros estados. Entre esses elementos de concordância entre os membros, o autor destaca três questões principais,

- 1) de que o Rio Grande do Sul estava predestinado a ser uma liderança “moral” para o Brasil;
- 2) a percepção de que se diziam “inverdades” e “calúnias” sobre o Rio Grande do Sul, que precisavam ser revistas e desmentidas;
- 3) o sentimento de que havia certa “prevenção” para aquilo que se gerava no Rio Grande do Sul em termos de produção cultural. (Martins, 2015, p.33).

Esses três fatores apontados acima contribuiriam para a concretização do campo de ação dos historiadores gaúchos do Instituto e podem ser definidos, conforme Martins (2015), através da identificação de três grandes fatores de organização do IHGRGS. O primeiro foi uma busca institucional por uma mobilização coletiva, resultando na criação do IHGRGS. O segundo fator foi a adoção de uma postura ecumênica pelo Instituto, em oposição às divisões internas existentes entre a diversidade de membros. O terceiro foi o exercício de um “patrulhamento historiográfico” (p.33) por parte do IHGRGS, com objetivo de coordenar as atividades. Essa postura estruturadora do ambiente intelectual gaúcho, com atuação na esfera nacional e regional de produções sobre o Rio Grande do Sul, se refletirá nas temáticas arqueológicas tratadas pelo Instituto.

Arqueologia e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Nesse contexto de fundação, buscando organizar um novo espaço de atuação e as diretrizes sobre a produção do conhecimento histórico regional, o surgimento do IHGRGS, assim como a publicação, a partir de 1921, de sua Revista, resultou em aspectos práticos para orientação das publicações históricas no estado. Entre elas, destacamos aqui a concepção existente entre os membros do conceito de ciência

histórica, interpretação que estava ligada à cooperação de outras disciplinas, consideradas auxiliares, como a geografia e a arqueologia.

Assim, o Estatuto do IHGRGS, em seu primeiro artigo, estabelece os objetivos iniciais da instituição e estabelece uma concepção do conceito de história defendido pelos membros,

Art. 1.º - O "Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul", com sede social em Porto Alegre, tem por fim promover estudos e investigações que se relacionem com a História, Geografia, Arqueologia, Etnografia, Paleontologia do Brasil e especialmente do Rio Grande do Sul, e bem assim cultivar o "folclore" rio-grandense e a língua dos indígenas que habitaram e dos que ainda habitam este Estado. (INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL, n. 1, 1921, p. 135).

Essa concepção, ampla de pesquisa histórica e próxima de outras disciplinas, estava presente no discurso do primeiro presidente, Dr. Florêncio Abreu e Silva²⁸, durante a sessão de instalação e posse do IHGRGS. Seu discurso, além de justificar a necessidade da criação da instituição, lançou as diretrizes iniciais de sua compreensão sobre a história realizada pelo Instituto.

Desde seu início, o IHGRGS esteve ligado a uma concepção de que, na "hierarquia das ciências, a história, que é uma ciência concreta, depende de todo o grupo inferior das ciências abstratas". (Abreu e Silva, 1921, p. 123). Essa necessidade está relacionada pela constituição da própria disciplina como uma ciência e pela utilização social dos conhecimentos que, quando produzidos com auxílio de outras disciplinas, obtêm maior alcance. Nesse aspecto prático de atuação, os trabalhos produzidos pelo Instituto deveriam tratar, principalmente, "sobre a história pátria, e especialmente a do Rio Grande do Sul". (Abreu e Silva, 1921, p. 123).

Essa história pátria também deveria ser norteadada pelo princípio da verdade histórica, assim, o presidente prometia que "trabalharemos desinteressadamente, ou antes não nos moverá outro interesse que não o do patriotismo e o da verdade histórica. A nossa preocupação capital será a verdade, só a verdade, sempre a verdade". (ABREU E SILVA, 1921, p. 125). Essa construção em busca da verdade e do "estudo da história seria, porém, impraticável sem o concurso dos outros ramos dos conhecimentos humanos, que em muitas conjunturas lhe servem de imprescindível ponto de apoio e dos quais visceralmente depende". (Abreu e Silva, 1921, p. 123).

Assim, a escolha das disciplinas que deveriam ser inseridas na produção do Instituto também deveria corresponder à própria essência da disciplina histórica e atuar em consonância com sua construção. Segundo o presidente,

O campo de nossa atividade se ampliará apenas sobre aqueles ramos dos conhecimentos que, em virtude de suas mais íntimas e acentuadas afinidades com a ciência sagrada, que é a história, não poderão ser postos à margem sob pena de tornar ineficiente, - direi mesmo inexequível, - a nossa árdua missão. (Abreu e Silva, 1921, p. 124).

Com o objetivo de alcançar essa amplitude de interesses, foram criadas comissões permanentes, formadas por quatro sócios. Junto à fundação do IHGRGS, foram criadas sete comissões: a comissão de fundos e orçamentos, a comissão de estatutos e redação

²⁸ Florêncio Carlos de Abreu e Silva (1882 -1969) foi sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e eleito presidente da primeira diretoria do Instituto (1920-1934). Bacharelou-se, em 1905, pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais, do Rio de Janeiro, mas construiu carreira no magistrado gaúcho como juiz, desembargador e procurador. Florêncio exerceu mandato, em 1934, de deputado federal constituinte, foi diretor, entre 1919 e 1920, do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e presidente, entre 1952 e 1954, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019).

da Revista, a comissão de História, a comissão de Geografia, a comissão de Arqueologia, a comissão de Folclore e da “língua dos indígenas” e a comissão de admissão de sócios. Na época, a comissão de Arqueologia era também responsável pela Etnografia e Paleontologia, sendo formada por Alberto J. Rego Lins, Adroaldo Mesquita da Costa, Roberto Landell de Moura e João Pinto da Silva. Essa comissão, segundo Florêncio Abreu e Silva, considerava a Arqueologia como um “auxiliar precioso da história”.

A importância da arqueologia sobe de ponto, como sabeis, nas investigações concernentes às populações que habitaram o Rio Grande antes da conquista, para o conhecimento de seus usos e costumes, de suas crenças, do seu estágio social em suma; e, como subsídios de primeira ordem para a elucidação de pontos importantes dessa nossa interessante “pré-história”, o Instituto estudará ainda a etnografia, a paleontologia, a própria língua dos autóctones. (Abreu e Silva, 1921, p. 124-125).

Entretanto, apesar deste reconhecimento e destaque entre os fundadores do IHGRGS, entre 1921 e 1950, foram publicados apenas onze trabalhos que versavam sobre temas arqueológicos.

Tabela 2 – Fontes analisadas no terceiro capítulo

	Título	Autor/Referência
01	Artefactos indígenas	Simch (1923)
02	Tembetás	Simch (1924)
03	A velhice da terra – O continente americano	Bahlis (1932)
04	Civilizações americanas [...] os períodos geológicos	Bahlis (1933)
05	O homem da Pré-História	Wiederspahn (1936)
06	Origens da raça mediterrânea ocidental	Wiederspahn (1938)
07	Origem do homem	Luis (1936)
08	O mistério das Pedras verdes	Guido (1937)
09	Prehistória Americana e Brasileira, o Paraíso terrestre	Spalding (1939)
10	Relatório científico [...] de estudos etnográficos	Balduíno Rambo (1946)
11	Análises químicas das tintas usadas na cerâmica [...]	Manoel de Godói (1946)

Fonte: dados organizados pelo autor.

Os textos, em sua maioria, tratam de temas relacionados à pré-história em um panorama mundial, e poucos são os artigos com enfoque específico na área rio-grandense. Todos esses trabalhos serão tratados em seguida.

As fontes analisadas podem ser classificadas em dois grandes grupos, o primeiro relativo aos que tratam de assuntos mais gerais sobre a antiguidade do homem sobre o continente americano e o outro sobre temas mais específicos às pesquisas arqueológicas. Com intuito de melhor compreender esse material, o reunimos conforme sua autoria, enfatizando as características de argumentação utilizada.

A necessária Arqueologia e as interessantes coleções

Na década da sua fundação, foram publicados dois textos sobre arqueologia na revista do IHGRGS, ambos produzidos por Francisco Rodolpho Simch²⁹ (1923; 1924),

²⁹ Francisco Rodolpho Simch foi diretor do Museu Julio de Castilhos entre os anos de 1903 e 1925, com um intervalo entre 1919 e 1922. (Nedel, 2005).

sócio efetivo do Instituto. Francisco Simch foi eleito, segundo Silveira (2008), presidente da “comissão permanente de Arqueologia, Etnologia e Paleontologia” em três triênios consecutivos (1923, 1926 e 1929).

Sobre sua carreira profissional, encontra-se tanto que teria se dedicado ao exercício da advocacia (Silveira, 2008) quanto da engenharia (MARTINS, 2015), sendo funcionário público do Estado do Serviço Mineralógico e, também, professor da Faculdade de Direito de Porto Alegre. Independente de dúvidas e da flexibilidade no desempenho de ofícios existente na época, as suas atividades como engenheiro estadual são as mais lembradas nos textos de arqueologia publicados, nos quais sua experiência é utilizada, inclusive, como instrumento de análise. Por exemplo, segundo ele, a “[...] fixação dos virotes usados pelos coroados e verificada por mim nos toldos de Nonoai há cerca de 23 anos. Tive, como geólogo de uma empresa, de passar longa temporada no vale do Uruguai e seus afluentes e vi fixar discos [...]” (Simch, 1923, p. 312).

Os textos de Francisco Simch (1923, 1924) analisam e contextualizam artefatos arqueológicos que na época estavam endossados ao Museu Julio de Castilhos, em Porto Alegre, instituição que ele dirigia. No primeiro trabalho (1923), intitulado “*Artefactos indígenas*”, o autor se detém ao estudo de artefatos descritos como “discos de pedra perfurados e de um excelente acabado artístico” (p. 306), pertencentes às áreas da Encosta do Planalto e com maior concentração no vale do rio Taquari e seus afluentes³⁰. No segundo texto, dedica-se à contextualização de artefatos do tipo “*Tembetás*”, pertencentes à região de Venâncio Aires, município localizado entre o Rio Taquari e o Rio Pardo.

Em seu texto Simch (1923), imbuído da ideia de inexistência de informações históricas das populações indígenas do Estado, tenta justificar seu interesse pela arqueologia e compreender os motivos da falta de interesse dos pesquisadores pelo tema devido à existência de,

Um público pouco propenso a se interessar por essas cousas tão longínquas, tão remotas e sobretudo anônimas, referentes a povos de que nem um feito memorável se conheceu, de que nem um nome chegou até nós e de que escassíssimos vestígios se encontram avaramente ocultos nas profundezas das selvas, nas aluviões das sangas ou nos pedregais estéreis de alguma serra ignota. (Simch, 1923, p. 305).

Contudo, essa displicência em relação aos artefatos arqueológicos, segundo o pesquisador, não é exclusiva do Brasil e, por isso, não pode ser utilizada como um estigma do desinteresse por parte da nossa sociedade. Segundo ele, o pouco interesse,

É fenômeno comum a todos os países em que só pouquíssimos, dentre os milhares de pesquisadores, se dedicam a tais problemas e isto ainda com o risco de passarem por doidos ou pelo menos de “não regularem bem”, como se diz em linguagem vulgar. (Simch, 1923, p. 306).

Além disso, o pesquisador adverte que os poucos interessados no tema podem enfrentar alguns riscos frente à opinião do meio intelectual, já que o “demais não é ali o campo apropriado à colheita de vantagens de nenhuma espécie – antes nisso se encontra o ensejo de ser ridicularizado e de perder até no conceito público aquela estima ou pelo menos o respeito [...]”. (Simch, 1923, p. 306). Ao final de um dos textos, o pesquisador pede desculpa aos seus colegas de Instituto e deseja que não “tenhais levado a mal ter vos tomado tempo com tal assunto”. (Simch, 1923, p. 314).

³⁰ Trata-se do que chamamos atualmente de “itaiçá” ou “itaizá”. Segundo Mendonça de Souza (1997, p. 67), pode ser caracterizado como um “machado circular, polido com perfuração central, em geral bicônica, para preensão; o gume está em toda a periferia”.

Em ambos os textos, o pesquisador descreve as características gerais dos artefatos, detendo-se na definição das dimensões, das matérias primas utilizadas, do processo de fabricação, das formas de utilização e das áreas de ocorrência e distribuição dos objetos. Em relação aos espaços onde ocorrem os artefatos do “tipo perfurado”, semelhante aos estudados, Simch (1923) relaciona-os com outras áreas de ocorrência mundiais, afirmando que artefatos perfurados são encontrados em várias regiões do mundo. Segundo ele,

O material da Argentina assemelha-se muito ao nosso conforme se depreende dos estudos e descrições de Ameghino e Moreno; o do Chile é diferente neste sentido que trata-se ali de verdadeiros cilindros perfurados. Os discos africanos, dos Bushmen, divergem muito e bem assim os do Egito [...] Na ilha de Marajó encontraram-se discos de barro cosido ao fogo e excepcionalmente um de pedra. (Simch, 1923, p. 310).

Entretanto, apesar de existirem características semelhantes com outras áreas do mundo, os instrumentos descritos, devido ao alto grau de acabamento, são considerados exclusivos de algumas áreas do Rio Grande do Sul. Sobre a funcionalidade dos artefatos, Simch (1923) discute essa “interrogação magna” através de várias hipóteses sobre as possibilidades de uso, produzidas pela associação entre suposições produzidas por pesquisadores e pela tradição popular, afirmando que,

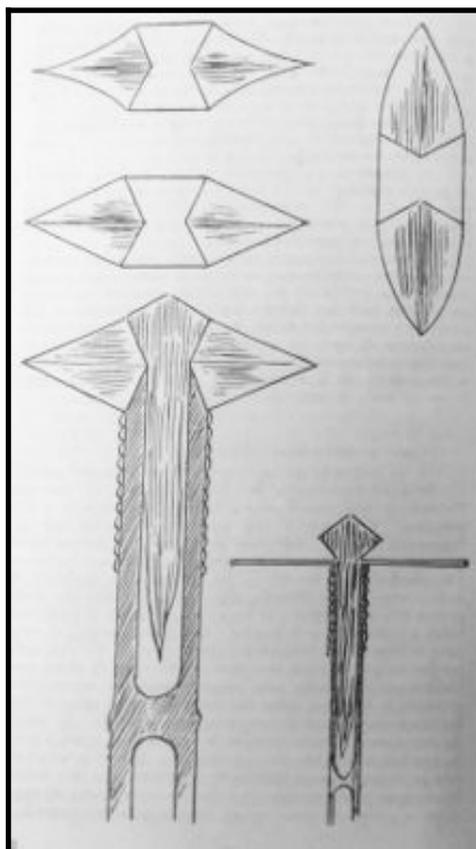
A tradição da população, dizem, legou a estes instrumentos o nome de machados circulares perclusos e certamente a designação de “machado” excluiu a pesquisa de outras aplicações; é corrente que de objetos de uso desconhecido estamos sempre dispostos a aceitar as explicações dadas a seu respeito pelos que entendem ou devem entender do assunto; alguém etnógrafo ou não, chamou-os machados; os leigos ou os não entendidos, daí por diante não se preocuparam mais com o caso: era machado e para distingui-los de outros tipos fizeram-nos circulares perclusos. (Simch, 1923, p. 311).

A partir dessa constatação, Simch (1923) problematiza e reúne informações, existentes até aquele momento que pudessem ser utilizadas para questionar ou reafirmar a hipótese de utilização como machados. Para compreender o processo de fixação do cabo nos machados, o autor se utiliza de experiências e observações pessoais, realizadas como engenheiro em toldos indígenas de Nonoai, região do vale do rio Uruguai. Ele conclui que o encabamento ocorria através de um “cabo de taquara, ou, melhor, de taquarassú, afeiçoado, o virote pela parte externa e o atilho para ultimar a segurança”. (Simch, 1923, p. 312).

Essas interpretações são sintetizadas pelo autor, que passa a destacar quatro diferentes possibilidades de uso dos objetos: como instrumento de trabalho, como arma, como instrumento de fiar ou como instrumento de acender fogo. A partir dessas categorias ele questiona as possibilidades e os limites de cada hipótese. Por exemplo, sobre a funcionalidade como arma, ele interpela que,

Para este fim parece deveriam satisfazer completamente o seu portador: grande eficiência no embate; indiferentismo de percussão com qualquer lado; desnecessidade de gume pois a simples pancada deveria prostrar o antagonista. Mas, objetar-se-á, se era assim, isto é, se era esse o uso, como explicar sua raridade? Arma eficaz, porque não se encontram esses artefatos em todas as partes do país? Simch, 1923, p. 313).

Para explicar a pouca densidade dos objetos, Simch (1923) coloca três possibilidades: a existência de populações pouco numerosas e diferentes das contatadas pelos europeus, o uso da arma exclusivamente pelos chefes ou então pelos pajés em solenidades ou sacrifícios, como uma arma ritual (Figura 23).

Figura 23: “Machados circulares perclusos”, estudados por Simch.

Fonte: Simch (1923).

Essa perspectiva de questionar conclusões anteriores, principalmente por considerá-las demasiadamente simples, e buscar a construção de outras hipóteses para compreensão dos objetos está presente também no estudo que o pesquisador realiza sobre tembetás.

No trabalho, Simch (1924) inicia discutindo e problematizando os resultados da análise desenvolvida por Ladislau Netto³¹ dos mesmos artefatos. De acordo com o pesquisador, Netto definiu os tembetás como um tipo de adorno de pedra usado pelos indígenas brasileiros, assim, definindo-os como uma peça da indumentária indígena. No entanto, questiona a indefinição dos conceitos utilizados por Netto,

Certo é que já a Ladislau Netto não escapou tratar-se de uma peça da indumentária, mas não foi examinado este gênero – a indumentária – com a precisão devida, para depois se lhe subordinarem as diversas espécies, ou classes ou peças ou como se as queiram chamar. (Simch, 1924, p. 52).

A partir dessa constatação, Simch (1924) busca definir e contextualizar a noção de indumentária ou vestimenta indígena e classifica-a em dois tipos: essenciais e

³¹ O botânico Ladislau de Souza Mello e Netto (Maceió, 1838 - Rio de Janeiro, 1894) foi diretor do Museu Nacional entre os anos de 1874 e 1893. Durante sua gestão, a instituição foi reestruturada seguindo os moldes europeus do período e teve, devido a Proclamação da República, seu nome e sede alterados. A instituição passou de “Museu Imperial”, sediado aos arredores do Campo de Santana, para “Museu Nacional”, localizado na Quinta da Boa Vista, no bairro de São Cristóvão. A revista trimestral “Os Archivos do Museu Nacional” foi criada durante sua gestão e tronou-se um importante veículo na comunicação e na troca de informações com museus estrangeiros (MUSEU NACIONAL, 2007/2008).

acessórios. A primeira seria, por exemplo, a “pele de carneiro” ou pelego como proteção contra o frio, e a segunda envolveria os tembetás. A maior parte de seu texto está relacionada com a preocupação de definir esse conceito, em oposição à visão generalizante³² de Ladislau Netto, para depois inserir os artefatos dentro das inúmeras possibilidades de indumentárias indígenas.

Essa variedade permitiu que o pesquisador associasse o uso de tembetás com outros tipos de acessórios, como, por exemplo, as tatuagens realizadas em outras regiões do mundo, mas não conhecidas no contexto gaúcho. Conforme ele, “a tatuagem entre nossos índios primitivos era pouco praticada ou pelo menos não atingiu, em hipótese alguma, a extensão que tomou entre certos povos da Polinésia e alguns da África”. (Simch, 1924, p. 55).

Segundo ele, apesar das diferenças, a indumentária visa, fundamentalmente, a abrigar o corpo humano das intempéries e não pode decorrer de noções de pudor, pois ela “entre os povos cultos, ou que se tem por tais, serve a um e outro desses dois fins, entre os selvagens não”. (SIMCH, 1924, p. 53). O autor continua defendendo sua ideia, afirmando que os “chamados civilizados (chamados por nós mesmos), não devemos aplicar de modo algum aos povos primitivos e aos selvagens de qualquer época um estalão todo nosso”, ao contrário, devemos “aquilatá-los pelos padrões deles próprios sob pena de nos enrodilharmos em dificuldades por vezes inextrincáveis”. (Simch, 1924, p. 54).

Os escritos de Simch (1923, 1924) representam a estreia da comissão permanente de Arqueologia, criada junto à fundação do IHGRGS. A presença, mesmo que tímida, do tema na primeira década de divulgação institucional salientou a necessidade de revelar ao público as coleções arqueológicas que formavam os acervos museológicos do Estado. Além disso, buscaram compreender, com maior profundidade, os artefatos endossados ao Museu Julio de Castilhos, colocando-os à luz de novos questionamentos, discussões e divulgando a realidade arqueológica encontrada para seus confrades.

Um antigo cenário onde floresceram civilizações

Em 1932 e 1933, o professor Jorge Bahlis publicou dois artigos referentes à formação dos continentes e aos períodos geológicos. No texto “*A velhice da terra*” (1932), o autor discute sobre a cronologia da formação do continente americano. Sua explanação ocorre a partir da ideia de que no Novo Continente ocorreram muitas conquistas e lutas, travadas por povos “vigorosos e belicosos”, que interagiram e provocaram o “aniquilamento de um determinado ramo racial e desenvolvimento de outro”. (Bahlis, 1932, p. 176).

É a partir dessa percepção que o autor destaca a importância de se compreender a antiguidade do continente, estabelecida, segundo ele, “sem receio de se cometer um erro científico, e apesar da acanhada visão dos conservadores, que conta milhões de anos, e si o considerarmos nas suas diferentes partes, então tem centenas de milhões”. (Bahlis, 1932, p. 176). O pesquisador, buscando referências em outros autores, destaca o surgimento da América a partir do desaparecimento de Atlântida.

³² Langer coloca que Ladislau Netto, no trabalho sobre tembetás, “atribuiu a essas peças arqueológicas um grande significado simbólico, cuja utilidade como objeto cotidiano seria praticamente nula. A funcionalidade e demais padrões tipológicos, tão destacados pela Arqueologia moderna, foram substituídos pelo caráter celebratório das peças, convertidas pela ciência em antigos objetos de disputa tribal. De maneira genérica, a sistematização de Netto conseguiu reunir uma boa bibliografia disponível até aquele momento, mas suas conclusões foram parcialmente afetadas pela precariedade de um estudo mais especializado prevalecendo, com isso, imagens que forneciam uma explicação conveniente para as metas civilizatórias da elite erudita do império”. (Langer, 2005, p. 101).

Ao desaparecer a Atlântida, surgiram novas terras que acabaram de constituir o continente a que se deu, em virtude de uma homenagem injustificável, o nome de America. O Continente Atlante já não mais pode ser tido como lendário [...] No que se refere á antiguidade de certos pontos da America, temos rochas que acusam a estupenda idade de varias centenas de milhões de anos. (Bahlis, 1932, p. 177).

Essa teoria explicativa proposta pelo autor é contrária à teoria do grande dilúvio universal, pois, segundo ele, o “fato de se encontrarem na América terrenos arcaicos, primários, secundários e outros, bastaria para provar que a terra não esteve submersa ao mesmo tempo em toda a parte”. (Bahlis, 1932, p. 178).

A existência de Atlântida, para Bahlis, já seria até aceita por alguns “luminares” da Igreja. O autor estabelece uma discussão a partir de dados publicados por um autor europeu em uma revista argentina intitulada “La Atlantida”. Nesse texto, consta que, o “planeta tem 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões) de anos”, a “humanidade surgiu há 300.000 (trezentos mil) anos apenas e que os “outros planetas, com exceção de Marte não são habitados”. (Bahlis, 1932, p. 179). Bahlis concorda com essa proposta cronológica apenas para o nosso planeta, discordando dos outros dois pontos. Sobre o segundo, afirma que a “raça humana, se bem que muito animalizada, surgiu há 18.000.000 (18 milhões) de anos”; já sobre a terceira afirmação, ele a questiona, afirmando que todos os planetas são habitados e que “só uma vaidade, sem nenhum fundamento científico, pode levar o homem a pensar que só o nosso planeta teve a fortuna de ser destinado à Criação”. (Bahlis, 1932, p. 182).

Em seu segundo texto, as “*Civilizações americanas antiguidade da terra II*” (1933), o autor busca explicar de forma mais sucinta e didática sobre as camadas geológicas, complementando seu trabalho anterior. Para ele, essa nova explicação é necessária, já que “escrever para a maioria e não para a minoria deve ser a principal preocupação do escritor que deseja deleitar e instruir. Um povo que conhece razoavelmente a História já é mais livre do que outro que a ignora”. (Bahlis, 1933, p. 299). A análise principal decorre, principalmente, na denominação e breve caracterização dos terrenos “Pré-Cambrianos” e “Cambrianos”, vigentes no período.

No discurso do autor, sucintamente, podemos destacar três elementos principais. O primeiro é a construção de uma história das civilizações americanas numa perspectiva de longa duração. No início do texto, o pesquisador se preocupa em destacar a presença humana no continente, a fim de justificar a importância desse estudo, construindo um cenário geológico para a atuação dos personagens. Assim, busca construir uma completa história sobre as civilizações americanas. Segundo ele,

Este rápido estudo de caráter geológico que estamos fazendo poderá parecer, à primeira vista, destituído de qualquer utilidade para a descrição das CIVILIZAÇÕES AMERICANAS. Quando, porém, o leitor tiver percorrido em nossa companhia as regiões onde floresceram as civilizações que vamos historiar, ficará convencido da necessidade desse importantíssimo estudo. Sem auxílio da Geologia não poderíamos ser compreendidos convenientemente. (Bahlis, 1932, p. 183).

O segundo elemento é a necessidade dos textos publicados serem compreendidos também pela população leiga ao assunto. Consequentemente, há uma preocupação em definir, do modo mais didático possível, os conceitos geológicos utilizados em sua narrativa. Para ele,

Escrever para a maioria e não para a minoria deve ser a principal preocupação do escritor que deseja deleitar e instruir. Um povo que conhece razoavelmente a História já é mais livre do que outro que a ignora. [...] Assim sendo, o historiador tem a obrigação de simplificar – sem mutilar

o sentido, está visto – os conhecimentos com que deseja brindar o público, a ponto de torná-los compreensíveis, mesmo pelas mais rudes inteligências. (Bahlis, 1933, p. 299).

O terceiro ponto é a existência de ideias que defendem a veracidade do continente perdido de Atlântida, o descrédito da existência do dilúvio universal bíblico, o surgimento do ser humano há 18 milhões de anos e a presença de vida em todos os planetas. Sobre a receptividade dessas hipóteses, Martins (2015), aponta a existência de uma discussão interna entre Souza Docca e o secretário Eduardo Duarte, sobre a publicação do segundo texto de Bahlis, pois o primeiro teria ocasionado a crítica de outro confrade e o pedido para o segundo texto não ser publicado. Apesar da situação, Duarte decide publicar o artigo, pois Docca recomenda que Jorge Bahlis “merece a nossa consideração, pois é um grande trabalhador. Se não já, será, pelo menos no futuro, um elemento de valor no seio do Instituto”. (Souza Docca, 1933 apud Martins, 2015, p. 102).

Essa situação, ainda que não analisada nesse trabalho, demonstra que muitas das perspectivas elencadas nos textos publicados não eram aceitas por todos os sócios efetivos, gerando também um ambiente interno de avaliação e discussão dos resultados e das opiniões divulgadas pela revista. Outra situação semelhante de discussão ocorreu com os trabalhos publicados por Henrique Wiederspahn (1936) e pelo irmão Teodoro Luis (1936), que discordam sobre seu enfoque teórico. Esses textos serão analisados a seguir.

A estima ao espírito inquietante da ciência moderna

O texto “O homem da Pré-História”, escrito por Henrique Wiederspahn (1936), trata sobre as diferentes teorias relacionadas à origem do homem sobre a terra, partindo do pressuposto que as concepções religiosas “não mais satisfazem ao espírito científico e inquieto hodierno”, ao contrário da “legenda mosaica, adaptação à psicologia do semitismo israelita das velhas tradições”. (Wiederspahn, 1936, p. 228), Wiederspahn propõe um refinamento de várias teorias, elaboradas por diferentes autores, inclusive o argentino Florentino Ameghino, consideradas por ele como científicas e modernas. Ele conclui que há, apesar de algumas discussões e dúvidas, concordância que os primeiros ancestrais humanos surgiram em meados da era Cenozóica, compreendendo cerca de 3 milhões de anos.

O texto “Origem do homem”, publicado pelo Irmão Teodoro Luis, é uma réplica ao trabalho de Wiederspahn, publicado anteriormente na revista. A argumentação de Teodoro que refuta os elementos tratados anteriormente está baseada em dois pontos essenciais: a teoria de Florentino Ameghino e a narrativa bíblica de Moisés.

A teoria de Ameghino, referência muito citada por Wiederspahn, é considerada anti-científica por Teodoro. Conforme ele,

E’ tudo que descobriu Ameghino em matéria de restos antrópicos, de maneira que todos os outros nomes por ele inventados para estabelecer sua teoria sobre a origem do homem, são de nenhum valor para a Ciência Antropológica, visto que não correspondem à realidade objetiva nenhuma. (Luis, 1936, p. 192).

Outro ponto questionado é que a “legenda mosaica” não satisfaria o “espírito científico e inquieto hodierno”. (Wiederspahn, 1936, p. 228). Ao contrário, segundo Teodoro a narrativa bíblica de Moisés está de acordo com a ciência moderna, e essa associação é também realizada por inúmeros autores. Além disso, reforça que todos os homens pertencem ao gênero humano, cuja origem ocorreu no continente asiático.

O mistério dos talismãs verdes

O texto “O mistério das Pedras verdes”, escrito por Angelo Guido, trata sobre os artefatos arqueológicos conhecidos como “muraquitãs” e sua relação com o imaginário da região amazônica. O foco principal da análise proposta no texto é a ligação, tradicional entre as populações da região, desses “maravilhosos talismãs, contas veneráveis que a gente de outras gerações dizia terem vindo das terras habitadas pelas tribos das mulheres que viviam sem homens.” (Guido, 1937, p.192).

Apesar de destacar as características mágicas e terapêuticas que esses objetos possuem frente à cultura popular amazônica, o foco principal do trabalho é analisar as concepções religiosas que envolvem esses artefatos e a associação com a lenda das amazonas. Para isso, ao autor realiza uma contextualização sobre as religiões “primitivas e selvagens”, devido ao fato de que, segundo ele, muitos povos da América, Ásia e África também consideravam pedras verdes com poderes espirituais. A partir dessa associação, Guido descreve os elementos, como, por exemplo, a coloração verde e os animais representados, que podem ser relacionados ao prestígio dos objetos. A semelhança entre as ocorrências amazônicas e de outras regiões é explicada através da imigração de tradições mais desenvolvidas para a região amazônica.

O retorno de Noé e o primórdio neolítico

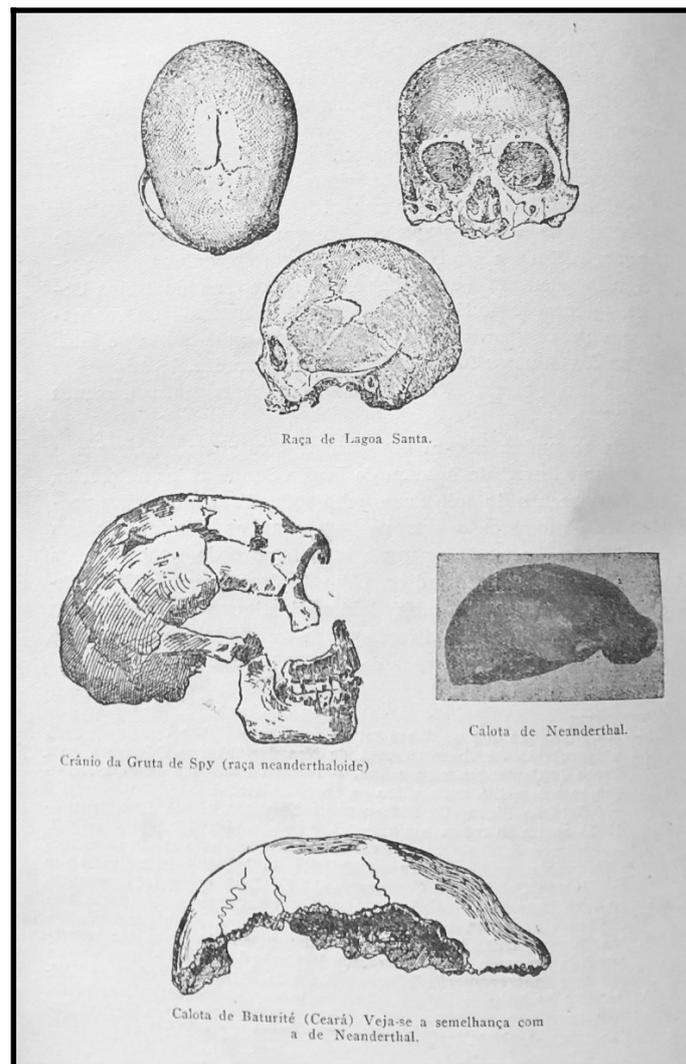
A análise de Walter Spalding (1939), presente no texto, “Prehistória Americana e Brasileira, o Paraíso terrestre”, parte do pressuposto da origem divina do homem, afirmando que criação universal em seis dias é uma representação simbólica, assim “cada dia de que fala pode representar um ou vários milênios”, pois “a Bíblia não traz rigorosa cronologia”. (Spalding, 1939, p. 82).

Nesse horizonte de criação, Spalding estabelece que o “homem de Lagoa Santa” (Figura 24), encontrado por Peter Wilhelm Lund, é considerado o crânio mais antigo e primitivo descoberto, e que o “bíblico Paraíso” poderia ser localizado em Minas Gerais. Segundo ele,

Se puder, algum dia, provar com rigorosa certeza a ‘primogenitura’ do homem de Lagoa Santa, todas as teorias do povoamento do solo americano sofrerão modificações profundas e novamente entrarão em cena as citações bíblicas do Gênesis, segundo as quais teriam povoado a América os descendentes de Ofir Índico, filho de Jetã, neto de Eber, depois povoaram a Índia Ocidental, alguns milênios antes de Cristo, - com uma diferença: de se não terem passado da Índia para a América, mas da América para a Índia. (Spalding, 1939, p. 83).

O pesquisador busca conciliar elementos da criação divina da humanidade com dados geológicos, pois, “assim como se não pode negar a criação do homem por Deus, não mais se pode negar que seu aparecimento sobre a terra se deu no início do quaternário, período antediluviano, época do Hipopótamo ou quaternário inferior”. (p. 85). Assim,

A rigor poderíamos afirmar que esse despovoamento da Europa em consequência do Dilúvio universal – que bem pode ser a época do degelo que invadiu e cobriu o mundo, - se deu em resultado o povoamento da América para onde fugira Noé com os seus na arca de que nos fala a Bíblia. E nesse caso, os fósseis humanos de Lagoa Santa e redondezas seriam os restos mortais de Noé e os que o acompanharam. E, passado o degelo, seca novamente a terra, a família de Noé retornou, em parte, para a Europa, dando início à época Neolítica. Isto seria explicação ao “hiato” europeu entre as duas grandes idades da pedra. (Spalding, 1939, p.87).

Figura 24: Crânio de Lagoa Santa

Fonte: Spalding (1939).

Em suas notas de rodapé, o autor cita e discute conclusões de Aníbal de Matos, Angione Costa, Paul Rivet, Marc Boule e até do poeta indianista Antônio Gonçalves Dias. A partir disso, inclui na discussão o contexto paleontológico americano e gaúcho, buscando identificar fósseis de animais que possam estar associados ao período de surgimento do homem. Conclui que tanto na América quanto no Rio Grande do Sul (pesquisas desenvolvidas por Tupí Caldas) existiram animais antediluvianos (pleistocênicos), cronologicamente associados à Lagoa Santa e Confins.

Um “paradeiro” charrua nos Pampas

O texto, “Relatório científico das viagens de estudos etnográficos”, escrito pelo jesuíta Balduino Rambo³³ (1946) é um relato de atividades de coleta arqueológica na

³³ Balduino Rambo S.J. nasceu no atual município gaúcho de Tupandi em 1905 e faleceu em 1961, na cidade de Porto Alegre. Exerceu inúmeras atividades, entre as principais relacionadas ao nosso tema, atuou como “professor catedrático fundador da Cadeira de Antropologia e Etnografia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, desde 1942, foi convidado em 1954 para dirigir a Seção de Ciências Naturais da Divisão de Cultura da Secretaria da Educação e Cultura do Estado. Aceitando a incumbência, seu primeiro passo foi organizar o Museu Rio-Grandense de Ciências Naturais e fundar a revista

região do município de Quaraí. O artigo (1946) descreve aspectos geográficos, geológicos e arqueológicos da região. O material coletado estava em superfície ou levemente encoberto de sedimentos e constitui-se de “bolas”, pedras de moer e discos lenticulares, confeccionados, na maior parte, em arenito. Foram encontradas também cinco pontas de sílex. Rambo menciona que os artefatos estudados são atribuídos aos charruas, pois,

Tanto as bolas e discos como os instrumentos de pedras lascadas são de larga difusão em todo o território outrora percorrido por estes índios e congêneres; concordam perfeitamente com a descrição e as figuras de Antonio Serrano [...]. Como elemento cultural pertencem às civilizações pampeanas prolongando-se até a Patagônia. Historicamente está fora de dúvida, que os charruas constituem irradiações dessas culturas. (Rambo, 1946, p. 239).

O estudioso conclui que “a estação lítica do Nhandubai é um legítimo “paradeiro” dos charruas, rudes caçadores dos Pampas e da Campanha; sua data não excederá 300-400 anos, época em que os índios conheceram e adotaram o ferro; etnologicamente falando, representam dois elementos desta cultura mista: as bolas matriarcais de procedência andina, e as laminas totêmicas em convexo com a Patagônia. Estas últimas do R. G. S. (e no Brasil) se constataram pela primeira vez”. (Rambo, 1946, p. 240).

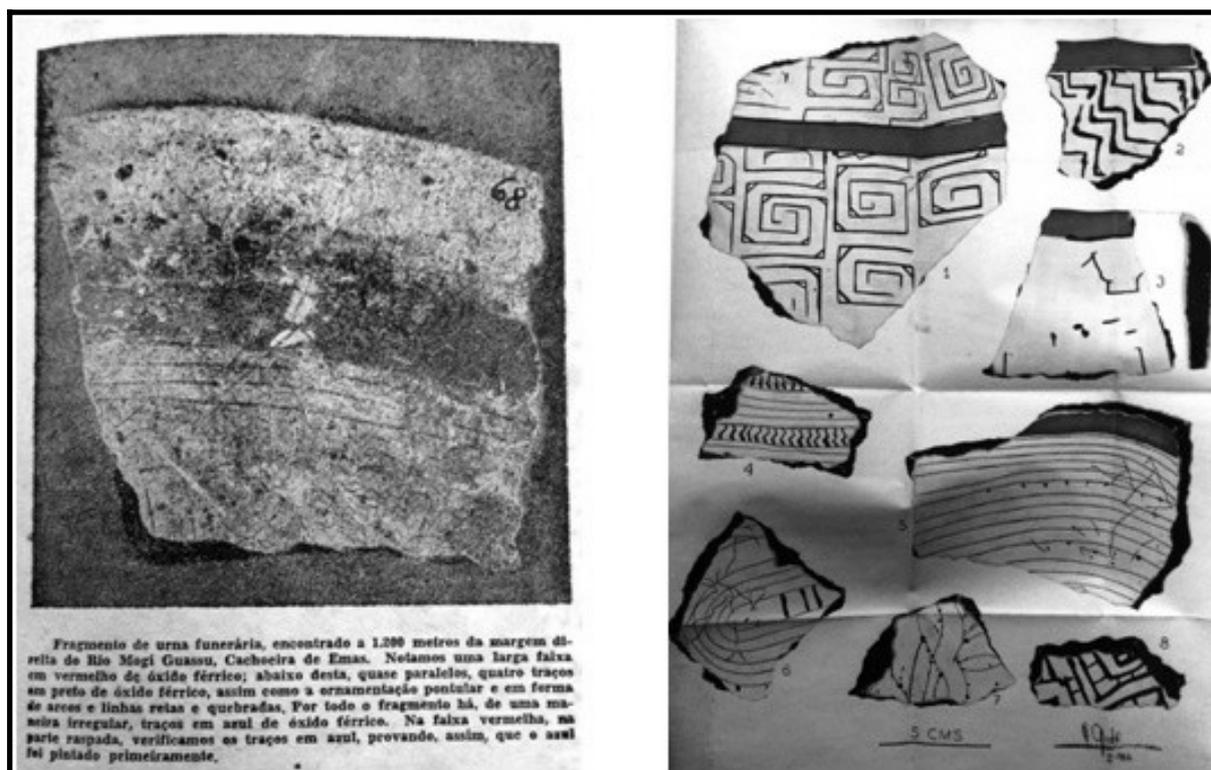
A química prova ao contrário

O trabalho de Manoel Pereira de Godói, “Análises químicas das tintas usadas na cerâmica pelos extintos indígenas da cachoeira de emas, Rio Mogíguassú” (1946), foi produzido por um biólogo e descreve de forma prática e objetiva uma análise química das pinturas realizadas em artefatos cerâmicos de populações Painguás³⁴, atribuídos a áreas do atual Estado de São Paulo (Figura 25). A análise é um complemento de um trabalho realizado anteriormente pelo pesquisador e está baseada na ideia referenciada por trabalhos sobre outras regiões do mundo, de que muitas das tinturas utilizadas pelos indígenas eram de origem mineral. Entre os estudiosos da coleção cerâmica era consensual que as pinturas vermelhas e pretas são de origem vegetal, mas, segundo o autor, “a química prova o contrário.” (Godói, 1946, p. 241).

Através da análise química das pinturas, Godói revela que o grupo utilizava pigmentos minerais para a ornamentação de sua cerâmica. A cor vermelha, preta e azul era produzida a partir de variantes do óxido férrico e o branco com base na argila pura ou no caulim.

“Iheríngia”, dividida em séries para cada especialidade”. Além disso, Rambo “organizou o Instituto Anchietano de Pesquisas, fundado em 1956, ficando a seu cargo a redação da revista anual “Pesquisas”, da qual foram publicados três grossos volumes (1957, 1958 e 1959) anuais e a partir de 1960 em folhetos por especialidades”. (Spalding, 1969, p. 101).

³⁴ Painguás é uma denominação genérica e popular para as populações indígenas Tupi-guaranis que habitavam a região do atual distrito de Cachoeira de Emas, no município de Pirassununga, Estado de São Paulo.

Figura 25: Amostra da cerâmica analisada

Fonte: Godói (1946).

SÍNTESES E OS PILARES DA ARQUEOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

Após os movimentos inaugurais no levantamento de sítios e de dados, empreendidos por diferentes esferas sociais e tratados nos capítulos anteriores, a arqueologia rio-grandense, apesar da realização de algumas reuniões de pesquisadores³⁵, passou por um período de baixa produtividade. Até o início da década de 1960, ocorreram poucas publicações, entretanto, esses trabalhos, além do objetivo de sintetizar, revisar e reunir dados precedentes, forneceram elementos indispensáveis para a posterior delimitação das problemáticas de pesquisa pertinentes ao Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), desenvolvido em âmbito regional³⁶ e nacional a partir de 1965 e considerado um importante marco no desenvolvimento da arqueologia brasileira. Nesse período, prévio ao Programa, destaca-se a atuação de três pesquisadores na arqueologia gaúcha, Ascânio Ilo Frediani (1952), Pedro Ignácio

³⁵ 3Nesse período, ocorreram seis eventos significativos na área arqueológica. Dois desses seminários ocorreram em 1964 e 1965 e foram organizados pela Organização para Estudos Científicos (O.E.C) e pela Faculdade de Arquitetura do Rio Grande do Sul. Em 1966, na sede do Instituto Anchieta de Pesquisas (IAP) ocorreu o "Seminário de Arqueologia para Amadores". Posteriormente, o IAP organizou, nos anos de 1967, 1968 e 1969, outros três "Simpósios de Arqueologia da Área do Prata", reunindo pesquisadores de diversas regiões.

³⁶ Os relatórios pertinentes ao Rio Grande do Sul foram publicados por Eurico Theofilo Miller em quatro volumes (Miller, 1967; 1969; 1971; 1974).

Schmitz (1957; 1958) e Ruy Ruben Ruschel (2003) que publicaram de forma inédita e relevante suas atividades, preservando a vivacidade da disciplina no Rio Grande do Sul.

Tabela 3: Fontes analisadas no quarto capítulo

	Título	Autor/Referência
01	Os sambaquis e o litoral de Torres	Frediani (1952)
02	Um paradeiro Guarani do Alto-Uruguai	Schmitz (1957)
03	Paradeiros guaranis em Osório	Schmitz (1958)
04	Sítios arqueológicos de Torres	Ruschel (2003)

Fonte: dados organizados pelo autor.

Em 1952, Ascânio Ilo Frediani³⁷ publicou na Revista do Museu Júlio de Castilho uma síntese sobre alguns levantamentos e prospecções, realizados em 1947, em sambaquis do município de Torres. Além de recolher materiais, o professor, junto com Ruy Ruschel, realizou uma descrição do ambiente onde havia a ocorrência dos sítios, buscando compreender as características de implantação nos Sambaquis na planície costeira da região, assim como sua relação com as escarpas do planalto e as áreas de vegetação. Sobre a nomenclatura dos sítios, o autor problematiza a utilização de termos dinamarqueses pelos pesquisadores,

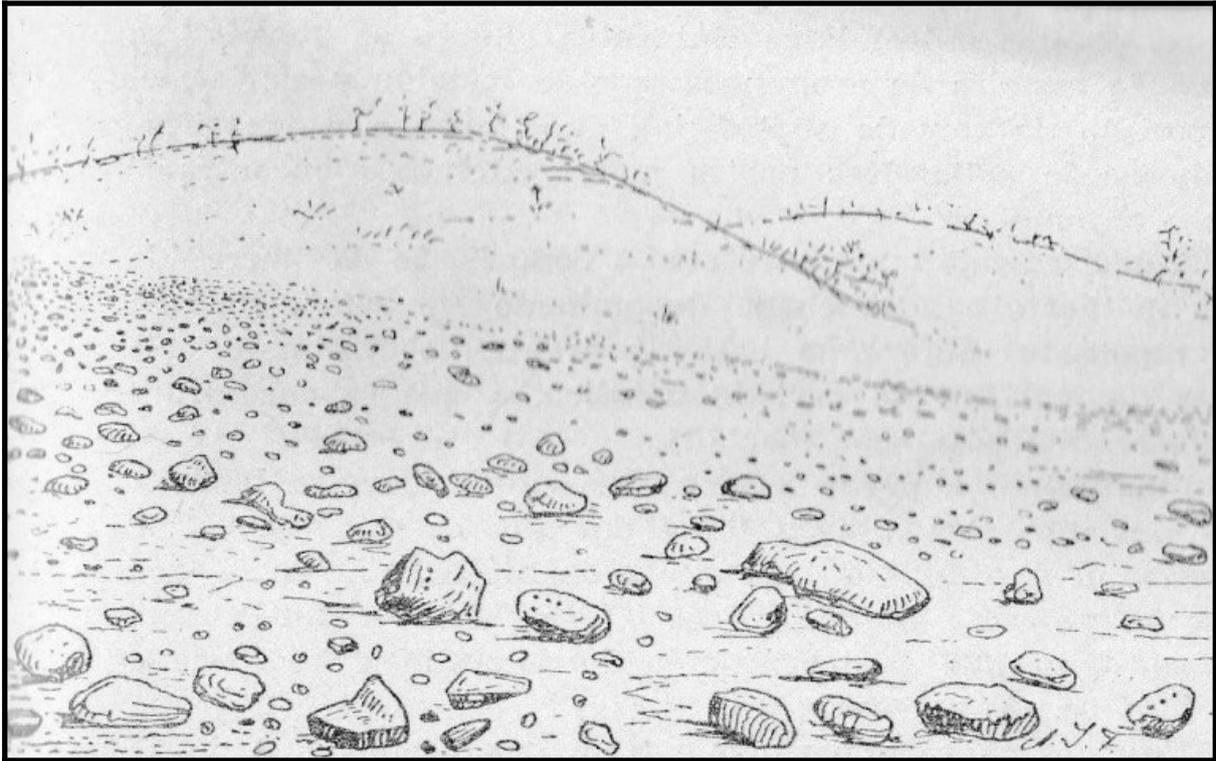
Quanto à designação dos depósitos artificiais, não será suficiente a denominação dinamarquesa de "KIOEKKENMOEDDINGS", pois ela refere-se aos amontoados de restos de moluscos que serviriam de alimento ao homem primitivo, misturados com utensílios e objetos de cerâmica e arte lítica. O que aí se encontra equivale ao que se obteria escavando um terreno baldio moderno. (Frediani, 1952, p. 246).

Assim, segundo o pesquisador, os sítios analisados não seriam formados apenas por vestígios culturais e faunísticos provenientes da alimentação, pois, em muitas "jazidas, às vezes, os restos de alimentos formam a menor parte do material, enquanto o todo está constituído de elementos estranhos à cozinha". (FREDIANI, 1952, p. 246). Sobre essa diferença, defende que "não raras vezes, após forte vento foram encontradas semi enterradas pelas areias verdadeiras coleções de cerâmica e artefatos líticos", entretanto, esses espaços "não constituem um sambaqui por não serem montes de conchas", mas também não seguiam a definição dinamarquesa, pois não apresentavam "restos de cozinha". Essas áreas constituíam-se de um "precioso repositório arqueológico", cujos objetos acabavam, na maioria das vezes, "recolhido por amadores" ou "destruído pelos ignorantes". (Frediani, 1952, p. 247).

A partir dessa distinção, Frediani (1952) descreve o "kioekkenmoeddings" de Torres (Figura 26), sítio que estava localizado ao sudeste do município e continha grande quantidade de instrumentos líticos, associados com seixos rolados, pedras e conchas, grande parte encobertos por dunas.

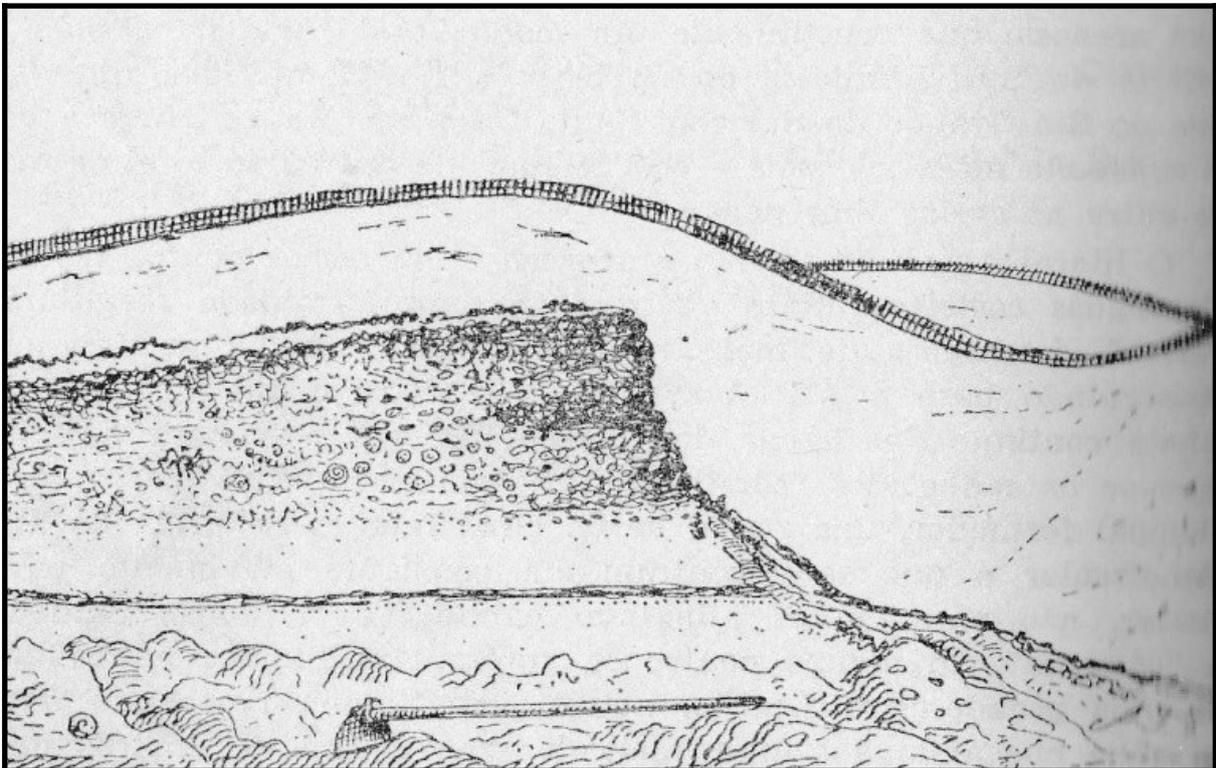
³⁷ Frediani, no período em que visitou os sítios, era funcionário do Museu Júlio de Castilhos, em Porto Alegre.

Figura 26: “Kioekkenmoeddings” de Torres



Fonte: Frediani (1952).

Figura 27: Sambaqui do Mampituba



Fonte: Frediani (1952).

Conforme ele, esse sítio forneceu grande quantidade de artefatos para a formação de coleções arqueológicas particulares e, naquela época, se encontrava em risco de destruição, pois havia sido atingido pelo prolongamento de uma avenida municipal. Alguns sítios, como o Sambaqui do Mampituba (Figura 27), são considerados como uma formação de origem natural, representando a formação geológica costeira, sinalizando principalmente as transformações no nível do mar ocorridas na região.

O sambaqui do Mampituba, resulta de fenômeno natural, é precioso para a geologia, quando estudado de forma correlata com os outros menores e com os vestígios de deposição marinha existentes ao longo do litoral, formando juntos um plano de testemunhos, reveladores da regressão marinha que está se processando na nossa costa. (Frediani, 1952, p. 247).

Quando considerada a formação das camadas de conchas analisadas nos sítios e as características da base arenosa sobre a qual se assentam as mesmas, o pesquisador localiza o movimento de regressão marinha ocorreu no período do “pleistoceno e holoceno”, considerados recentes e que “identificam o terreno quaternário de todo o litoral rio-grandense”. (Frediani, 1952, p. 248).

Assim como Frediani (1952), entre as décadas de 1940 e 1960, Ruy Ruben Ruschel³⁸ percorreu o litoral norte do Estado, visitando muitos sítios arqueológicos, principalmente sambaquis, no entorno do município de Torres. A descrição e a análise desses levantamentos foram apresentadas pelo pesquisador no Seminário de Arqueologia para Amadores, ocorrido em 1966, na sede do Instituto Anchietao de Pesquisas, comunicação posteriormente publicada em 2003³⁹.

O pesquisador explica que suas observações estão limitadas às camadas superficiais das “jazidas, em razão de escrúpulo científico”, assim, “não os escavamos senão em diminutas porções” com o objetivo de evitar prejudicar uma “futura pesquisa mais assessorada”, pois ainda “temos esperança de que os sambaquis torrenses” sejam estudados por “equipes categorizadas, formadas por especialistas em setores diversos”. (Ruschel, 2003, p. 70). A designação de alguns estudiosos que estabeleceram contato com Ruschel (2003) e suas atividades arqueológicas demonstram a relevância que os estudos sobre os sambaquis alcançavam, principalmente, entre os geólogos,

Tivemos a satisfação de conduzir alguns estudiosos aos sambaquis que conhecíamos, abrindo novas oportunidades à pesquisa científica. Dentre outros, recordamos os geólogos Professores Paulo de Castro Nogueira, Carlos Jacinto Verney Gomes e Irajá Damiani Pinto, e os arqueólogos Miguel Gomez Bombin e Rolf Nussbaum (uruguaio). Em 1963 participamos dos preparativos de uma excursão de pesquisa sistemática que o Departamento de História da Faculdade de Filosofia de Caxias do Sul, sob a coordenação do professor Fernando La Salvia pretendia realizar em Torres. Infelizmente, a falta de recursos matou a iniciativa. (Ruschel, 2003, p. 70-71).

Essa preocupação em dialogar com dados provenientes de outros campos de estudos é uma constante nos estudos de Ruschel (2003), porque, segundo ele, “só assim as conclusões da Pré-história estarão emolduradas em retratos de mais ricas dimensões”. (Ruschel, 2003, p. 70). Suas análises são amparadas, principalmente, em informações topográficas, geomorfológicas e históricas da região. Assim, torna-se evidente em suas descrições a aproximação com outras disciplinas e seus autores.

Por exemplo, em termos topográficos, afirma que os “sambaquis aparecem em toda a extensão dessa planície”, entretanto, os levantamentos foram restringidos aos

³⁸ Ruschel graduou-se em História, Geografia e Direito e desempenhou as funções de professor, advogado, juiz e desembargador.

³⁹ Os resultados de Ruschel foram apenas publicados em 2003, no volume 27 da Revista do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas (CEPA) da Universidade de Santa Cruz do Sul.

“dois primeiros lances e ao trecho mais setentrional do último (até Arroio Seco)”, localizando-se na “faixa a que o Padre Balduino Rambo, em sua obra “A Fisionomia do Rio Grande do Sul”, chama de zona de ‘areias movediças’”, esses locais estão “ora mais chegados à ‘orla marítima’, ora ao ‘pé das dunas’”. Além disso, nessas áreas, “entre 500 e 800 metros do mar, jazem as estações lítico-cerâmicas” e, em direção ao interior, em meios às dunas, ocorrem apenas “achados esporádicos de peças arqueológicas”. (Ruschel, 2003, p. 72).

A aproximação com a geomorfologia é favorecida nas análises de Ruschel (2003), conforme ele, os geólogos informam que o “recuo do mar no sul do Brasil se deve ao vagaroso levantamento do continente deste lado (isostasia positiva)”, todavia, essa “oscilação da costa combina-se com o ritmo respiratório do nível do mar em função das últimas glaciações (eustatismo)”. (Ruschel, 2003, p. 73). Decorrente dessa dinâmica, o estudioso questiona,

Teriam sido os sambaquis de Torres construídos então? Seria por isto que as jazidas estão hoje a mais de 500 metros do mar quando o razoável fora crer houvessem sido amontoados mais perto? Ou seriam depósitos eo-holocênicos, naturais, posteriormente ocupados pelo homem? (Ruschel, 2003, p. 74).

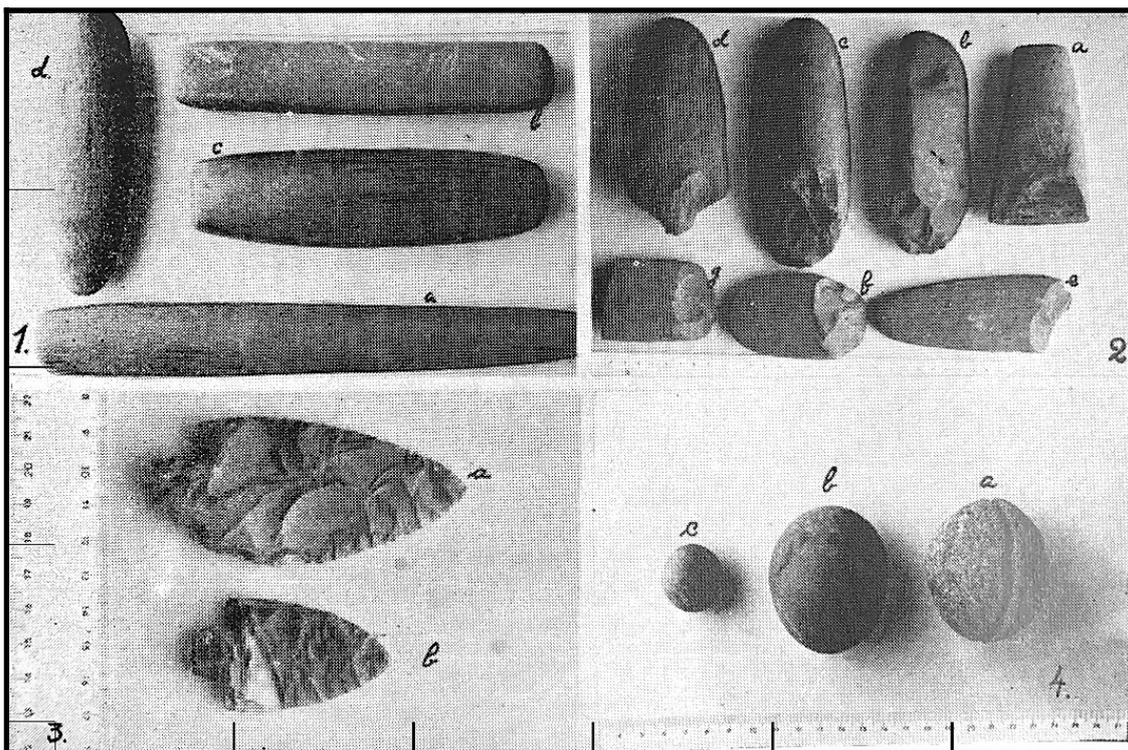
Apesar das questões, ele afirma que não se deve adotar conclusões precipitadas, pois “apenas pretendemos sustentar esta realidade, que o arqueólogo dos sambaquis deve associar-se ao geomorfólogo do litoral”. (RUSCHEL, 2003, p. 74). Outro ponto de destaque é o questionamento sobre objetos arqueológicos erroneamente atribuídos aos sambaquis. Conforme ele, no “interior do município, muito longe do cordão arenoso”, se encontram objetos, mas esses “parecem não pertencer a mesma cultura e não estão associados a qualquer sambaqui”; apesar disso, muitos desses artefatos entraram “para os museus ou para a literatura especializada com o rótulo sambaquiano, equivocadamente”. (Ruschel, 2003, p. 72-73).

Sobre os locais que receberam o endosso dos objetos recuperados durante as atividades de levantamento e prospecção desenvolvidas, Ruschel (2003) afirma que o material que “deve ter avultado a milhares de peças”, foi distribuído a diferentes instituições e pessoas interessadas no tema,

Assim, ossos de quatro esqueletos humanos acham-se no Museu Paranaense, aos cuidados do Professor Oldemar Blasis, para onde foram encaminhados em 1961 por intermédio do diretor do Instituto de Ciências Naturais da URGs, Professor Francisco Salzano; outro esqueleto foi recolhido por equipe da Escola de Geologia da URGs, chefiada pelo diretor Irajá Damiani Pinto; inúmeros exemplares líticos, cerâmicos, ósseos e outros foram sendo entregues ao Museu Júlio de Castilhos, ao Museu Antropológico Doutor Pestana (da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí), ao acervo do Departamento de História da Faculdade de Filosofia de São Leopoldo, e a alguns museus escolares. (Ruschel, 2003, p. 71).

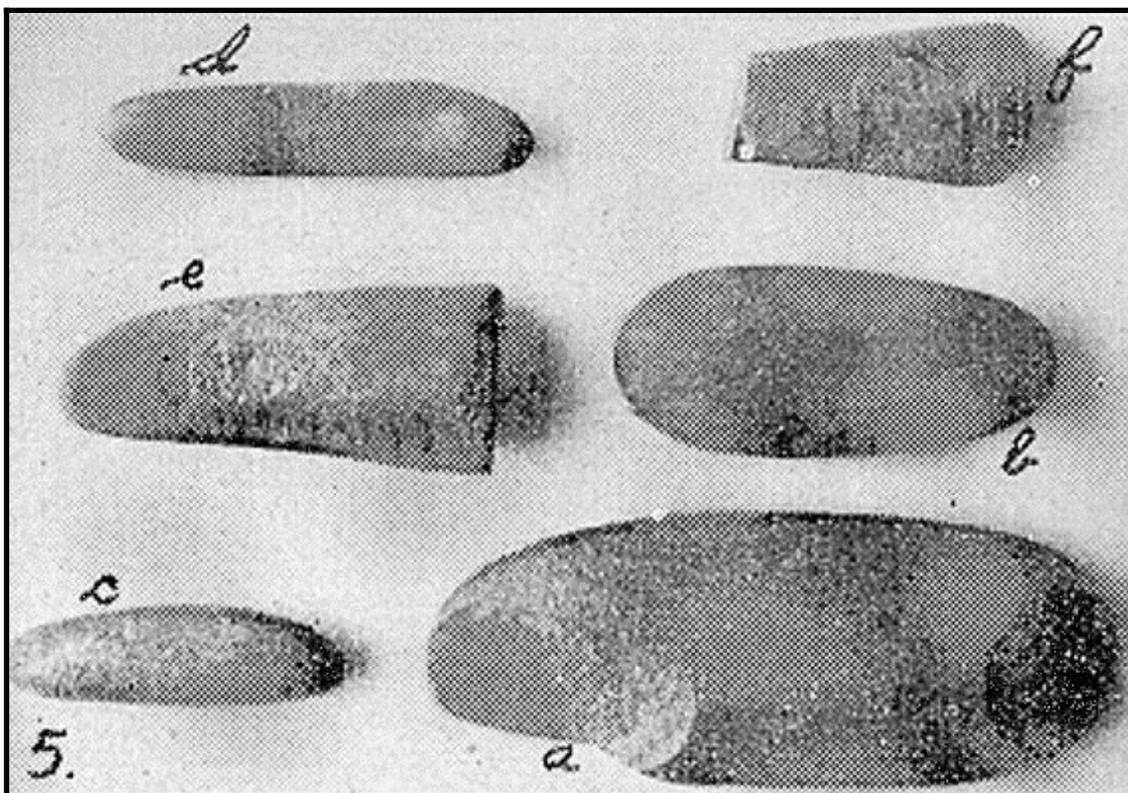
A publicação do texto “Um paradeiro Guarani do Alto-Uruguaí”, por Pedro Ignácio Schmitz (1957), representou uma ruptura teórica e metodológica na arqueologia rio-grandense. O sítio descrito pelo trabalho foi visitado pelo autor em janeiro de 1957 e localiza-se na margem catarinense do Rio Uruguaí, no município de Itapiranga. Nesse “paradeiro”, foram encontrados materiais cerâmicos e líticos, sendo esses últimos, essencialmente, mãos de pilão, machados, pontas e bolas (Figura 28 a Figura 30).

Figura 28: Machados, mãos de pilão, pontas e bolas

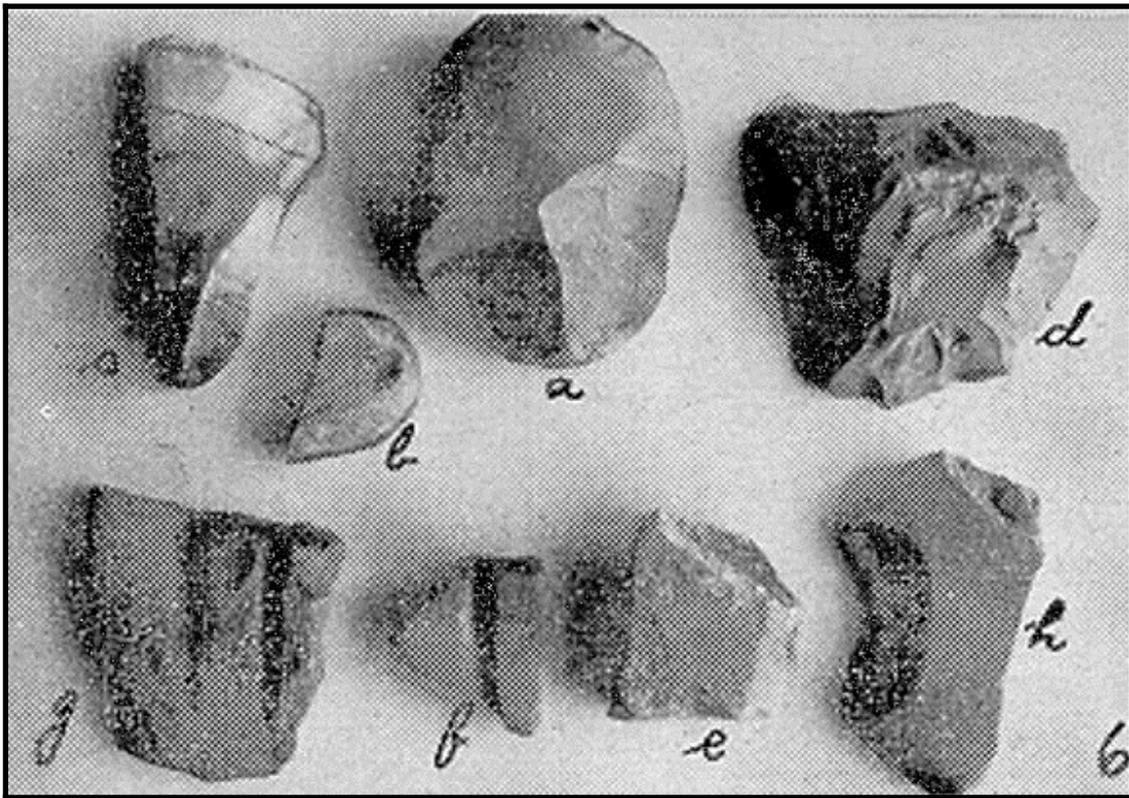


Fonte: Schmitz (1957).

Figura 29: Alisadores de cerâmica, percussores ou raspadores.



Fonte: Schmitz (1957).

Figura 30: Percussor, fragmentos de machado, núcleos e pedras com sulcos

Fonte: Schmitz (1957).

O primeiro contraste, em relação aos trabalhos anteriormente publicados, é a proposta de diferenciação entre as pesquisas que buscavam apenas informações e objetos aleatórios no contexto arqueológico. Ao contrário disso, o trabalho buscou compreender o sítio estudado através da ótica de um assentamento, buscando identificar espaços destinados às atividades cotidianas do grupo indígena.

Segundo Schmitz (1957), esses locais são demarcados pelas “manchas negras”, que podem ser visíveis à grande distância e existem em toda a “extensão do território nacional”, indicando os “paradeiros dos índios”. Essas manchas são formadas pelo carvão e pelas cinzas provenientes das fogueiras que eram “acesas dentro da maloca que de noite ardiam debaixo da rede, para fins vários, misturam-se com o solo e lhe imprimem esta cor escura indelével”. (Schmitz, 1957, p. 124).

A distribuição dos objetos pelo sítio também é relacionada aos espaços de ocupação do assentamento, pois “muitos objetos são encontrados nos arredores da aldeia” ou até a “centenas de metros de distância, perdidos na caça ou na agricultura”. Os materiais que permanecem dentro das habitações tratam-se, principalmente, de “instrumentos inacabados” ou de outros que “servem para o seu fabrico”, assim como a cerâmica que ficava “toda concentrada na aldeia”. (Schmitz, 1957, p. 126).

A segunda renovação é derivada também por essa busca pela caracterização dos assentamentos arqueológicos, que se diferencia dos trabalhos produzidos pelos ditos pesquisadores e colecionadores de museus. De acordo com Schmitz (1957), a preservação dos vestígios e a possibilidade de um estudo mais aprofundado dos locais do sítio devem-se ao fato de que “o material ainda se encontra todo no primitivo lugar”, pois se constituem, principalmente, de “objetos inacabados ou rudimentares”, artigos julgados como “desinteressantes para o simples colecionador de curiosidades de museu”.

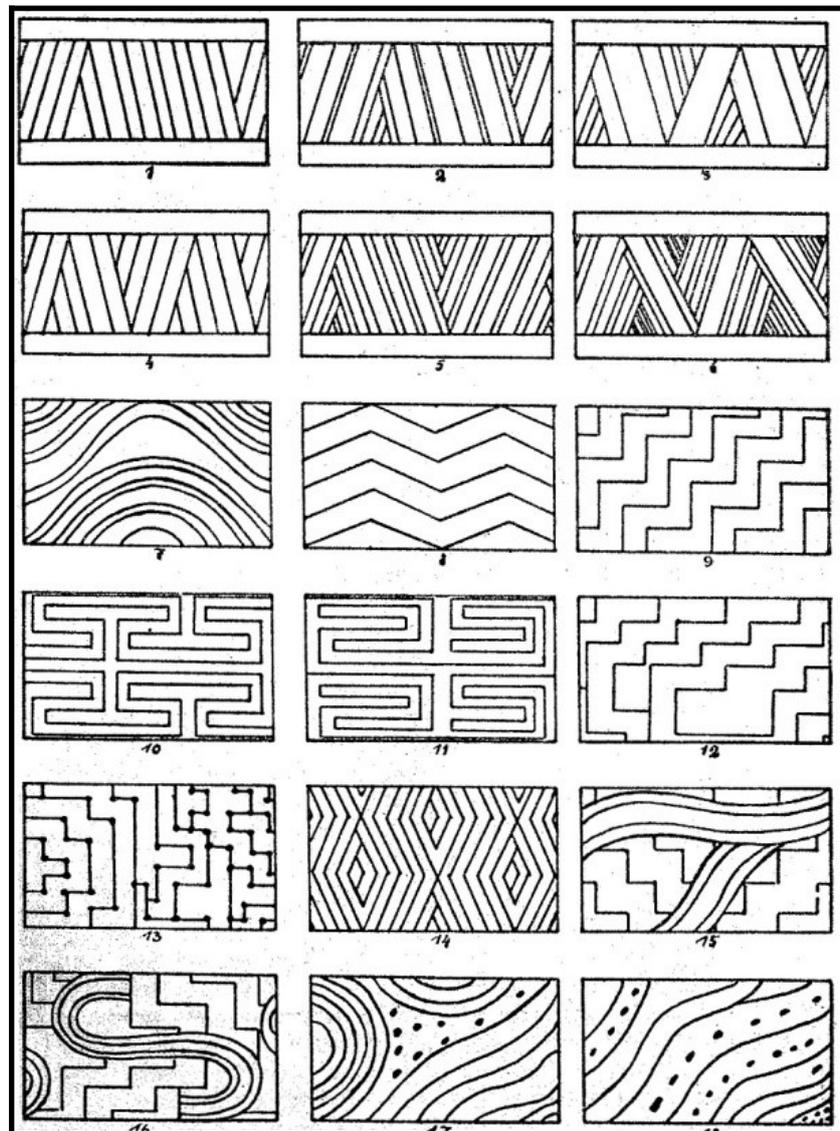
Apesar de pouco cobiçados pelos simples colecionadores, esses artefatos podem revelar a “técnica de fabrico”, tornando-se interessantes ao pesquisador. (Schmitz, 1957, p. 123).

Outro ponto interessante do trabalho de Schmitz (1957) é a proposta de uma análise cerâmica de maior minúcia em relação aos trabalhos passados. Apesar de lamentar que o “material cerâmico, se excluirmos os quatro objetos inteiros, conste apenas de fragmentos” e de compreender que a “reconstituição exige tempo, paciência e conhecimento”, afirma que a análise de fragmentos pode proporcionar “numerosas informações quanto ao tamanho, técnica, uso e ornamentação” desses objetos. (Schmitz, 1957, p. 131).

A partir dessa possibilidade, os artefatos cerâmicos averiguados (Figura 31 a Figura 34) são divididos, segundo suas características de ornamentação, em três tipos, a cerâmica “lisa, sem ornato algum a não ser a saliência do rebordo superior”, a cerâmica com “ornamentos plásticos produzidos por meio de incisão de espátula, impressão de dedo ou da unha” e a cerâmica “pintada com variados motivos”. (SCHMITZ, 1957, p. 133). Entre os fragmentos há predomínio do acabamento plástico, principalmente o “unguicular, de impressão digital, incisada por espátula” sobre a cerâmica “pintada e a lisa, sem ornato”. (Schmitz, 1957, p. 126). Já no acabamento pintado,

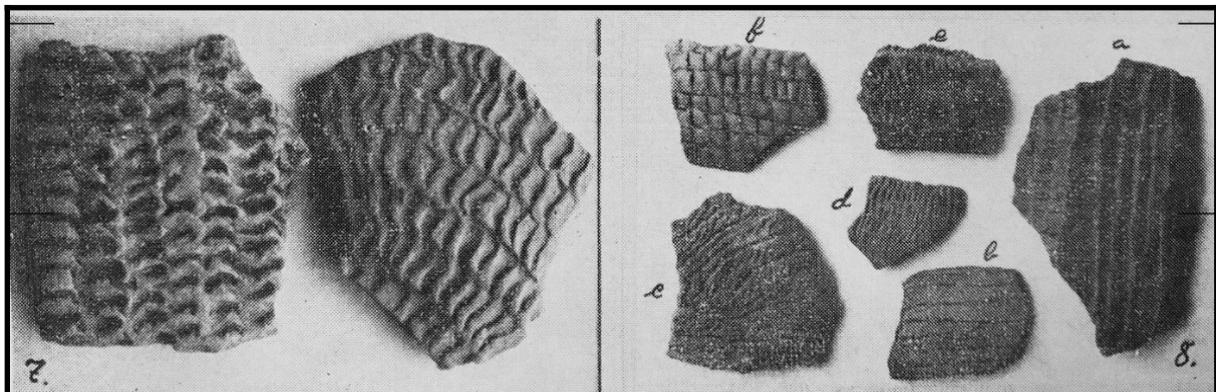
As tintas empregadas para a pintura da cerâmica manifestam pequenos matizes. O vermelho dos objetos monocores costuma ser carregado e bruto, nos modelos mais perfeitos aparece ora em vermelho claro, ora escuro, ou róseo. As mesmas cambiantes oferece o branco que oscila até o cinzento-escuro e o preto que desce até marrom e pardo. (SCHMITZ, 1957, p. 128). A origem dos pigmentos utilizados na pintura também é problematizada pelo pesquisador, assim, a cor branca seria produzida a partir de “conchas calcinadas ou aproveitando o caulim” – o pigmento vermelho era “extraído do cerne de uma árvore leguminosa da família do pau-brasil”, e a cor preta era obtida com “facilidade moendo carvão”. Para fixação desses pigmentos, utilizava-se “graxa animal ou resinas” que tornavam as tintas “resistentes ao tempo e os objetos, mesmo expostos durante longos anos à chuva e demais intempéries, conservam as cores bastante estáveis”. (Schmitz, 1957, p. 128-139).

Figura 31: Motivos ornamentais da cerâmica Guarani.

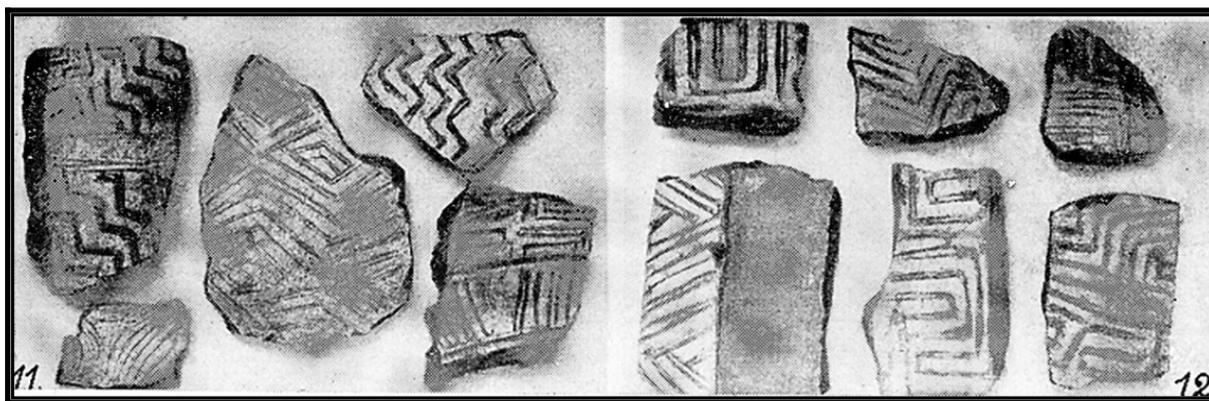


Fonte: Schmitz (1957).

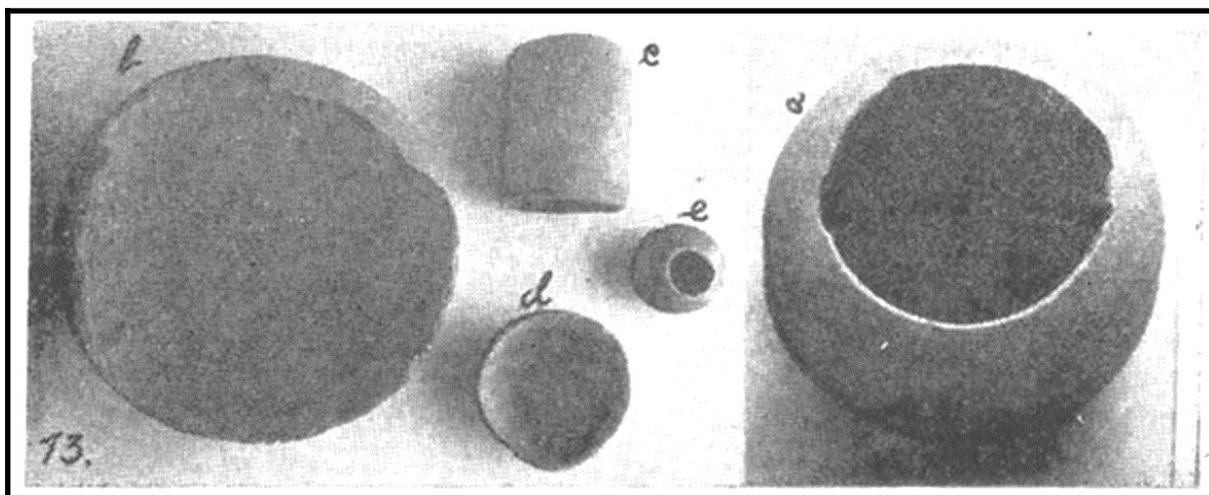
Figura 32: Fragmentos cerâmicos com ornamentação plástica.



Fonte: Schmitz (1957).

Figura 33: Fragmentos cerâmicos com ornamentação pintada.

Fonte: Schmitz (1957).

Figura 34: Peças cerâmicas dos arredores do “paradeiro” e apito de barro.

Fonte: Schmitz (1957).

Além dos objetos cerâmicos atribuídos às características tradicionais da produção indígena, Schmitz (1957) destaca a existência de dois artefatos diferenciados, produzidos no período inicial da colonização europeia da região. Assim,

Os dois objetos restantes sugerem imitações posteriores, híbridas, fabricadas pelos índios, conforme modelos brancos. Afirmam os descobridores tê-los escavado da terra em região de mata-virgem. Também poderiam ser falsificações. Constam de um pires primitivo e de uma imitação grosseira de xícara ou caneca sem alça. (SCHMITZ, 1957, p. 138).

Em “Paradeiros Guaranis Em Osório (Rio Grande do Sul)”, um texto publicado no ano posterior, Schmitz (1958) estuda diversos sambaquis do litoral norte gaúcho, para ele,

Os sambaquis que visitamos são os seguintes: os do Capão das Cabras, ao sul de Tramandaí, a uns dois quilômetros do litoral; dez núcleos sambaquianos no Arroio do Sal, nos fundos dos balneários de Lagoa do Camboim a 500 metros do litoral. Os núcleos estão espalhados num diâmetro de um pouco mais de um quilômetro. Roquette Pinto contou 16 semelhantes núcleos, mas não os visitamos todos. — Um sambaqui nos fundos do balneário Primavera aproximadamente um quilômetro do litoral. — Três sambaquis em Torres, um na entrada da cidade, para quem vem pela praia, outro na encosta do segundo morro e os restos do terceiro

próximo à barca do Mampituba. O material encontrado em todos eles é idêntico. (Schmitz, 1958, p. 118).

O levantamento e a localização dos sítios foram realizados a partir de uma revisão dos trabalhos anteriores, principalmente, de Bischoff (1928), Koseritz (1884) e Roquette Pinto (1962). Conforme Schmitz (1958), os dados apontados, ao final do século XIX por Theodor Bischoff (1928), já indicavam uma nítida distinção entre os “paradeiros, situados geralmente mais para o interior” e os “sambaquis, mais próximos ao litoral”. Além disso, Bischoff detinha a “opinião que eram três os grupos indígenas responsáveis pelos restos arqueológicos: os sambaquianos, os índios campeiros e os do mato”, sendo os primeiros considerados os “mais atrasados e os últimos os de maior cultura”.

Apesar das conclusões de Bischoff (1928), Schmitz (1958) infere que a ocupação dos sítios está restrita a “dois os grupos indígenas: os sambaquianos e os guaranis”. (SCHMITZ, 1958, p. 113). De modo paralelo, o artigo de Koseritz (1884) trouxe, segundo o pesquisador, poucos dados novos, e a exploração de Roquette Pinto (1962), que esteve na região em 1906, apenas ocorreu em sambaquis, não mencionando nenhum “paradeiro”. Anteriormente, os sítios foram apenas visitados pelo também padre Balduino Rambo,

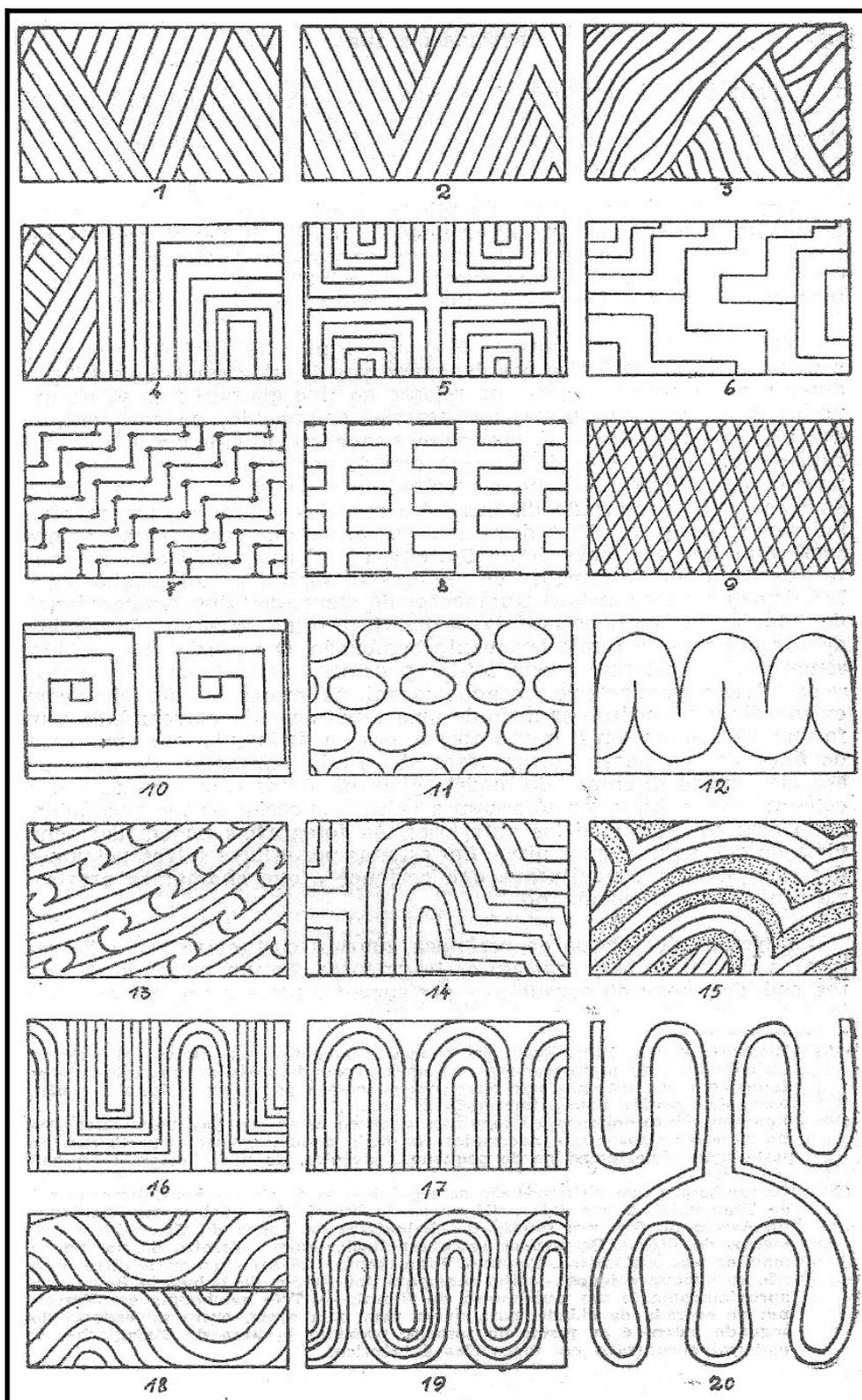
De todos os estudiosos, que visitaram a região em apreço, nenhum esteve, ao que saibamos, nos paradeiros aqui estudados, com exceção do P. Balduino Rambo, lente de etnografia da Universidade do Rio Grande do Sul, que juntou no museu do Colégio Anchieta, em Porto Alegre, pequena coleção de fragmentos de cerâmica, sem entretanto nada publicar a este respeito. (Schmitz, 1958, p. 114).

O texto de Schmitz (1958) enfatiza a importância da estratigrafia e destaca a dificuldade de visualizá-la no contexto litorâneo. Segundo ele, nos sítios “não é possível um trabalho de estratigrafia, nem de localização de casas, estacadas, cemitério etc.” devido ao fato de que os materiais se encontram “à flor da terra por causa da ação niveladora do vento, que arrastou os materiais mais leves e acumulou os mais pesados”. (Schmitz, 1958, p. 114-115). Essa é uma dificuldade recorrente nos sítios estudados, tornando-se um obstáculo para o estudioso que,

Deseja separar exatamente as culturas de um e de outro grupo, visto como pela ação do vento elementos culturais antes superpostos em camadas distintas, atualmente se encontram um ao lado do outro, explicando o surgimento de opiniões tão divergentes sobre as culturas do litoral sul-riograndense e o fato de ainda não se conhecerem até agora nem mesmo os elementos fundamentais dos sambaquis da região. (Schmitz, 1958, p. 115).

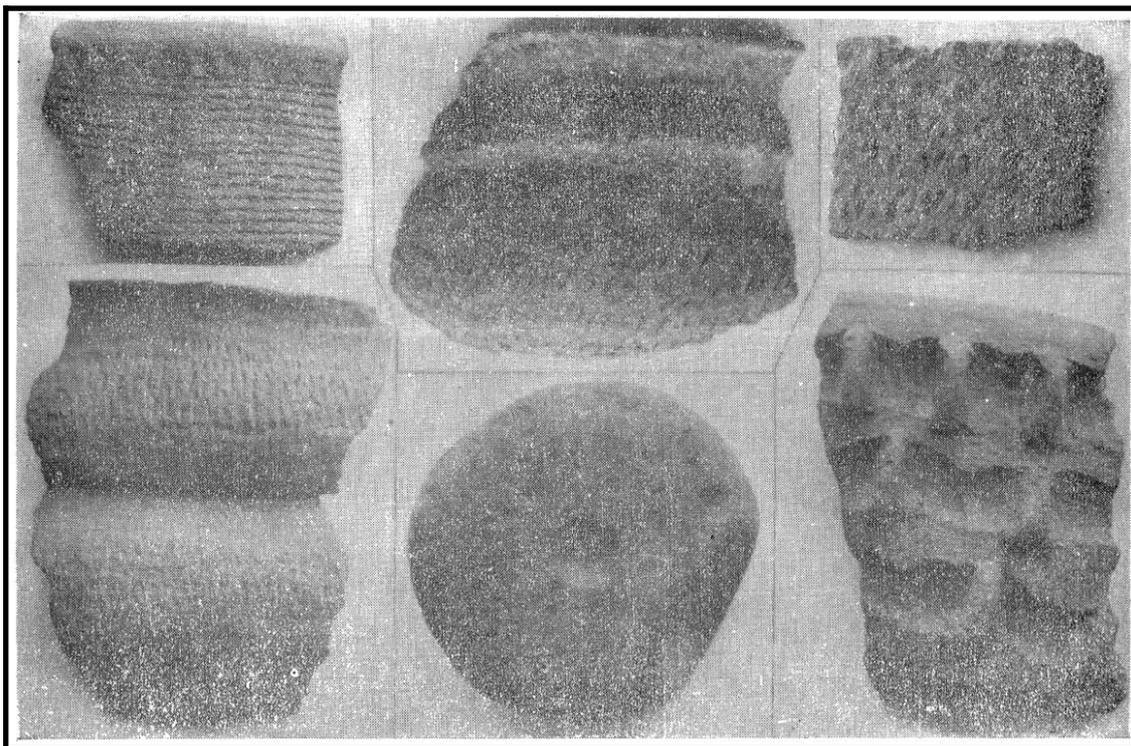
Em relação ao material cerâmico, o trabalho identifica a existência de um tipo cerâmico diferente dos fragmentos conhecidos na região. Segundo o pesquisador, os materiais cerâmicos encontrados representam dois tipos dessemelhantes, um com características “manifestamente guarani” (Figura 35) e outro que ocorre pela primeira vez “sem jamais o termos visto estampado ou recolhido a algum dos museus que conhecemos”, apesar de pesquisadores já terem mencionado sua existência em outros trabalhos. (Schmitz, 1958, p. 115). Segundo Schmitz (1958), Bischoff e Roquette Pinto já “tinham chamado a atenção para a cerâmica” que denominamos agora do “tipo sambaquiano”, devido ao fato de ela “apresentar grande diferença em relação ao tipo guarani”, essa diferença (Figura 36 e Figura 37) estava ligada a sua ornamentação, seu formato, os materiais utilizados na produção, no cozimento das peças, enfim, em “todo o estilo”. (Schmitz, 1958, p. 118).

Figura 35: Ornamentação da cerâmica Guarani.



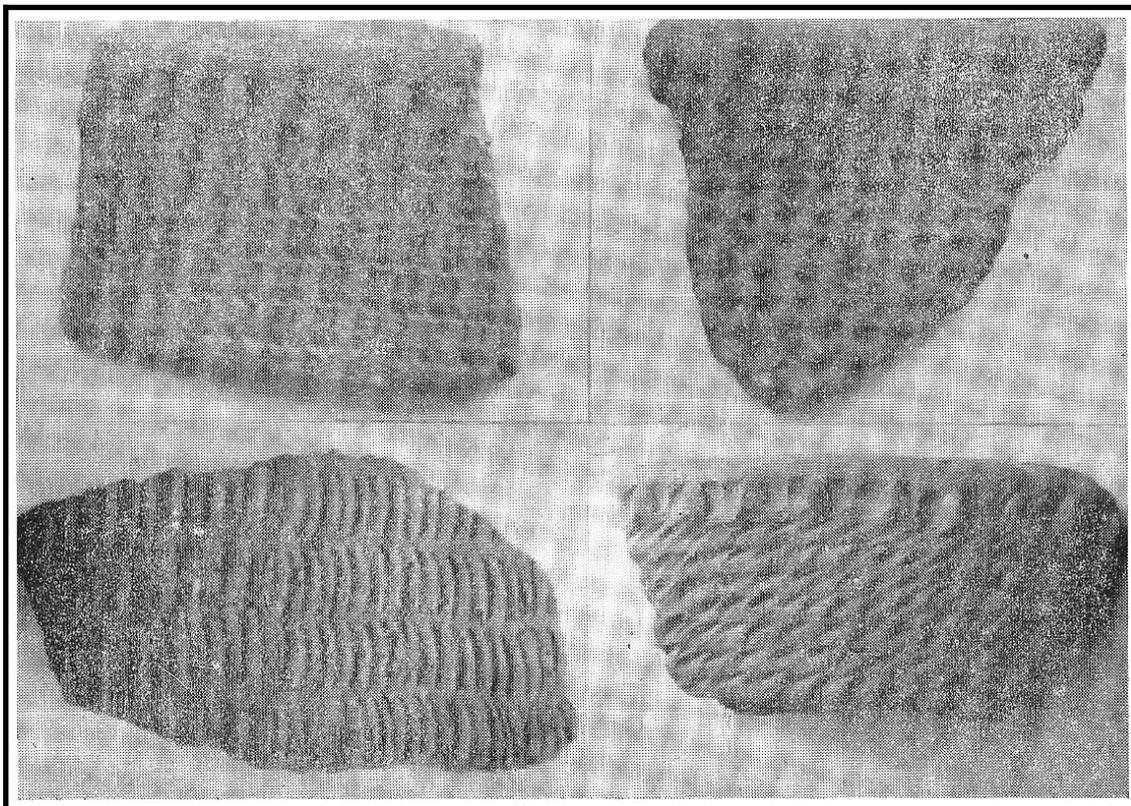
Fonte: Schmitz (1958).

Figura 36: Cerâmica Guarani e do “tipo sambaquiano” e pedra de fiar.

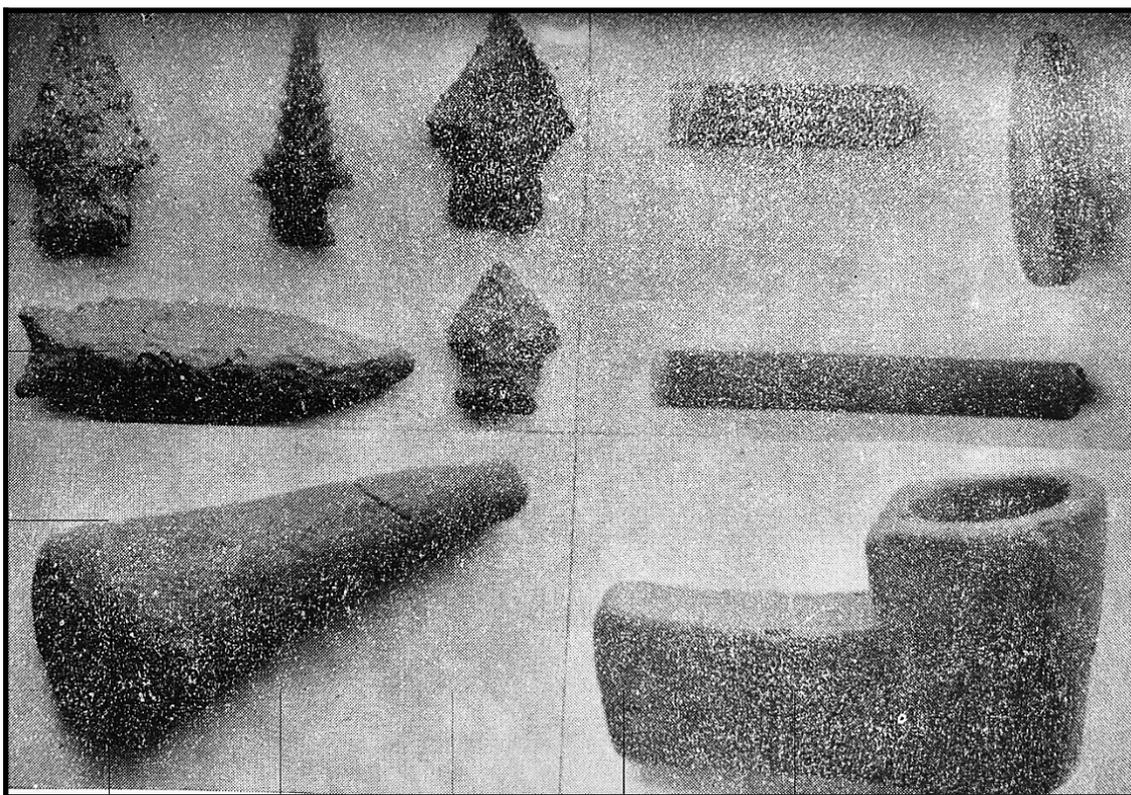


Fonte: Schmitz (1958).

Figura 37: Cerâmica do “tipo sambaquiano”.



Fonte: Schmitz (1958).

Figura 38: Pontas, contas de vidro e cachimbos.

Fonte: Schmitz (1958).

Em decorrência da significativa presença dessa cerâmica nos sítios de Sambaqui e pelo fato de que ela ocorre “quase que exclusivamente nos sambaquis que visitamos desde Cidreira até Torres” (SCHMITZ, 1958, p. 118), a principal hipótese explicativa para essa diferença é a presença de uma influência cultural sambaquiana na confecção da cerâmica. Assim,

Suspeitamos, pois, com razão, alguma influência sambaquiana e, de fato, ao examinarmos cuidadosamente aquelas jazidas encontramos, quase com exclusividade, embora em pequeno número. Também nos paradeiros o “tipo sambaquiano”, como o chamaremos provisoriamente e sem pretensão de classificação científica, aparece em fragmentos isolados e raríssimos ao lado do grande acúmulo de material tipicamente guarani. (Schmitz, 1958, p. 115).

De acordo com o autor, em relação ao “tipo sambaquiano” nos sítios guaranis, verifica-se de modo isolado, a possibilidade de ter “sido trazido por comércio, por contaminação ou aculturação”. Outra hipótese é que o artefato possa ter sido “recolhido dos sambaquis já desabitados” pelos grupos guarani. (Schmitz, 1958, p. 118).

De modo geral, devido à existência unicamente de fragmentos cerâmicos, os recipientes do “tipo sambaquiano” são descritos como vasos de tamanho médio, com paredes retas e o fundo levemente “bombeado”. O material de confecção é cuidadosamente escolhido, pois é “muito uniforme” e não contém “pedrinhas”, já o cozimento “compara-se ou talvez supere ao tipo pintado guarani”. (Schmitz, 1958, p. 118). A ornamentação ocorre através de impressões produzidas com “extraordinário esmero por meio de uma espátula”, cuja extremidade possui diferentes formas, sendo “ora em S muito aberto, ora em triângulo, ora em forma de foice da lua nova”. Existem ainda impressões de um “tipo especial, muito diferente do modelo guarani”, produzidas

com a “unha” que cobrem tanto o objeto todo quanto apenas “ornam a beirada superior” do vaso. (Schmitz, 1958, p. 118).

Por sua vez, a cerâmica Guarani foi considerada semelhante aos artefatos presentes em “grande quantidade no Museu Júlio de Castilhos de Porto Alegre”, na coleção da “Faculdade de Filosofia de Cristo Rei, em São Leopoldo”, ou ainda em outros trabalhos. (Schmitz, 1958, p. 115).

Em relação ao material lítico, Schmitz (1958) o considera de uma “pobreza extraordinária” quando comparado com o de outras regiões com cultura guarani ou ainda quando “confrontado com a cerâmica deste mesmo lugar”. Entre o material (Figura 38), podem-se distinguir, segundo as formas apresentadas, “vários tipos”, como a “ponta de flecha curta e larga de farpas acentuadas”, ou a ponta “longa, de lâmina estreita em que as farpas quase desaparecem”. (Schmitz, 1958, p. 119).

Na segunda parte do artigo, o pesquisador busca construir um panorama sobre a “família guarani” que habitou os parapeiros. Para isso, utiliza relatos históricos, principalmente de Jerônimo Rodrigues e Rui Diaz de Guzmán, que inferem as ocupações indígenas na região do litoral gaúcho. A partir do cruzamento das informações relacionadas pelos antigos cronistas, Schmitz (1958) conclui que o território desse grupo guarani englobaria as “margens da Lagoa dos Patos” e talvez “parte do curso do Jacuí”. Já seu limite extremo setentrional ocorreria no “escoadouro das lagoas costeiras ou barra do Tramandaí”. Em direção ao sul, esses grupos guaranis “confinavam com os charruas” e, no sentido do interior, com outros “grupos não-guaranis”. (Schmitz, 1958, p. 125-126).

Com as pesquisas realizadas por Schmitz, em 1957 e 1958, juntamente com outros autores que vimos mais acima, aparentemente encerra-se um ciclo à medida que outro começa a se esboçar: o momento em que a arqueologia, no Rio Grande do Sul (e no Brasil) assume contornos científicos mais rígidos, com treinamentos formais realizados, em grande medida, por arqueólogos estrangeiros (franceses e norte-americanos).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final do século XIX e nas primeiras décadas do XX, o cenário arqueológico gaúcho começava sua consolidação. Nele as primeiras pesquisas buscaram compreender e interpretar a diversidade da cultura material através das preocupações de sua época. Esses primeiros trabalhos, quando percebidos em conjunto, constituem-se de uma lente sobre as problemáticas de pesquisa enfrentadas por esses primeiros arqueólogos.

No contexto rio-grandense, por sua vez, as apreciações desses estudiosos das interpretações produzidas a respeito das interrogações sobre o passado pré-histórico aproximam-se às características do desenvolvimento da disciplina arqueológica no âmbito europeu. Coloca-se como exemplo dessa afinidade a tentativa de Ambrosio Schupp (1903a) de vincular os dogmas religiosos cristãos às conclusões obtidas pelas investigações etnológicas, principalmente sobre a origem da espécie humana, remetendo à antiga ruptura de paradigmas interpretativos provocada pelo movimento da Ilustração. Outro ponto que extrapola a esfera estadual é a presença de inferências e comunicações entre os pesquisadores, principalmente, do Museu Nacional e do Museu Paulista.

Quando analisadas em conjunto, essas primeiras publicações foram compostas, em especial, por quatro perfis de pesquisadores: estrangeiros de origem alemã, como Carlos

von Koseritz, exploradores nacionais, como Edgar Roquette-Pinto, padres jesuítas, como Ambrósio Schupp e entusiastas da causa arqueológica, como João Paldaoff.

As primeiras atividades de pesquisa sobre a pré-história gaúcha foram permeadas pela atuação de autores alemães, residentes ou não no estado. As informações compiladas pelos trabalhos revelaram um horizonte ampliado sobre os grupos sociais que se interessavam em buscar preservar artefatos ou obter maiores informações sobre o passado. Sobre esse momento, acentua-se o significativo reconhecimento e atuação, por exemplo, de Koseritz no cenário cultural e político estadual, cujo desempenho permitiu a realização, em 1881, da Exposição Antropológica, vinculada à “Exposição Brasileira-Allema”, evento que reuniu uma respeitável coleção arqueológica. Ocorreu também a aproximação do ensejo de reunir e formar uma nova coleção arqueológica por deliberação do Parthenon Literário (1868), identificado como uma referência importante para o avanço da literatura no estado.

Além do contato com instituições nacionais, principalmente com os grandes museus e indivíduos como Ladislau Netto, houve uma ligação com instituições alemãs. Foi exemplo disso o contato com o etnólogo Adolf Bastian, considerado um dos precursores da antropologia na Alemanha, que demonstrou a familiaridade entre as pesquisas iniciais no Estado com renomadas instituições estrangeiras, em particular, as alemãs.

Com relação a termos mais específicos sobre os dados arqueológicos, destacaram-se os anseios da formação e manutenção de coleções, as tentativas de interpretar e localizar os vestígios utilizando as classificações vigentes na época, principalmente, as concepções de período da pedra lascada, polida e idade do ferro. Sobre os objetos com características artísticas mais desenvolvidas, foram considerados originários de outras regiões, principalmente de outras regiões americanas, consideradas mais culturalmente desenvolvidas. Outro tipo de objeto que chama atenção desses pesquisadores são as contas de vidro, encontradas em diferentes regiões do estado. Sobre a origem se desenvolvem muitas discussões, alguns defendendo serem um produto fenício e outros como veneziano.

Em torno dos Sambaquis, a problemática principal decorre sobre os elementos formadores da estrutura, utilizando, muitas vezes, de dados comparativos com sítios de regiões da Dinamarca e informações sobre os componentes faunísticos que compunham essa estrutura. Outro tópico recorrente nos trabalhos são os avançados processos, naturais ou não, de destruição dos Sambaquis na região litorânea e o alerta para a futura destruição total desses sítios. Por fim, apresentava-se uma diferenciação entre os grupos indígenas, reconhecidos como os produtores dos objetos. Assim, no período, era recorrente a aceitação da existência de grupos adaptados às regiões florestadas, às áreas de campo e ao meio costeiro.

Posteriormente, o trabalho de Edgar Roquette-Pinto, outro personagem reconhecido em outros cenários nacionais, marcou um movimento nos objetivos dos trabalhos realizados, pois sua “expedição ao sul” foi assinalada por uma tentativa de reconhecer também o potencial da região. Além de destacar a quase completa destruição dos sítios, em especial dos visitados anteriormente por Koseritz, ele problematiza o abandono econômico da região e a necessidade de buscar soluções talvez possíveis de serem encontradas na exploração dos ambientes marinhos e fluviais, abundantes de recursos ictiológicos.

Ainda nesse primeiro momento da trajetória arqueológica, foram também notórios alguns trabalhos concebidos por religiosos da Companhia de Jesus, reforçando a posição da instituição em relação ao desenvolvimento de várias áreas acadêmicas no estado. Nos trabalhos analisados, ficou evidente a utilização de alguns princípios estratigráficos

sobre camadas geológicas para interpretação das associações culturais e cronologia dos vestígios e a discussão sobre a funcionalidade dos artefatos cerâmicos, principalmente em relação ao seu formato de base arredondada. As diferenças culturais entre os indígenas rio-grandenses e os povos considerados por outros pesquisadores mais desenvolvidos, assim como sua manutenção na “idade da pedra”, eram explicadas devido à ausência de cereais e de animais domesticados na região e não pela exclusiva atribuição à baixa intelectualidade de alguns grupos, proposta por alguns naturalistas. Assim, segundo as ideias defendidas, estaria se buscando romper com uma análise unicamente evolucionista sobre as diferenças entre os grupos humanos e apoiando-se em uma conciliação entre a fé cristã e a ciência etnológica.

Existiu outro grupo de pesquisadores, que atuaram principalmente na reunião de artefatos dispersos nas regiões interioranas do estado, com objetivo de reconstruir o cenário das antigas coleções, colapsado pelo grande incêndio da “Exposição Brasileira-Allema”. Nesses ensaios, os colecionadores buscaram, essencialmente, localizar os objetos recuperados no tempo e no espaço regional, classificando esses em amostras materiais pertinentes ao período paleolítico e neolítico, buscando atribuir uma identidade étnica aos artefatos. Essa aproximação cultural ocorreu, em especial, com comparações do uso cotidiano dos materiais pelas populações indígenas existentes naquela época. Outro ponto importante dessa retomada das antigas coleções foi a valorização dos grupos imigrantes, de origem italiana e alemã, no processo de preservação da cultura material presente e disperso no interior rio-grandense.

Em outra frente de batalha, agora mais próxima da concepção historiográfica, o panorama apresentado pelas publicações arqueológicas do IHGRGS revelou uma considerável diversidade temática. Inicialmente, os autores buscaram justificar a presença das questões arqueológicas no interior de uma revista voltada para os estudos históricos. Assim, nesse momento, argumentaram sobre a necessidade da construção da “verdade histórica”, passível de ser alcançada apenas com auxílio de disciplinas, como a arqueologia.

No transcorrer do tempo, as temáticas se refinaram; sucederam-se tanto explanações sobre as possibilidades do surgimento e ocupação humana sobre a terra quanto interpretações sobre os modos de vida e a funcionalidade dos artefatos para as populações indígenas que os produziam. Os estudos congregam uma diversidade de posições, algumas mais voltadas ao âmbito religioso e outras ao acadêmico, contudo, todos os artigos buscam construir sua argumentação através da associação e comparação com outros trabalhos, principalmente de autores estrangeiros. Essa busca por referências mostrou-se a principal estratégia de validação para os resultados alcançados e a possibilidade de aceitação das publicações arqueológicas pela Revista que almejava a construção científica da História.

Posteriormente, após a década de 1940 ocorreu uma diminuição da presença de trabalhos arqueológicos na Revista do IHGRGS. As únicas pesquisas publicadas passaram a assumir uma posição mais sucinta e objetiva, divulgando dados de estudos mais específicos sobre, por exemplo, composições químicas de cerâmicas arqueológicas, no que hoje chamaríamos de “estudos arqueométricos”. Paralelamente, esse período é marcado pela interrupção, em 1950, da publicação do periódico.

Depois desses primeiros movimentos, pertinentes à primeira metade do século XX e contemplados nos capítulos dois e três, as publicações arqueológicas passaram a ser diminutas. Todavia, os poucos textos publicados buscaram construir sínteses e revisões sobre as antigas pesquisas. Além disso, mostrou-se evidente nesses trabalhos sobre quais problemas a disciplina ainda precisava apontar soluções, dúvidas que seriam

buscadas, mais tarde, pelas atividades do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA).

As investigações, produzidas nessa época, quando percebidas em conjunto, transparecem uma crescente preocupação em compreender não apenas as questões pertinentes unicamente às manifestações arqueológicas. De tal modo, a área de estudo ampliou-se, e os pesquisadores passaram a buscar informações também na implantação ambiental e geográfica dos sítios.

Nesse momento, tornou-se inviável pensar um determinado fenômeno arqueológico sem se aproximar de outras disciplinas, principalmente a geomorfologia, a biologia e a história. Essa afinidade e preocupação, contemplativa de outras áreas e de outros pesquisadores, revelou que, no período, já existia uma rede de profissionais, ligados ou não às faculdades, que atuavam e se interessavam pelo estudo arqueológico, principalmente dos sítios sambaquianos.

As explicações e os questionamentos sobre os Sambaquis também se refinaram, pois se passou a questionar a conceituação dos sítios, principalmente em relação à existência ou não de resíduos alimentares na formação das camadas dos sítios, assim como a associação desses resíduos, alimentares ou naturais, com enterramentos humanos e com artefatos cerâmicos. A cronologia de ocupação desses sítios se tornou outra questão fundamental, além da localização atual mais distante aos recursos marinhos, discussões passaram a ser balizadas através dos conhecimentos do processo de transgressão e regressão, desenvolvido pela geologia e de extrema importância para a compreensão da ocupação pré-histórica do litoral gaúcho.

Outra posição inovadora nos trabalhos é a questão do pesquisador explorar não apenas informações aleatórias sobre o passado, mas construir um conhecimento relacionado ao contexto do assentamento arqueológico, valorizando e identificando os locais designados às atividades dos grupos que habitaram o espaço. Assim, a construção estratigráfica do sítio passou a ser estimada e percebida como algo de grande relevância para a construção dessa consciência.

De modo semelhante, buscando maior profundidade nas análises, a descrição do material cerâmico passou a ser compreendida de forma mais ampla, envolvendo, agora, discussões mais cuidadosas e detalhadas sobre os aspectos morfológicos e técnicos de sua fabricação. Essa tentativa de detalhar e de classificar os objetos cerâmicos, principalmente em relação a sua tipologia de ornamentação, aproximou-se das metodologias que futuramente foram adotadas na esfera do PRONAPA.

Para além dos objetivos propostos, a tese buscou demonstrar que o que hoje chamamos de “arqueologia rio-grandense” faz parte de um processo de construção que envolve uma perspectiva de longa duração, vinculada inicialmente a intelectuais que giravam em torno de espaços sociais importantes, como a imprensa, as letras, o comércio e a política, mas ainda pouco vinculados às instituições educativas. As redes de relações desses intelectuais estavam amarradas a contextos mais amplos de conhecimentos e discussões teóricas sobre a arqueologia, a etnologia e a biologia, nacionais e internacionais. Essa aproximação indicou que a arqueologia, no seu início no estado, não conformava uma linha de pensamento casual e isolada, mas dialogava de forma ampla e interdisciplinar com outros sujeitos e conhecimentos. Na medida em que o tempo avançou, juntamente com pesquisas e conhecimentos mais profundos, a arqueologia foi ganhando maior status e passou, então, a ser produzida, quase que exclusivamente, em um contexto acadêmico.

Portanto, a partir da década de 1960, a pesquisa arqueológica passou a se concentrar, principalmente, nas instituições universitárias, e os encontros de

profissionais, na forma de simpósios e congressos, se tornam cada vez mais abundantes, assim como canais de produção e publicação dessas pesquisas vão se tornando mais comuns. Nessa época, foi concebido o primeiro grande projeto nacional de arqueologia, com objetivos e concepções teórico-metodológicas unificadas, que pode ser considerado um marco de um novo momento na arqueologia brasileira e que, juntamente a outras abordagens igualmente importantes, abriu o espaço necessário para consolidar esse campo de conhecimento no conjunto da ciência nacional.

Porém, essa nova fase não está dentro da perspectiva de nossa pesquisa nessa tese, que teve como principal objetivo, fornecer um panorama das bases fundantes do que esse novo momento, agora, irá representar. Pode-se dizer que, parafraseando David Clarke (1973), a partir de então, a arqueologia brasileira perde sua inocência.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo custeio das taxas escolares, que me possibilitaram realizar a tese.

À equipe do Instituto Anchieta de Pesquisas, principalmente aos professores Pedro Ignácio Schmitz e Jairo Rogge, que, ao longo de dez anos, incentivaram e apoiaram minha vida acadêmica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU E SILVA, Florencio. 1921. Discurso na sessão de instalação e posse. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 1, p. 120-126.
- BAHLIS, Jorge. 1932. A velhice da terra, o continente americano. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 4º trimestre, p. 176-183.
- BAHLIS, Jorge. 1933. Civilizações americanas antiguidade da terra II, os períodos geológicos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 1º e 2º trimestre, p. 299-302.
- BARRETO, Cristiana. 1999/2000. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da Arqueologia no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 44, p. 32-51.
- BARTH, Marina Amanda. 2013. **Arqueologia: ação comunitária ou ciência acadêmica**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
- BISCHOFF, Theodor. 1928. Sobre os Sambaquis no Estado do Rio Grande do Sul. **Revista do Museu e Archivo Público do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 21, p. 11-42.
- BLOCH, Marc. 2001. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar.
- BOEIRA, Luciana Fernandes. 2009. **Entre História e Literatura: a formação do Panteão Rio-Grandense e os primórdios da escrita da história do Rio Grande do Sul no século XIX**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- BROCHADO, José Proenza. 1969. Dados Parciais sobre a Arqueologia do Vale do Ijuí. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Resultados Preliminares do segundo ano, 1966-1967. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi**, Antropologia, Belém, v. 10, p. 11-32.

- BROCHADO, José Proenza. 1969. Histórico das Pesquisas Arqueológicas no Estado do Rio Grande do Sul. **Iheringia**, série Antropologia, Porto Alegre, n. 1, p. 3-42.
- BROCHADO, José Proenza. 1969. Pesquisas Arqueológicas nos Vales do Ijuí e Jacuí. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Resultados Preliminares do terceiro ano, 1967-1968. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Antropologia, Belém, v. 13, p. 31-62.
- BROCHADO, José Proenza. 1971. Extensão das Pesquisas Arqueológicas nos Vales do Jacuí e Ibicuí-Mirim. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Resultados Preliminares do quarto Ano, 1968-1969. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Antropologia, Belém, v. 15, p. 11-36.
- BROCHADO, José Proenza. 1973. Pesquisas Arqueológicas no Escudo Cristalino do Rio Grande do Sul (Serra do Sudeste). Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Resultados Preliminares do quinto Ano, 1969-1970. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Antropologia, Belém, v. 17, n.26, p. 25-51.
- CLARKE, David. 1973. Archaeology: the loss of innocence. **Antiquity**, XLVII, 1973, p. 6-18.
- FARIA, Maria Alice. 1965. Os brasileiros no Instituto Histórico de Paris. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 266, p. 68-148.
- FERREIRA, Lúcio Menezes. 2002. **Vestígios de Civilização: A Arqueologia no Brasil Imperial**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- FERREIRA, Lúcio Menezes. 2007. **Território Primitivo: A Institucionalização da Arqueologia no Brasil (1870-1917)**. Tese de doutorado (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- FREDIANI, Ascânio. 1952. Os sambaquis e o litoral de Torres. **Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 2, p. 243- 249.
- FUNARI, Pedro Paulo. 2011. Os historiadores e a cultura material. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, p. 81-110.
- GESCHICHTE DER BGAEU. In: Site do Berliner Gesellschaft für Anthropologie, Ethnologie und Urgeschichte. Disponível em: <http://www.bgaeu.de/#geschichte>. Acesso em: 02 mar. 2020.
- GLIESCH, Rudolf. 1925. **A fauna de Torres**. Porto Alegre: Oficinas Graphics da Escola de Engenharia de Porto Alegre.
- GODÓI, Manoel Pereira. 1946. Análises químicas das tintas usadas na cerâmica pelos extintos indígenas da cachoeira de Emas, Rio Mogíguassú. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 2º trimestre, n. 102, p. 241-246.
- GUIDO, Angelo. 1937. O mistério das Pedras verdes. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 2º trimestre, p. 191-234.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. 2011. **Historiografia e nação no Brasil**. Rio de Janeiro: Uduerj.
- IHERING, Hermann von. 1969 [1885]. A Lagoa dos Patos. **Organon**, Porto Alegre, n. 14, p. 101-142.
- IHERING, Hermann von. 1895a [1891]. Os índios do Rio Grande do Sul. **Anuario do Estado do Rio Grande do Sul (1895)**, Porto Alegre, p. 104-119.
- IHERING, Hermann von. 1895b. A civilização pré-histórica do Brasil Meridional. **Revista do Museu Paulista**, v. 1, p. 33-159,
- IHERING, Hermann von. 1903. Origem dos sambaquis. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, São Paulo, v. 8, p. 446-457.

- IHERING, Hermann von. 1904. Archeologia comparativa do Brazil. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, v. 6, p. 519-583.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Galeria de presidentes: Florêncio Carlos de Abreu e Silva**. Rio de Janeiro, [2019?]. Disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/galeria-da-presidentes/florencio-carlos-de-abreu-e-silva.html>. Acesso em: 06 fev. 2019.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL (IHGRGS). 1921. Os estatutos do Instituto Histórico e Geographico do Rio Grande do Sul. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 1º trimestre, p. 135-148.
- KOHLRAUSCH, Regina. **Sociedade Partenon Literário e sua Revista Mensal - 150 anos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018. E-book (não paginado). Disponível em: <https://editora.pucrs.br//acessolivre/livros/partenon-literario/partenon-literario-150.html>. Acesso em: 20 jul. 2020.
- KOSERITZ, Carlos von. 1928 [1881]. Subsídios ethnographicos. **Revista do Museu e Archivo Público do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 20, p. 19-48.
- KOSERITZ, Carlos von. 1884a. Sambaquis de conceição do arroio. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, XLVII, p. 179-182.
- KOSERITZ, Carlos von. 1884b. **Bosquejos ethnologicos**. Porto Alegre: Gundlach e Cia.
- LANGER, Johnni. 2000. **Ruínas e mito: a Arqueologia no Brasil Império**. Tese de doutorado (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná.
- KOSERITZ, Carlos von. 2005. Expondo o passado: as pesquisas arqueológicas do Museu Nacional durante o Brasil Império (1876 a 1889). **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 18, n. 21, p. 91-109.
- LAZZARI, Alexandre. 2004. **Entre a grande e a pequena pátria: literatos, identidade gaucha e nacionalidade (1860-1910)**. Tese de doutorado (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- LIMA, Tania Andrade. 2011. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 6, n.1, p. 11-23.
- LUEDGEKE, Hugo. 1928. Os primitivos habitantes do Rio Grande do Sul. **Revista do Museu e Archivo Público do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 20, p. 59-63.
- LUIS, Irmão Teodoro. Origem do homem. 1936. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 4º trimestre, p. 187-204,
- MARTINS, Jefferson Teles. 2015. **O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o Espaço Social dos intelectuais: Trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956)**. Tese de Doutorado (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- MENDONÇA DE SOUZA, Alfredo. 1991. História da Arqueologia Brasileira. **Pesquisas, Antropologia**, São Leopoldo, n. 46.
- MENDONÇA DE SOUZA, Alfredo. 1997. **Dicionário de Arqueologia**. Rio de Janeiro: ADEAS.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. 1983. A cultura material no estudo das sociedades antigas. **Revista de História**, São Paulo, n. 115, p. 103-117.
- MILLER, Eurico Theofilo. 1967. Pesquisas arqueológicas efetuadas no Nordeste do Rio Grande do Sul. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Resultados preliminares do primeiro ano, 1965-1966. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi**, Antropologia, Belém, v. 6, p. 15-26.

- MILLER, Eurico Theofilo. 1969. Pesquisas arqueológicas efetuadas no Noroeste do Rio Grande do Sul (Alto Uruguai). Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Resultados preliminares do segundo ano, 1966-1967. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Antropologia, Belém, v. 10, p. 33-46.
- MILLER, Eurico Theofilo. 1971. Pesquisas arqueológicas efetuadas no Planalto Meridional, Rio Grande do Sul. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Resultados preliminares do quarto ano, 1968-1969. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Antropologia, Belém, v. 16, p. 37-60,
- MILLER, Eurico Theofilo. 1974. Pesquisas arqueológicas em abrigos-sob-rocha no Nordeste do Rio Grande do Sul. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Resultados preliminares do quinto ano, 1969-1970. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Antropologia, Belém, v. 26, p. 11-24.
- MORALES, Walter Fagundes. Os cachimbos cerâmicos do MAE/USP: apresentação de uma coleção. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 9, p. 207-221, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.1999.109350>. Acesso em: 15 mai. 2020.
- MOREIRA, Alice T. C.; MOREIRA, Maria Eunice; PÓVOAS, Mauro Nicolas. **A Sociedade Partenon Literário e a formação da literatura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018. E-book (não paginado). Disponível em: <https://editora.pucrs.br//acessolivre/livros/partenon-literario/a-sociedade-partenon-literario.html>. Acesso em: 20 jul. 2020.
- MUSEU NACIONAL. **Os Diretores do Museu Nacional/UFRJ**. Rio de Janeiro, 2007/2008. Disponível em: http://www.museunacional.ufrj.br/site/assets/pdf/memoria_1.pdf. Acesso em: 30 jan. 2019.
- PALDAOFF, J. N. 1900. Archeologia Rio-grandense. **Revista do Museu Paulista**, v. 4, p. 339-347.
- PERRY, Marvin. 2002. **Civilização Ocidental, uma história concisa**. São Paulo: Martins Fontes.
- PORTO ALEGRE, Aquiles. Chronica. Revista do Parthenon Literario, Porto Alegre, n. disponível em: <https://editora.pucrs.br//acessolivre/livros/partenon-literario/assets/downloads/1875-05.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2019.
- PROUS, André. 1992. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- RAMBO, Balduino. 1946. Relatório científico das viagens de estudos etnográficos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 2º trimestre, n. 102, p. 234-240.
- RANGEL, Jorge Antonio. 2010. **Edgard Roquette-Pinto**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana.
- REDE, Marcelo. 2012. História e cultura material. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 133-150.
- RENFREW, Colin; BAHN, Paul. 1998. **Arqueología. Teorías, Métodos y Práctica**. Madrid: Akal.
- ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika Marion. 1999-2000. Arqueologia em perspectiva: 150 anos de prática e reflexão no estudo de nosso passado. **Revista USP**, São Paulo, n. 44, p. 10-31.
- ROQUETTE-PINTO, Edgard. 1962 [1906]. **Relatório de excursão ao litoral e à região das lagoas do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Faculdade Filosofia Universidade do Rio Grande do Sul.
- RUSCHEL, Ruy Rubem. 2003. Sítios arqueológicos de Torres. **Revista do CEPA**, Santa Cruz do Sul, v. 27, n. 38, p. 69-112.

- SCHAAN, Denise Pahl; BEZERRA, Marcia (Org.). 2009. **Construindo a Arqueologia no Brasil: a trajetória da Sociedade de Arqueologia Brasileira**. Belém: Gknoronha.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio. 1957. Um paradeiro Guarani do Alto-Uruguai. **Pesquisas**, São Leopoldo, n. 1, p. 122-142.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio. 1958. Paradeiros guaranis em Osório (Rio grande do Sul). **Pesquisas**, São Leopoldo, n. 2, p. 113-143.
- SCHUPP, Ambrósio. 1903a [1892]. Os aborígenes do Brasil sob o ponto de vista ethnologico. **Anuario do Estado do Rio Grande do Sul (1903)**, Porto Alegre, p. 145-159.
- SCHUPP, Ambrósio. 1903b [1902]. As bolas dos bugres. **Anuario do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (1903)**, p. 183.
- SCHWARZ, Lilia Moritz. 1989. O nascimento dos museus brasileiros, 1870-1910. In: MICELI, Sergio (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. Volume 1. São Paulo: Vértice, IDESP, p. 20-71.
- SCHWARZ, Lilia Moritz. 1993. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras.
- SERRANO, Antonio. 1937. Arqueologia brasileira, subsídios para a arqueologia do Brasil meridional. **Revista do Arquivo do Departamento de Cultura**, São Paulo, n. 36, p. 3-42.
- SILVEIRA, Daniela Oliveira. 2008. **“O passado está prenhe do futuro”: a escrita da história no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920-30)**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- SIMCH, Francisco Rodolpho. 1923. Artefactos indigenas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 3º e 4º trimestre, p. 305-314.
- SIMCH, Francisco Rodolpho. 1924. Tembetás. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 3º e 4º trimestre, p. 51-60.
- SOUZA DOCCA, Emílio Fernandes. 1935. O naufrágio do Martim de Afonso de Souza. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 1º trimestre, p. 53-72.
- SPALDING, Walter. 1939. Prehistória Americana e Brasileira, o Paraíso terrestre. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 3º trimestre, p. 81- 90.
- SPALDING, Walter. 1969. **Os construtores do Rio Grande**. Porto Alegre: Sulina Editora.
- TESCHAUER, Carlos. 1901. Estudos ethnographicos, Achados índios no Museu do Colégio Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo. **Anuario do Estado do Rio Grande do Sul (1901)**, Porto Alegre, p. 292-301.
- TESCHAUER, Carlos. 1929, **Poranduba riograndense**. Porto Alegre: Livraria do Globo, p. 193-236.
- TRIGGER, Bruce G. 2004. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Odysseus.
- WIEDERSPAHN, Henrique. 1936. O homem da Pré-História. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 2º trimestre, p. 227-241.
- WIEDERSPAHN, Henrique. 1938. Origens da raça mediterrânea ocidental. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 2º trimestre, p. 283-303.
- WILLEY, Gordon R.; SABLOFF, Jeremy A. 1980. **A History of American Archaeology**. New York: W.H. Freeman and Company.